



Número: **0801414-41.2019.8.15.0551**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Ricardo Porto**

Última distribuição : **10/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0801414-41.2019.8.15.0551**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA (APELANTE)		MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) ALANA LIMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELANTE)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA (APELADO)		ALANA LIMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10707254	17/12/2019 16:30	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
10707255	17/12/2019 16:30	<a href="#">AÇÃO DE SEGURO DPVAT (INVALIDEZ PERMANENTE) - CLICIE X SEGURADORA LÍDER</a>	Outros Documentos
10707256	17/12/2019 16:30	<a href="#">PROCURAÇÃO - CLICIE GABRIELE</a>	Procuração
10707257	17/12/2019 16:30	<a href="#">Documentos pessoais - carteira de deficiente e CNH</a>	Documento de Identificação
10707258	17/12/2019 16:30	<a href="#">CTPS</a>	Documento CTPS
10707259	17/12/2019 16:30	<a href="#">Boletim de acidente de trânsito</a>	Informações Prestadas
10707260	17/12/2019 16:30	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
10707261	17/12/2019 16:30	<a href="#">Declaração - SAMU</a>	Informações Prestadas
10707262	17/12/2019 16:30	<a href="#">Extrato de Consulta on line - Seguradora Líder-DPVAT - Pagamento parcial do seguro</a>	Documento de Comprovação
10707263	17/12/2019 16:30	<a href="#">Comunicação de Pagamento de Indenização - Líder</a>	Documento de Comprovação
10707264	17/12/2019 16:30	<a href="#">Laudo de deficiência e CAT</a>	Documento de Comprovação
10707265	17/12/2019 16:30	<a href="#">Laudo Traumatológico</a>	Documento de Comprovação
10707266	17/12/2019 16:30	<a href="#">Laudos de exames de imagem</a>	Documento de Comprovação
10707417	17/12/2019 16:30	<a href="#">Laudos e atestados médicos</a>	Documento de Comprovação
10707418	17/12/2019 16:30	<a href="#">Guia de Custas</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
10707419	19/12/2019 11:12	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

10707 420	04/02/2020 09:01	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 421	13/02/2020 14:04	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 422	13/02/2020 14:04	<a href="#">2694177_CONTESTACAO_02</a>	Outros Documentos
10707 423	13/02/2020 14:04	<a href="#">2694177_CONTESTACAO_Anexo_022</a>	Outros Documentos
10707 424	13/02/2020 14:04	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos
10707 425	17/03/2020 14:55	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição de habilitação nos autos
10707 426	17/03/2020 14:55	<a href="#">PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016</a>	Procuração
10707 427	17/03/2020 14:55	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
10707 428	02/04/2020 09:36	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 429	21/05/2020 16:38	<a href="#">Réplica</a>	Réplica
10707 430	21/05/2020 16:38	<a href="#">IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO - CLICIE X SEGURADORA LIDER SEGURO DPVAT</a>	Outros Documentos
10707 431	06/07/2020 10:55	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10707 432	07/07/2020 11:44	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 433	10/07/2020 11:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 434	10/07/2020 11:54	<a href="#">2694177_PETICAO_DE_PROVAS_01</a>	Outros Documentos
10707 435	22/07/2020 18:49	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
10707 436	22/07/2020 18:49	<a href="#">PETIÇÃO - INTERESSE EM PROVA PERICIAL - JUNTADA DE QUESITOS - CLICIE X LIDER SEGURADORA</a>	Outros Documentos
10707 437	28/07/2020 12:30	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10707 438	04/08/2020 12:03	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 439	04/08/2020 12:24	<a href="#">Intimação de perito</a>	Intimação
10707 440	12/08/2020 21:35	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 441	12/08/2020 21:35	<a href="#">2694177_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
10707 442	14/08/2020 11:56	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
10707 443	18/08/2020 10:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10707 444	18/08/2020 10:32	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 445	04/11/2020 09:04	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial
10707 446	04/11/2020 09:04	<a href="#">0801414-41.2019.8.15.0551</a>	Laudo Pericial
10707 447	04/11/2020 09:12	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 448	04/11/2020 09:12	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10707 449	13/11/2020 16:09	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 450	13/11/2020 16:09	<a href="#">2694177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02</a>	Outros Documentos
10707 451	13/11/2020 16:09	<a href="#">2694177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos
10707 452	16/11/2020 14:29	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 453	16/11/2020 14:29	<a href="#">PETIÇÃO - MANIFESTAÇÃO SOBRE LAUDO PERICIAL - CLICIE X DPVAT</a>	Outros Documentos

10707 454	27/11/2020 10:42	<a href="#">Petição</a>	Petição
10707 455	27/11/2020 10:42	<a href="#">2694177_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
10707 456	27/11/2020 10:42	<a href="#">2694177_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
10707 457	04/12/2020 11:00	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
10707 458	11/12/2020 18:20	<a href="#">Embargos de Declaração</a>	Embargos de Declaração
10707 459	11/12/2020 18:20	<a href="#">2694177_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01</a>	Outros Documentos
10707 460	06/02/2021 10:19	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
10707 461	10/02/2021 14:05	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
10707 462	26/02/2021 15:53	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
10707 463	26/02/2021 15:53	<a href="#">2694177_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_03</a>	Apelação
10707 464	26/02/2021 15:53	<a href="#">2694177_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>	Apelação
10707 465	26/02/2021 15:53	<a href="#">2694177_RECURSO_DE_APELACAO_01</a>	Apelação
10707 466	05/04/2021 11:17	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10707 467	06/05/2021 20:31	<a href="#">Recurso Adesivo</a>	Resposta
10707 468	06/05/2021 20:31	<a href="#">RECURSO ADESIVO - CLICIE X DPVAT</a>	Outros Documentos
10714 415	10/05/2021 16:15	<a href="#">Certidão de Prevenção</a>	Certidão de Prevenção
10734 017	12/05/2021 07:44	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10746 193	12/05/2021 08:15	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
10810 877	16/05/2021 21:23	<a href="#">Parecer</a>	Parecer
10810 878	16/05/2021 21:23	<a href="#">0801414-41.2019.8.15.0551</a>	Parecer
11206 393	11/06/2021 14:11	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
11209 291	11/06/2021 14:13	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

EM ANEXO







**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
\_\_\_\_ª VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB,**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no RG sob nº. 2.386.789, CPF sob nº. 862.590.911-68, e-mail: cliciehenriques@outlook.com, residente e domiciliada na Rua Garcia do Amaral, nº 07 casa, Centro, Picuí – Paraíba, CEP: 58.187-000, vem, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados adiante assinados e constituídos *ut* instrumento procuratório em anexo, consubstanciado na Lei nº 6.194/74 – texto legal que disciplina e rege o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, alterada pela Lei 11.482/2007 e pela Lei 11.945/2009, bem como na Legislação Civil pátria e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT  
POR LESÃO COM INVALIDEZ PERMANENTE  
(*COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO*)**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa seguradora, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, com sede profissional na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-201, endereço eletrônico: <https://www.seguradoralider.com.br>, pelos motivos de fato e de direito consoante passa a seguir expor e relatar.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

## I – PRELIMINARMENTE:

### - Benefícios da JUSTIÇA GRATUITA

Requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA conforme disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83, e artigo 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, tendo em vista que se encontra desempregada (vide: BAIXA DA CTPS, em anexo) não podendo arcar com as altas custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

## II – DA NARRAÇÃO FÁTICA

No dia **17 de junho de 2016**, por volta das 19h00, a autora foi vítima de acidente automobilístico ocorrido na BR 104, Km 66, município de Algodão de Jandaíra-PB (comarca de Remígio/PB), quando trafegava no sentido cidade de Remígio – cidade de Picuí, conduzindo o veículo GM CLASSIC LS, ano/modelo 2011/2011, cor cinza, placas NQA 1003 PB, e **de repente perdeu o controle do carro, saindo da pista de rolagem e capotando várias vezes.**

Conforme **CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL (nº 065/2016)** em anexo, a autora foi socorrida no local por uma equipe móvel do SAMU e encaminhada para o HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE onde foi submetida a procedimentos médicos e cirúrgicos (vide: DECLARAÇÃO do SAMU e demais documentos em anexo).

De acordo com o LAUDO DO IPC/SSDS/PB em anexo, o acidente resultou-lhe deformidade no **OMBRO DIREITO, ANTEBRAÇO ESQUERDO, MÃO DIREITA e COTOVELO ESQUERDO**, o que gerou várias cicatrizes viciosas e extensas medindo entre 4 cm e 16 cm, evoluindo com sequelas definitivas e irreversíveis, causando-lhe **DEBILIDADE E DEFORMIDADE EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO (INVALIDEZ PERMANENTE)**.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Após alta hospitalar, a requerente foi submetida a tratamento através de fisioterapia e medicação, porém, apesar de todo o tratamento médico e hospitalar por que passou a promovente ainda restou com sequelas graves e definitivas, de forma que desde o dia do referido sinistro, a sua vida não foi mais a mesma.

Diante do infortúnio, a autora requereu administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, sendo que a seguradora negou o direito à indenização integral, efetuando o pagamento em 10/06/2019 no valor de apenas R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) correspondente à 12,50% do teto da indenização, conforme demonstra comunicação do pagamento relativo ao SINISTRO Nº 3190321967, em anexo.

#### SINISTRO 3190321967 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

CPF/CNPJ: 86259091168

##### Posição em 17-12-2019 14:57:39

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/06/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Ocorre, *Excelência*, que não foram demonstrados os reais motivos da *negativa do valor integral do seguro DPVAT*, além de que a parte não tem acesso ao processo administrativo, tampouco, aos dados, critérios e meios de avaliação do processo pelos quais a seguradora ré chegou a negar o pagamento integral da indenização. Logo, inexistente transparência que possa aquilatar a posição da autarquia!

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

Ademais, a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, atua no mercado como se fosse suprema, obedecendo apenas ao CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS) - SUSEP, e via de regra utiliza-se de parâmetros absolutamente injustos, razão pela qual se faz necessária a interferência do Poder Judiciário para fazer justiça ao caso concreto.

ASSIM SENDO, é totalmente devida a verba indenizatória a que faz *jus* a autora, conforme prevê a Lei que regulamenta o SEGURO DPVAT, já que, por ter sido vítima de acidente automobilístico e, em consequência deste, ter adquirido **INVALIDEZ PERMANENTE**, tem a promovente o direito ao valor de **100% (cem por cento) do teto da indenização**, que nesse caso foi estabelecido em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme legislação vigente.

### III – DO DIREITO DA PROMOVENTE À INDENIZAÇÃO

Em primeiro lugar, faz-se mister que se analise o que dispõe a Carta Magna de 1988 a respeito da matéria:

ART. 5º. “TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS, A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTE”:

V – “É ASSEGURADO O DIREITO DE RESPOSTA, PROPORCIONAL AO AGRAVO, ALÉM DA INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, MORAL OU À IMAGEM”.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

X – “SÃO INVOLÁVEIS A INTIMIDADE, A VIDA PRIVADA, A HONRA E A IMAGEM DAS PESSOAS, **ASSEGURADO O DIREITO A INDENIZAÇÃO PELO DANO MATERIAL OU MORAL DECORRENTE DE SUA VIOLAÇÃO**”.

E diferente não foi a previsão normativa encerrada pelo vigente Código Civil com relação à indenização por dano moral e/ou material, que de forma objetiva e específica, protege os direitos da pessoa prejudicada, permitindo-lhe, inclusive, exigir ressarcimento daquele que causou, por dolo ou culpa, o prejuízo material ou moral.

Vejamos:

ART. 186 DO CÓDIGO CIVIL

“AQUELE QUE, POR AÇÃO OU OMISSÃO VOLUNTÁRIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPRUDÊNCIA, VIOLAR DIREITO, OU CAUSAR PREJUÍZO A OUTREM, AINDA QUE EXCLUSIVAMENTE MORAL, COMETE ATO ILÍCITO”.

ART. 927 DO CÓDIGO CIVIL

“AQUELE QUE, POR ATO ILÍCITO (ART. 186 E 187) CAUSAR DANO A OUTREM, FICA OBRIGADO A REPARÁ-LO”.

**PARÁGRAFO ÚNICO: “HAVERÁ OBRIGAÇÃO DE REPARAR INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, NOS CASOS ESPECIFICADOS EM LEI** OU QUANDO A ATIVIDADE NORMALMENTE DESENVOLVIDA PELO AUTOR DO DANO IMPLICAR, POR SUA NATUREZA, RISCO PARA OS DIREITOS DE OUTREM.” (grifo nosso)

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Desta feita, de acordo com o que prescrevem os dispositivos acima expostos, fica o agente danoso obrigado a reparar o dano independentemente da existência de culpa, bastando provar apenas a relação entre o dano e o evento danoso. **É o que se reconhece na doutrina como Teoria do Risco!**

No caso *sub judice*, não há dúvida quanto ao direito da autora à indenização, haja vista que todas as provas sobre a ocorrência dos danos pessoais sofridos pela promovente estão amplamente comprovados através de: **BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO emitido pela PFR, CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL emitido pela PC/PB, DECLARAÇÃO DO SAMU 192, LAUDO TRAUMATOLÓGICO DO NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL emitido pelo IPC/SSDS/PB, EXAMES MÉDICOS (R-x), ATESTADOS MÉDICOS dos anos de 2016 e 2017, CARTEIRA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA, LAUDOS MÉDICOS ATUALIZADOS dando conta da limitação funcional do membro superior esquerdo da autora,** além de outros documentos, que ora anexa à presente Petição Inicial.

Assim, o nexo de causalidade entre a existência do fato (sinistro) e o dano dele decorrente exigido pela legislação para que a reparação seja devida está bastante configurado, e, portanto, irrefutável!

De forma que, quanto ao direito à percepção do seguro, a Lei nº 6.194/1974, em seu art. 5º preceitua que:

**“O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SERÁ EFETUADO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, INDEPENDENTEMENTE, DA EXISTÊNCIA DE CULPA, HAJA OU NÃO RESSEGURO, ABOLIDA QUALQUER FRANQUIA DE RESPONSABILIDADE DO SEGURADO”.** (grifo nosso)

A Lei nº 8.441/1992 que alterou alguns dispositivos da norma anterior foi ainda mais genérica, senão observe-se o que dispõe o seu art. 7º:

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com







MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

**“A INDENIZAÇÃO POR PESSOA VITIMADA POR VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO, COM SEGURADORA NÃO IDENTIFICADA, SEGURO NÃO REALIZADO OU VENCIDO, SERÁ PAGA NOS MESMO VALORES, CONDIÇÕES E PRAZOS DOS DEMAIS CASOS POR UM CONSÓRCIO CONSTITUÍDO, OBRIGATORIAMENTE, POR TODAS AS SEGURADORAS QUE OPEREM NO SEGURO OBJETO DESTA LEI”.** (grifo nosso)

A caracterização do direito da requerente, desta forma, está assentada de forma clara e precisa na Legislação pertinente, a saber, no art. 3º, caput, inciso II, da lei nº 6.194/1974, alterada pela Lei nº 11.482 de 2007 e pela Lei nº 11.945 de 2009.

“OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ART. 2º DESTA LEI COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, **INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL,** E POR DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES, NOS VALORES E CONFORME REGRAS QUE SE SEGUEM, POR PESSOA VITIMADA”:

**II – ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) – NO CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE;**  
(grifo nosso)

Portanto, não pode a ré negar o direito à promovente de receber **100% (cem por cento) do teto da indenização**. Isso porque o valor da indenização decorrente do DPVAT não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas!

Logo, devem as seguradoras conveniadas obedecer a Tabela firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, não sendo lícito a autarquia ré

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as perícias são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização das instituições, em especial, do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária, quanto aos critérios de pagamento às vítimas de acidente de trânsito em nosso país.

Destarte, a alegação sobre os danos pessoais suportados pela autora por ocasião do sinistro está amplamente comprovada, através de toda narração fática apresentada e da documentação anexa que acompanha o presente petítório.

Neste mesmo norte, aponta a mais fina jurisprudência pátria, como segue:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 11.945/09. GRAU DE INVALIDEZ.** A indenização securitária relativa ao DPVAT, por invalidez permanente, em razão de acidente ocorrido depois do advento da Lei nº 11.945/2009, é devida no valor expressamente estabelecido no artigo 3º, § 1º, incisos I e II da mencionada lei. (AC 10309140003471001 MG. Rel. Marcos Lincoln. Data do julgamento 11/02/2015. Org. Câmaras Cíveis / 11ª câmara cível. Data da publicação: 23/02/2015).

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA.**

A atual interpretação da Lei n. 6.194/74 é feita através da redação da Lei n.11.482/07, que, em seu art. 3º, inc. II, alterou a legislação anterior ao fixar, para o caso de invalidez permanente, a indenização em R\$ 13.500,00, possibilitando o pagamento proporcional ao grau de invalidez. No caso, o médico perito que firma o Auto de Exame de Corpo de Delito (fl. 17) atesta invalidez permanente parcial completa, com perda funcional completa de um dos membros superiores, o que autoriza o pagamento do percentual de 70% a título de indenização. Situação em que a ré não comprovou, efetivamente, que as lesões demandavam percentual menor de indenização.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 -  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com







MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004450219, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 24/07/2013).

Assim, estando provado todo o alegado, e seguindo a orientação normativa de toda a legislação em vigor, bem como, a construção pretoriana da jurisprudência pátria que assegura e protege o direito da autora, deve a ré arcar com o pagamento da **COMPLEMENTAÇÃO da indenização por INVALIDEZ PERMANENTE** que deve ser de **100% (cem por cento) do teto da Indenização e que nesse caso foi fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme dispõe a Lei do DPVAT em casos como o do presente.

#### IV – DO REQUERIMENTO FINAL

**ANTE AO QUE EXPOSTO FOI**, requer à Vossa Excelência, com base na Constituição Federal vigente, no Código Civil brasileiro de 2002, na Lei nº 6.194/1974 e suas alterações, e ainda, no que ordena a jurisprudência aplicável ao caso, se digne:

- a) *Inicialmente*, conceder o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, dado que a autora não pode arcar com o pagamento das altas custas judiciais sem comprometer seu sustento e de sua família;
- b) Receber e autuar o presente petitório com sua inclusa documentação, adotando as devidas cautelas de estilo;
- c) Determinar a **CITAÇÃO** da ré, por via postal, no endereço acima fornecido.
- d) Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, a parte autora pela natureza do litígio, desde já, **MANIFESTA SEU DESINTERESSE PELA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA FINS DE AUTOCOMPOSIÇÃO**, visto que, em demandas como

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

as da presente, em regra, inexistente qualquer proposta de acordo por parte da SEGURADORA LÍDER, uma vez que o feito demanda prova pericial, em que será aquilatado o verdadeiro grau da lesão;

- e) POR FIM, julgar **PROCEDENTE** o presente pedido, **condenando à ré ao pagamento da COMPLEMENTAÇÃO da indenização de seguro DPVAT por INVALIDEZ PERMANENTE no patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, e ainda acrescidos de juros e correção monetária, **a partir da CITAÇÃO do réu**, tudo em conformidade com a legislação em vigor.
- f) E AINDA, condenar a ré em custas processuais e **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS à base de 20%** (vinte por cento) do valor da causa.

SE NECESSÁRIO, promete provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente, **pericial, no sentido de quantificar o grau da lesão**, inquirição de testemunhas, etc., o que de logo, já requerido e protestado fica.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

São os termos em que,  
Pede e confia DEFERIMENTO.

Remígio/PB, 17 de dezembro de 2019.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**  
**OAB/PB 12.036**

**MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA**  
**OAB/PB 13.389**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”**

**OUTORGANTE:**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no RG sob nº. 2.386.789, CPF sob nº. 862.590.911-68, e-mail: cliciehenriques@outlook.com, domiciliada na Rua Garcia do Amaral N° 07, Centro - Picuí – Paraíba, CEP: 58.187-000.

**OUTORGADOS:**

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB 12.036, **MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 13.389, ambos com escritório profissional na **RUA ESTÁCIO TAVARES WANDERLEY, CENTRO JURÍDICO LUIZ SÍLVIO RAMALHO, Nº 265, 2º ANDAR - SALA 202, ESTACÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB** (onde recebem intimações e notificações).

**PODERES:**

Todos os poderes da *cláusula ad judicium*, podendo promover ação judicial, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar acordos, contestar, agravar, promover acompanhamento processual, e, ainda, pedir a justiça gratuita, assinar declaração de hipossuficiência econômica, enfim, praticar todos os atos previstos no Art. 105 do NCPC e no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Campina Grande/PB, 16 de dezembro de 2019.

  
**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 – Sala – 202 – 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho – Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019, Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com



**Governo do Estado da Paraíba**  
**Fundação Centro Integrado de**  
**Apoio ao Portador de Deficiência**

# **PESSOA COM** **DEFICIÊNCIA**

**Validade: Agosto / 2021**



FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO  
AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA



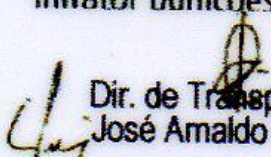
**GOVERNO**  
**DA PARAÍBA**

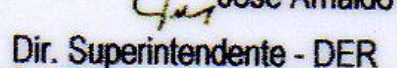


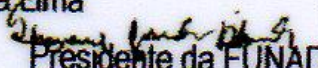


**NOME:****CLICIE GABRIELE DE M HENRIQUE****RG:****2386789 PB****CPF:****86259091168****ENDEREÇO:****GARCIA DO AMARAL, 7-CENTRO-PICUI-PB****GR. SANGÜÍNEO:****O POS****NASCIMENTO:****20/03/1980****CID:****G 83.2****DEFICIÊNCIA:****FISICA****EMIÇÃO:****08/09/2017****Nº CONTROLE:****36882**

O uso desta identificação por  
outra pessoa é crime cabendo ao  
infrator punições previstas em lei.

  
Dir. de Transportes - DER  
José Amaldo Souza Lima

  
Dir. Superintendente - DER  
Carlos Pereira de Carvalho e Silva

  
Presidente da FUNAD  
Simone Jordão Almeida





**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO**

**NOME**  
**CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES**

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF**  
 2386789 SSP PB

**CPF**  
 862.590.911-68

**DATA NASCIMENTO**  
 20/03/1980

**FILIAÇÃO**  
 FLEURISO MENDONCA  
 MARIA NAILZA MEDEIROS  
 HENRIQUES

**PERMISSÃO**  
 ACC CAT. HAB. B

**Nº REGISTRO**  
 04161004773

**VALIDADE**  
 29/05/2022

**1º HABILITAÇÃO**  
 09/08/2007

**OBSERVAÇÕES**

*CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

**LOCAL**  
 JOAO PESSOA, PB

**DATA EMISSÃO**  
 30/05/2017

*Alana Lima de Oliveira*  
 ASSINATURA DO EMISSOR

**PARAÍBA**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
 1488927074

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
 1488927074





## TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1943 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL TRABALHO: [HTTP://TRABALHO.GOV.BR](http://TRABALHO.GOV.BR)



## MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PTSP/PASEP

190.20569.10-7

NÚMERO

3552106

SÉRIE

0060

UF

PB

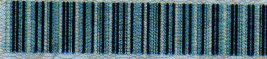
*Elisa Jhonata de M. Henriques*

ASSINATURA DO TITULAR





QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

FILIAÇÃO.....: MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES  
FLEURISO MENDONÇA  
NASCIMENTO....: 20/03/1980  
ESTADO CIVIL....: DIVORCIADO  
NATURALIDADE: CAMPINA GRANDE - PB  
DOCUMENTO.....: R.G. - 2386789 - 26/04/2013 - SSDS - PB

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF.....: 862.590.911-88

CNH.....:

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL DE EMISSÃO: SRTE/PB - JOÃO PESSOA

DATA DE EMISSÃO: 11/01/2019

*Severino Pereira Dantas*

SEVERINO PEREIRA DANTAS  
Superintendente Regional de Trabalho e Emprego/PB

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /  
DOCUMENTO

ASSINATURA E COMENDADO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E COMENDADO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E COMENDADO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E COMENDADO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

A. CASAMENTO | C. DIVÓRCIO | E. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G. DATA DE NASCIMENTO  
B. SEP. JUDICIAL | D. ADOÇÃO | F. MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03





DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR		
<p>GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH</p>	<p>DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>	<p>HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>
<p>ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>		
<p>DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. n.º 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>		
CARTEIRAS ANTERIORES		
<p>NÚMERO</p> <p>2479050 0060</p> <p>11/01/2019</p> <p>DATA DA ANOTAÇÃO</p>	<p>SÉRIE</p> <p>13.06.43</p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>11/01/2019</p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>	<p>UF</p> <p>PA</p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>11/01/2019</p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>
<p>NÚMERO</p> <p></p> <p>DATA DA ANOTAÇÃO</p>	<p>SÉRIE</p> <p></p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>	<p>UF</p> <p></p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p></p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>
<p>NÚMERO</p> <p></p> <p>DATA DA ANOTAÇÃO</p>	<p>SÉRIE</p> <p></p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>	<p>UF</p> <p></p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p></p> <p>ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR</p>

06

CONTRATO DE TRABALHO	
<p>EMPREGADOR:</p> <p>DM LINGERIE S/A</p> <p>CNPJ: 32.291.486/0003-12</p> <p>End.: BR 230 S/N</p> <p>Jardim Planalto</p> <p>Santa Rita PB</p> <p>Espécie do Estabelecimento: Ind./Com.</p> <p>Cargo: Promotor Adjunto</p> <p>CARTEIRA B.O. No.: 524105</p> <p>Data de admissão: 16/01/2019</p> <p>Registro: 000164 Fls./Ficha: Ficha</p> <p>Data Remuneração Especificada: R\$ 94,60</p> <p>RECEITAS</p> <p>NOVENTA E QUATRO REAIS E SEXTENTA CENTAVOS</p> <p>VALOR 3,75% DE COMISSÃO por mês</p> <p><i>Handwritten signature: Fátima A. S. Silva</i></p> <p>DM LINGERIE S/A</p>	
<p>Data de Saída: 05 de Junho de 2019</p> <p><i>Handwritten signature</i></p> <p>DM LINGERIE S/A</p>	





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
**Sistema de Informações Operacionais**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**OCORRÊNCIA:** 83480060  
**Comunicação:** C2023583  
**\* STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

**DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA**

PRF: 1199743 - ALDO AGRA ALEXANDRE Data/Hora do Acidente (hora local): 17/06/2016 19:00 BR: 104 KM: 66,0  
Município/UF: ALGODÃO DE JANDAÍRA/PB Tipo de Acidente: Capotamento Sentido da Via: Decrescente  
Fase do dia: Plena noite Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente  
Sinalização existente: Vertical/Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Céu Claro  
Houve danos ao patrimônio da União? Não  
Houve solicitação de perícia? Não Data e horário da solicitação:  
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não Data e horário do

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:**

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:**

Houve danos ao ambiente? Não

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:**

**CONDIÇÃO DA RODOVIA**

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Não edificada

Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Bom Há desnível? Não É pavimentado? Sim Largura (m): 1,8

Possui defesa? Possui meio-fio? Conservada(o) Possui sarjeta? Conservada

Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de inclinação:

Obstáculo ao Cruzamento: Não Informado Estado de Conservação do Obstáculo:

Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom Ocupação: Livre

Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 02

Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Rampa < 3% Traçado: Curva Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não

Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7,8 Estreitamento: Não Existe

**TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:**

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/07/2016 11:53:43  
NÚMERO DE CONTROLE: 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 6





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
**Sistema de Informações Operacionais**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**OCORRÊNCIA:** 83480060

**Comunicação:** C2023583

**\* STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

**CROQUI**

Local Preservado

BR-104  
Km  
0066,0

PICUI ←

← ESPLANÇA →

LEGENDA:

- Automóvel
- Veículo Trator
- Pedestre
- Ponto B
- Ponto P
- Ponto C
- Ônibus
- Animal
- Capotagem
- Caminhão
- Tombamento
- Incêndio
- Local da colisão
- Marcha à ré
- Placa de Trânsito
- Trem
- Conjugado
- Objeto Fixo
- Ponto A'
- Ponto A
- Antes da Colisão
- Marca de Frenagem
- Veículo Ausente
- Reboque/Semi-reboque
- Triângulo de Amarração
- Veículo de 2 ou 3 rodas
- Marcha à frente
- Patinagem ou Derrapagem
- Depois da Colisão

Latitude do Ponto C: Longitude do Ponto C:

Referência do Ponto A/A': Referência do Ponto B:

Distância AB (m): Distância AC (m): Distância BC (m):

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

**Narrativa da Ocorrência:**

APOS LEVANTAMENTOS E VESTÍGIOS NO LOCAL DO ACIDENTE, CONCLUI QUE O CONDUTOR DO V1 AO REALIZAR A CURVA, PERDEU O CONTROLE DE DIREÇÃO SAIU DA PISTA E CAPOU EM SEGUIDA.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>


**DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:** 13/07/2016 11:53:43  
**NÚMERO DE CONTROLE:** 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 6





 <b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b> Departamento de Polícia Rodoviária Federal Sistema de Informações Operacionais <b>BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</b>	<b>OCORRÊNCIA:</b>	83480060
	<b>Comunicação:</b>	C2023583
	<b>* STATUS DA OCORRÊNCIA:</b>	Encerrada

<b>VEÍCULOS ENVOLVIDOS</b>	
Placa: NQA-1003	Sequencial: V1
Descrição: CLASSIC LS	Chassi: 9BGSU19F0BC212757
Renavam: 00306087677	
Marca/Modelo:	Cor: CINZA
Ano: 2011	Tipo: Automóvel
Emplacamento: JOAO PESSOA/PB	
Ocupantes: 1	Espécie: Passageiro
Categoria: Particular	
Proprietário: MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES	CPF/CNPJ: 374.512.514-20
Endereço: R DEPUTADO PLINIO SALGADO 232 00232	CEP: 58.056-290
Município/UF:	Telefones:
Celular:	

<b>COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA</b>			
Placa U1:	Placa U2:	Placa U3:	Placa U4:
Origem: BRASIL	Destino: BRASIL		

<b>CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO</b>			
Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo	Saída de Pista? Não	Derrapagem? Não	Capotagem? Não
Tombamento? Não	Colisão com Objeto Fixo: Não Houve	Colisão com Objeto Móvel: Não Houve	Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0	Estado dos Pneus: Bom		
Descrição do Recolhimento:			

<b>DADOS DA CARGA</b>			
Carregamento:	Houve Derramamento de Carga? Não	Extensão dos Danos:	Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00	Produto Perigoso:		
Descrição da Carga:			

<b>ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO</b>			
Tipo de Receptor:	Data/Hora da Recepção (hora local):	Motivo:	
Responsável pela Recepção:			
Documento do Responsável:			
Município/UF:	Descrição do Encaminhamento:		

<b>CONDUTOR ENVOLVIDO</b>			
Veículo: V1/NQA-1003 CLASSIC LS			
Nome/Apelido: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES			
Data de Nascimento: 20/03/1980	Sexo: Feminino	Estado Civil: Não Informado	
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Endereço: RUA GEOVANI MARINHO DE MELO 210	CEP: 58.056-350		
Município/UF:	Telefones:	Celular:	
Grau de Instrução: Não Informado			
Naturalidade:	Nacionalidade: BRASIL	Ocupação Principal: COMERCIANTE VAREJISTA	
CPF: 862.590.911-68	Documento de Identificação: 2386789	Orgão Expedidor: SSP /PB	
Origem:	Destino:		
Estado Físico: Lesões Graves	Socorrido pela PRF? Não	Usava Cinto? Ignorado	Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não	Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado		
Transcrição da Declaração:			

<b>CONDUTOR É HABILITADO?</b>			
Sim	Categoria CNH: B	Registro CNH: 04161004773/PB	Primeira Habilitação: 09/08/2007
Validade CNH: 15/05/2017	País CNH:	Dormiu? Não	Km Percorridos:
Horas Dirigindo: Ignorado			
Pertences:			
Informações Complementares:			
<b>ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR</b>			
Tipo de Receptor:	Responsável pela Recepção:	Data/Hora da Recepção (hora local):	
Documento do Responsável:			
Município/UF:	Motivo:		
Descrição do			

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:	13/07/2016 11:53:43
NÚMERO DE CONTROLE:	9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 6




Assinado eletronicamente por: ALANA LIMA DE OLIVEIRA - 17/12/2019 16:28:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912171630370000000010669908>

Número do documento: 1912171630370000000010669908

Num. 10707259 - Pág. 3

 <b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b> Departamento de Polícia Rodoviária Federal Sistema de Informações Operacionais <b>BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</b>	<b>OCORRÊNCIA:</b> 83480060 <b>Comunicação:</b> C2023583 <b>* STATUS DA OCORRÊNCIA:</b> Encerrada
---	---

<b>RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS</b>	
<b>Veículo:</b> V1	<b>Placa:</b> NQA-1003
<b>Nome do Agente/Assinatura:</b> ALDO AGRA ALEXANDRE	<b>Nº BOAT:</b> 83480060
<b>Registro/Matrícula do Agente:</b> 1199743	<b>Data:</b> 17/06/2016 19:00

Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA	Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
1	Teto	1	X			26	Longarina traseira esquerda	3		X	
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3		X	
3	Painel corta fogo	3		X		28	Assoalho porta-malas / Assoalho	1		X	
4	Painel dianteiro	1	X			29	Caixa de rodas traseira direita	3		X	
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3		X	
6	Longarina Completa / Caixa de roda esq.	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3		X	
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2		X	
8	Chassi porção dianteira (veículos carga)	3		X		33	Lateral traseira direita	1		X	
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1	X			34	Coluna traseira externa direita	1		X	
10	Suspensão dianteira esquerda	2		X		35	Coluna traseira externa e estrutura direita	3		X	
11	Coluna dianteira externa esquerda	1		X		36	Porta traseira direita	1		X	
12	Coluna dianteira externa e estrutura esq.	3		X		37	Coluna central externa direita	1		X	
13	Porta dianteira esquerda	1		X		38	Coluna central externa e estrutura direita	3		X	
14	Soleira externa esquerda	1		X		39	Soleira externa direita	1		X	
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3		X		40	Soleira externa e estrutura direita	3		X	
16	Assoalho central esquerdo	3		X		41	Assoalho central direito	3		X	
17	Coluna central externa esquerda	1		X		42	Porta dianteira direita	1		X	
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3		X		43	Coluna dianteira externa direita	1		X	
19	Porta traseira esquerda	1		X		44	Coluna dianteira externa e estrutura direita	3		X	
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1	X		
21	Coluna traseira externa e estrutura esq.	3		X		46	Suspensão dianteira direita	2	X		
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda dir.	3		X	
23	Suspensão traseira esquerda	2		X		48	Longarina parcial / Avental direito	1		X	
24	Tampa traseira	1	X				Soma de todos os pontos assinalados na coluna "SIM":	8			
25	Painel Traseiro / divisor	1		X			Soma de todos os pontos assinalados na coluna "NA":	0			
Total de pontos "SIM" + "NA":								8			

ITENS NÃO PONTUÁVEIS							
Item	Descrição do componente	SIM	NÃO	Item	Descrição do componente	SIM	NÃO
49	Air Bag Motorista		X	55	Faróis		X
50	Air Bag Passageiro		X	56	Lanternas (dianteiras, laterais, e/ou traseiras)		X
51	Air Bag Lateral		X	57	Retrovisores externos (direito e/ou esquerdo)		X
52	Local gravação VIN		X	58	Pára-choques (dianteiro e/ou traseiro)		X
53	Pára-brisa	X		59	Rodas/pneus		X
54	Vidros laterais e/ou traseiros	X					

<b>CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO</b>	
Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo	
<input checked="" type="checkbox"/>	Dano de Pequena Monta: até 20 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
<input type="checkbox"/>	Dano de Média Monta: de 21 a 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
<input type="checkbox"/>	Dano de Grande Monta: acima de 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
Observações:	
Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM	
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO	
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.	
SIM = Item danificado no acidente      NÃO = Item não danificado ou não existente      NA = Item que não foi possível avaliar o dano (Não Avaliado)	

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

<b>DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:</b>	13/07/2016 11:53:43
<b>NÚMERO DE CONTROLE:</b>	9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 4 de 6



Assinado eletronicamente por: ALANA LIMA DE OLIVEIRA - 17/12/2019 16:28:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912171630370000000010669908>

Número do documento: 1912171630370000000010669908



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
**Sistema de Informações Operacionais**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**OCORRÊNCIA:** 83480060

**Comunicação:** C2023583

**\* STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

**DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:** 13/07/2016 11:53:43  
**NÚMERO DE CONTROLE:** 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 5 de 6





CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA nº. 065/2016

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA:** LESÃO CORPORAL RESULTANTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

Local da ocorrência: **RODOVIA BR 104, Km 66, cidade de Algodão de Jandaíra -PB**

**VÍTIMA:** CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES, brasileira, natural de Campina Grande-PB, nascida aos 20/03/1980, RG nº. 2386789 SSPPB, CPF nº. 862.590.911-68, CNH registro nº. 04161004773, filha de MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES e de FLEURISIO MENDONÇA, residente a Rua Ferreira de Macedo, 60, centro, Picuí-PB.

**OCORRÊNCIA:** a vítima sofreu acidente de trânsito no dia 17/06/2016, por volta das 19h00min, enquanto trafegava na Rodovia BR 104, sentido cidade de Remígio-cidade de Picuí, conduzindo o veículo automotor, GM/ CLASSIC LS, ano/modelo 2011/2011, cor CINZA, placa NQA1003-PB, chassi nº. 9BGSU19F0BC212757, renavam nº. 00306087677, de propriedade de MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES, CPF nº. 374.512.514-20, conforme documentação da Polícia Rodoviária Federal, BAT nº. 83480060 – C2023583, **QUANDO PERDEU O CONTROLE DO REFERIDO VEÍCULO AUTOMOTOR**, saindo da pista de rolagem e capotando; QUE, afirma que devido aos ferimentos sofridos foi socorrido pelo serviço do SAMU, conforme declaração do referido órgão, sendo socorrida ao Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, localizado na cidade de Campina Grande-PB, conforme documentação apresentada do referido hospital, onde fora submetida a procedimentos médico/cirúrgicos.

**Testemunha:** CLÓVIS NAZÁRIO DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, funcionário público do estado da Paraíba, policial civil, Agente de Investigação, Matrícula 156.864-7, residente na Secretaria de Segurança e da Defesa Social, sediada na cidade de João Pessoa-PB;

**Testemunha:** ALDEMIR ALVES DE MACEDO, brasileiro, natural de Campina Grande-PB, nascido aos 20/03/1980, RG nº. 2386789 SDS/PB, CPF nº. 862.590.911-68, residente na Rua Garcia do Amaral, nº. 07, centro, Picuí-PB

Picuí-PB, em 9 de agosto de 2016.

Vítima: Clície Gabriele de Mendonça Henriques

Policial Registrador:

  
**ELIAS JOSÉ RODRIGUES SILVA**  
Delegado de Polícia Civil  
Matrícula 159.473-7





SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA  
SAMU 192  
BARRA DE SANTA ROSA – PB.

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **CLICIE GABRIELE DE MEDONÇA HENRIQUES**, 36 anos registro de CPF: 862.590.911-68 RG: 2386789 SSP/PB vítima de capotamento na BR 104 entre as cidades de Remígio e Barra de Santa Rosa - PB, foi atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência–SAMU Barra de Santa Rosa–Unidade de Saúde Básica–USB 52, no dia 17/06/2016, às 19 horas e 32 minutos, ocorrência de nº1302473, onde a mesma foi encaminhada ao Hospital de Trauma - CG, ficando aos cuidados da equipe de plantão.

Barra de Santa Rosa, 05/07/2016

  
**Candiça Lins Silva**  
Enfermeira  
COREN-PB 275.965

---

Candiça Lins Silva  
Coordenadora do SAMU

Rua José SadyLeal , 12–Barra de Santa Rosa–PB Tel: 83 33761017







(1)



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPrensaTRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190321967 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

CPF/CNPJ: 86259091168

## Posição em 17-12-2019 14:57:39

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/06/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
14/06/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/lwMvES7Rj8eC779N__a api_key=ozStYa9oqQs6qBKl6Kh__yUKZcTthlvZzM3ic4jjiNYc=)
27/05/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/kY9TvCslxHheQztcYqzDAA api_key=ozStYa9oqQs6qBKl6Kh__yUKZcTthlvZzM3ic4jjiNYc=)



24/05/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/xQAmR6TICOVKz6Z1xbstEapi_key=ozStYa9oqQs6qBKl6Kh__yUKZcTthlvZzM3ic4jjiNYc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/xQAmR6TICOVKz6Z1xbstEapi_key=ozStYa9oqQs6qBKl6Kh__yUKZcTthlvZzM3ic4jjiNYc=</a> )
------------	------------------------------------	--



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

### Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



Disponível na  
**App Store**

(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



DISPONÍVEL NO  
**Google Play**

(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

### ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)

A A A O

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicadas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documentos Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

### PAGUE SEGURO

Como Pagar (</Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

### ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)



(https://http://kasp.fish.wisc.edu/wisconsin/BDDNPA%20Final%20draft\_official/  
l%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

## Atendimento

- » Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- » Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- » Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- » Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- » Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- » Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190321967

Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Data do Acidente: 17/06/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos  
25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Recebedor: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 237

Agência: 000002301-9

Conta: 0000015413-0

Tipo: CONTA CORRENTE

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

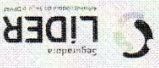
Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você






saiba +  
www.seguradoralider.com.br




**LÍDER**  
Seguradora


**Seguro DPVAT - Proteção para todos**

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.



**Seguradora LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT





**Correios**  
**R\$01,95**

17.06.19 - 15.36

CARTA  
AGE Mariz - RJ

CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES  
R GARCIA DO AMARAL, 07 CASA  
CENTRO  
CEP 58187-000 - PICUI - PB

Entregador \_\_\_\_\_

Responsável pela informação

Para uso dos correios

☐ Não procurado  
☐ Ausente  
☐ Recusado  
☐ Desconhecido  
☐ Mudou-se  
☐ Endereço insuficiente  
☐ Não existe o nº indicado  
☐ Falçado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DEVOLUÇÃO

Seguradora Líder - DPVAT

CAIXA POSTAL 40.970  
CEP: 20.270-971  
www.seguradoralider.com.br

Entre em contato conosco  
SAC DPVAT 0800 022 12 04  
www.seguradoralider.com.br




LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA	
De acordo com o Decreto 3.298/1999 e com a Instrução Normativa SIT/ MTE n.º 98 de 15/08/2012, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, Lei 12764/12, Lei 13146/2015.	
Nome: <u>CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES</u>	CPF: <u>862.590.911-68</u>
<b>CID:</b> _____ <b>Origem da deficiência:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Congênita <input type="checkbox"/> Adquirida em pós operatório <input type="checkbox"/> Acidente comum <input type="checkbox"/> Doença	
<b>Descrição detalhada das alterações físicas (anatômicas e funcionais), sensoriais, intelectuais e mentais:</b> <u>Ampliação com limitação funcional flexão do cotovelo (até 90°) e extensão até 190° + monoparesia</u> <u>OD + 92.1 683.2.</u>	
<b>Descrição das limitações funcionais para atividades da vida diária e social e dos apoios necessários:</b> <u>Exatos apoios pelo excesso no membro superior direito</u> <u>cu</u>	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>I- Deficiência Física</b> - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, nanismo (altura: _____), outras (especificar).	<input type="checkbox"/> <b>III a- Visão Monocular</b> - conforme parecer CONJUR/MTE 444/11: cegueira, na qual a acuidade visual com a melhor correção óptica é igual ou menor que 0,05 (20/400) em um olho (ou cegueira declarada por oftalmologista).  <input type="checkbox"/> <b>IV- Deficiência Intelectual</b> - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas, tais como: <input type="checkbox"/> a) - Comunicação; <input type="checkbox"/> b) - Cuidado pessoal; <input type="checkbox"/> c) - Habilidades sociais; <input type="checkbox"/> d) - Utilização de recursos da comunidade; <input type="checkbox"/> e) - Saúde e segurança; <input type="checkbox"/> f) - Habilidades acadêmicas; <input type="checkbox"/> g) - Lazer; <input type="checkbox"/> h) - Trabalho. Idade de Início: _____ <b>Obs: Anexar laudo do especialista.</b>
<input type="checkbox"/> <b>II- Deficiência Auditiva</b> - perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ <b>Obs: Anexar audiograma</b>	<input type="checkbox"/> <b>IV a- Deficiência Mental</b> - Psicossocial - conforme Convenção ONU - Esquizofrenia, outros transtornos psicóticos, outras limitações psicossociais. Informar se há outras doenças associadas e data de início de manifestação da doença (assinalar também as limitações para habilidades adaptativas no quadro acima). <b>Obs: Anexar laudo do especialista.</b>
<input type="checkbox"/> <b>III- Deficiência Visual</b> ( ) cegueira - acuidade visual $\leq$ 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; ( ) baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; ( ) somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°. <b>Obs: Anexar laudo oftalmológico, utilizar tabela Snellen para avaliar acuidade visual.</b>	<input type="checkbox"/> <b>IV b- Deficiência Mental</b> - Lei 12764/2012 - Espectro Autista <b>Obs: Anexar laudo do especialista.</b>
<input type="checkbox"/> <b>V- Deficiência Múltipla</b> - associação de duas ou mais deficiências. (Assinalar cada uma acima)	
<b>Conclusão:</b> A pessoa está enquadrada nas definições dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Dec. 5296/2004, Lei 12764/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº. 6.949/2009 e recomendações da IN 98/SIT/2012.	
Assinatura e carimbo do Profissional de nível superior da área da saúde/Especialidade: _____ (Carimbo: Conselho da Justiça do Trabalho - 3965-FB/13.199-PE - TEOT 11.288)	
Estou ciente de que estou sendo enquadrado na cota de pessoas com deficiência/reabilitados da empresa Autorizo a apresentação deste Laudo e exames ao Ministério do Trabalho e Emprego.	
Data: <u>13 de julho de 2018</u>	Assinatura do avaliado: <u>Clície Gabrielle de Mendonça Henriques</u>





CALOI 234/22

	<b>Comunicação de Acidente de Trabalho</b>	
	<b>Número da CAT:2016.285.383-1/01</b>	

**Informações do Emitente**

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	30/07/2016
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Óbito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	PESSOAL@GESTAOASSESSORIA.COM.BR

**Informações do Empregador**

Razão Social/Nome	CALOI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME		
Tipo/Num. Doc.	1 - CGC/CNPJ 144079760001-98	CNAE	47725
CEP	58038150	Endereço	AV FRANCA FILHO 159 SALA C
Bairro	MANAIRA	Estado	PB
Município	JOAO PESSOA	Telefone	0083-30415558

**Informações do Acidentado**

Nome	CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA	Data Nascimento	20/03/1980
Nome da Mãe	MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES	Sexo	Fem
Grau de Instrução	6 - Ensino médio completo		
Estado Civil	Solteiro	Remuneração	2.189,80
CTPS	059412 Serie: 00029 Dt emissão: UF: PB	Identidade	2386789 Dt emissão: Org Exp: 01 UF: PB
PIS/PASEP/NIT	1902056910-7	Endereço	RUA CEL FRANCISCO XAVIER 0005
Bairro	CENTRO	CEP	58187000
Estado	PB	Município	PICUI
Telefone	-	CBO	142320 - GERENTE DE VENDAS
Aposentado	Não	Área	Urbana

**Informações do Acidente**

Data do Acidente	17/06/2016	Hora do Acidente	17:40
Horas Trabalhadas	08:00	Tipo	3 - Trajeto
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	3 - Área Pública	Esp. Local	BR 104 KM 66
CGC da Prestadora	CNPJ - -	UF do Acidente	PB
Município do Acidente	ALGODÃO DE JANDAIRA	Último dia	17/06/2016
Parte do Corpo	75 30 80 000 - CABECA, PARTES MÚLTIPLAS (QUALQUER COMBINAC	Trabalhado/Dt Óbito	
Agente Causador	30 30 75 200 - MOTOCICLETA, MOTONETA		
Sit. Gerador	20 00 04 600 - IMPACTO DE PESSOA CONTRA OBJETO EM		
Morte	Não	Data Óbito	

Local e Data

*Monília S. Wanderley Porto*  
 Caloi Comércio de Cosméticos Ltda,  
 CNPJ: 14.407.976/0001-98

**Informações do Atestado Médico**

Unidade	HOSPITAL EMERG TRAUIM	Data Atend.	17/07/2016
Hora Atend.	17:40	Houve Internação?	Sim
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim - 007 dia(s)		
Nat. Lesão	70 60 50 000 - LESÕES MÚLTIPLAS		
CID - 10	S52.2 - Fratura da dialise do cubito [ulna]		
Observações		CRM	0060003523 - UF: PB

Local e Data

Assinatura(\*) e carimbo (legível) do médico com CRM/UF

Cadastrada em 30/07/2016 às 09:10:10

\* A apresentação do atestado médico original, com as informações de identificação do médico assistente, substitui o preenchimento deste campo.

A impressão desta CAT deverá ser apresentada juntamente com o(s) documento(s) original(is) referente ao Segurado, para requerer o benefício acidentário junto à Agência da Previdência Social.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA  
DEFESA SOCIAL  
Instituto de Polícia Científica  
Unidade de Medicina Legal

CONFERE COM ORIGINAL

Campina Grande-PB 08/08/2017

*Jaqueline* 138455-4



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

312316 C: Laudo nº: 03.03.07.052017.12130

LAUDO TRAUMATOLÓGICO  
Sanidade física

Data do exame: 12/05/2017 Hora: 11h01

Órgão Requisitante: Delegacia de Cuité. Nº da Solicitação: 208/2017. Autoridade Solicitante: Bel<sup>a</sup>. Elias José R. Silva. Nome: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES. Idade: 20/03/1980, filho(a) de: Fleurisio Mendonça e de: Maria Nailza Medeiros Henriques Sexo: Feminino. Estado civil: Divorciada. Profissão: Gerente de Vendas Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: C. Grande/PB. R. Ferreiros de Macedo, 60 Centro Picuí/PB Telefone(s):

HISTÓRICO – Periciando refere ter sido vítima de acidente automobilístico em 17 de junho de 2016, sendo socorrida para o Hospital de Trauma de Campina Grande.

DESCRIÇÃO – Ao exame, observamos: deformidade no ombro direito devido a luxação, cicatriz cirúrgica hipertrófica linear na face posterior do antebraço esquerdo medindo 10 cm, cicatriz com tecido de granulação no dorso da mão direita medindo 4,0cm x 4,0 cm, cicatriz cirúrgica hipertrófica linear na face posterior do cotovelo esquerdo medindo 16 cm. Traz laudo médico assinado por Dr. Railton Marinho da Costa datado de 28/04/17 informando sequela de fratura em membro superior esquerdo, em torno de 50 %.

QUESITOS

- 1) O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? SIM.
- 2) No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? PREJUDICADO.
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.
- 4) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 6) Resultou deformidade permanente? SIM, CICATRIZES EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

*Josemar Nunes Pereira Junior*  
PERITO MEDICO-LEGAL  
MAT. 157.638-1

*Clície Gabriele de Mendonça Henriques*





**PACIENTE:** CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUE **Nº DO EXAME:** 64348  
**IDADE:** 36A **DATA DO EXAME:** 10/10/2016  
**MÉDICO SOLICIT:** DR. RAILTON MARINHO DA COSTA  
**EXAME:** RX OMBRO DIREITO/ANTEBRAÇO E COTOVELO ESQUERDOS

RESSONÂNCIA  
MAGNÉTICA  
TOMOGRAFIA  
COMPUTADORIZADA  
MULTISLICE  
ULTRASSONOGRAFIA  
3D E 4D  
DOPPLER COLORIDO  
MAMOGRAFIA  
DIGITAL  
ESTEREOTAXIA  
MAMÁRIA  
RADIOLOGIA  
DIGITAL  
RADIOLOGIA  
INTERVENCIÓNISTA  
RADIOLOGIA  
ODONTOLÓGICA  
ANGIOGRAFIA  
DIGITAL  
DENSITOMETRIA  
ÓSSEA  
PUNÇÃO-BIÓPSIA  
ECOCARDIOGRAFIA  
ELETRONEUROMIOGRAFIA  
LABORATÓRIO DE  
ANÁLISES CLÍNICAS

**RELATÓRIO:**

**RADIOGRAFIA DO OMBRO DIREITO**

- Estruturas ósseas visualizadas íntegras.
- Espaços e superfícies articulares preservados.
- Partes moles sem alterações.
- Ausência de sinais evidentes de fratura ou luxação.

**IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:**

**RADIOGRAFIA DO OMBRO DIREITO DENTRO DOS PADRÕES DA NORMALIDADE.**

**RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO E COTOVELO ESQUERDOS**

- Fratura cominutiva do úmero distal sob osteossíntese com placa e parafusos metálicos.
- Fratura da extremidade proximal da ulna envolvendo o olécrano sob osteossíntese com fio metálico.
- Fratura diafisária distal do rádio sob osteossíntese com placa e parafusos metálicos.
- Aumento regional de partes moles.

OBS.: EXAME RADIOGRÁFICO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO.

k/r

*Nota: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode ser modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.*

Dr. Graciano J. da C. Lima  
Cardiologia e Ecocardiografia  
CRM - PB 5376

Dr. Izabela C. de Vasconcelos  
Radiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 6180

Dr. Kádimo A. Dutra Rolim  
Radiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 5886

Dr. Leudineis Junior Loureiro  
Neurofisiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 5053

Dr. Loury Alexandra Cunha  
Ultrassonografia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 5330

Dr. Lyzandra de H. C. Sousa Meier  
Radiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 5849

Dr. Lincoln da Silva Freitas  
Neurofisiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 4884

Dr. Rômulo de Aguiar Filho  
Radiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 4733

Dr. William Ramon Tejo Melo  
Radiologia e Diagnóstico por Imagem  
CRM - PB 6723

**CAMPIMAGEM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE CAMPINA GRANDE LTDA.**

Rua Rodrigues Alves, 603 - Prata - CEP 58400-550 - PABX : (83) 3341-1089 (83) 2101-4750 (83) 2101 - 4757 - Campina Grande - PB.

E-mail: campimagem@campimagem.com.br - Home Page: www.campimagem.com.br





PACIENTE: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUE Nº DO EXAME: 64348  
IDADE: 37A DATA DO EXAME: 08/08/2017  
MÉDICO SOLICIT: DR. RAILTON MARINHO DA COSTA  
EXAME: RX CLAVÍCULA DIREITA

RESSONÂNCIA  
MAGNÉTICA  
TOMOGRAFIA  
COMPUTADORIZADA  
MULTISLICE  
ULTRASSONOGRAFIA  
3D E 4D  
DOPPLER COLORIDO  
MAMOGRAFIA  
DIGITAL  
ESTEREOTAXIA  
MAMÁRIA  
RADIOLOGIA  
DIGITAL  
RADIOLOGIA  
INTERVENCIÓNISTA  
ANGIOGRAFIA  
DIGITAL  
DENSITOMETRIA  
OSSEA  
PUNÇÃO-BIÓPSIA  
ECOCARDIOGRAFIA  
LABORATÓRIO DE  
ANÁLISES CLÍNICAS

#### RELATÓRIO:

- Redução volumétrica da clavícula direita com consequente alargamento do espaço articular acromioclavicular (disjunção acromioclavicular pós-fratura?).
- Espaço e superfície articular glenoumeral conservado.
- Partes moles sem alterações.

OBS.: EXAME RADIOGRÁFICO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO.

m/r

Nota: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.

Dr. Flávio Magno de Faria F. Filho Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 7331  
Dr. Graciano J. da C. Lima Cardiologia e Ecocardiografia CRM - PB 5376  
Dra. Izabela C. de Vasconcelos Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 6100  
Dr. Kláudio A. Dutra Rolim Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 5886  
Dra. Loury Alexandra Cunha Ultrassonografia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 5100  
Dra. Lyzandra de H. C. Souto Maior Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 6849  
Dr. Lincoln da Silva Freitas Neurologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 4884  
Dr. Tiago A. Medeiros Filho Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 6782  
Dr. William Ramos Tejo Neto Radiologia e Diagnóstico por Imagem CRM - PB 6753

**CAMPIMAGEM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE CAMPINA GRANDE LTDA.**  
Rua Rodrigues Alves, 603 - Prata - CEP 58400-550 - PABX : (83) 3341-1089 (83) 2101-4750 (83) 2101-4757 - Campina Grande - PB.  
E-mail: campimagem@campimagem.com.br - Home Page: www.campimagem.com.br



Assinado eletronicamente por: ALANA LIMA DE OLIVEIRA - 17/12/2019 16:28:30

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912171630370000000010669915>

Número do documento: 1912171630370000000010669915

Num. 10707266 - Pág. 2



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



## HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

Felipe Tiago Gomes

R. Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo

Cep: 58.187-000 - Picuí - Paraíba

Telefone: (83)3371-2554/ 3371-2990.

CNPJ: 03.515.174/0001-85

### RECEITUÁRIO MÉDICO

LAUDO MÉDICO

DECLARO PARA OS DEVIDOS  
FINS QUE ELICIE GABRIELE  
DE MENDONÇA HENRIQUE,  
APRESENTA LIMITAÇÃO  
FUNCIONAL DOS MEMBROS  
SUPERIORES: O DÍGITO,  
DEVIDO LUXAÇÃO ACROMIO-  
CLAVICULAR NÃO OPERADA;  
O COTOVELO DEVIDO  
FRATURA GRAVE DO  
COTOVELO E ANTÉBRACO,  
FIXADO COM PLACAS  
E PARAFUSOS COM  
LIMITAÇÃO DA FLEXO  
EXTENSÃO E PARA  
ATIVIDADES REPETITIVAS  
OU QUE NECESSITEM  
FORÇA DOS MMSS

CID +92. 6832

Data: 1/1/

Carimbo e assinatura do médico

19.09.19

AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO





GOVERNO  
DA PARAÍBA

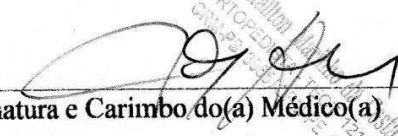
Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Chico Carneiro M. Pereira portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a \_\_\_\_\_, portador da patologia CID-10 T92.1, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 90 (NOVENTA) dias, a partir desta data.

Picuí, 05.02.17

  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

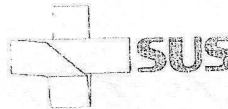
1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





GOVERNO  
DA PARAÍBA



Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Clara Gabriel Mendonça portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a \_\_\_\_\_, portador da patologia CID-10 +92.1/+92.2/683.2, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, a partir desta data.

Picuí, 04.08.17.

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Raiton Marinho da Costa  
ORTOPEDISTA - FEO  
CRM-PS 33516/2016

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





Oliveira Felipe Mendes

Acumulado com supinação  
+ 45° para + 90°  
unidade girar e  
anterior com  
extensão +  $\pm 150^\circ$  e  
flexão 90° + movimento  
Apresentado como  
+ 50% (cinquenta) +  
função final +  
M.S.E.

Dr. Raiton Marinho da Costa  
ORTOPEDISTA - TEOT 12198  
CRM-PB 3965 / CRM-PE 13199





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

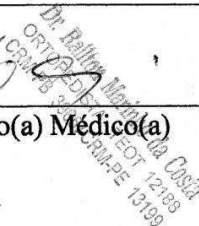


### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Chirine Otavio de Mendonça portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a 593.0, portador da patologia CID-10 592.4/552.3, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 90 (noventa) dias, a partir desta data.

Picuí, 18.11.16.

[Assinatura]  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)



### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a) Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

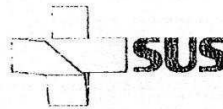
2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a pedido do(a) Sr.(a) Henrique portador(a) da identidade RG 6832, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 02:00:17 horas, submetido(a) a 192.1/192.2, portador da patologia CID-10 192.1/192.2, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 6832 dias, a partir desta data.

Picuí, 02.06.17

99/109  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

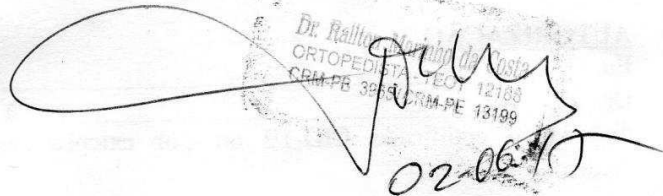
1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



Paciente com sequelas  
de fratura distal do  
úmero esquerdo e antebraço  
com extensões de  $\pm 150^\circ$   
(cento e cinquenta) e  
flexões  $90^\circ$ .

Apresentando cerca  
de 50% de limitação  
funcional do M.S.E.

  
Dr. Ralton  
ORTOPEDISTA  
CRM-PE 3265 CRM-PE 13199  
02.06.17



CIRUR. BUCO-MAXILO FACIAL

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA PLÁSTICA

CIRURGIA TORÁXICA

CIRURGIA VASCULAR

CIRURGIA COM VÍDEO

CLÍNICA MÉDICA

ELETRONEUROLOGIA

ENDOSCOPIA

NEFROLOGIA

NEUROCIRURGIA

ORTOPEDIA

OTORRINOLARINGOLOGIA

RAIO X

STENT

TRAUMATOLOGIA

UROLOGIA

ANGIOGRAFIA DIGITAL

ANGIOPLASTIA

BRONCOFIBROSCOPIA

ENDOSCOPIA

ELETROCARDIOGRAMA

TOMOGRAFIA CMP.

UTI MÓVEL

## LAUDO MÉDICO

- Declaro para os devidos fins que, CHICÓ GABRIEL DE MENDONÇA HENRIQUES com, apresenta FRATURA GERAL DO COTOVELO ESQUERDO E RADIO HUMERAL, FIXADO COM PLACAS E PARAFUSOS, ACOMPANHO DE LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR DIREITA APRESENTANDO LIMITAÇÃO PARA ATIVIDADES QUE NECESSITAM ESFORÇO

### MELHORE SUA LETRA

Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente.

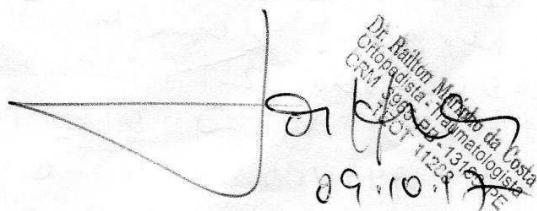
Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba  
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br






LESÃO DOS MEMBROS  
SUPERIORES OU ATIVIDADES  
REPETITIVAS DOS MEMBROS,  
SOLICITAMOS REABILITAÇÃO  
FUNCIONAL PARA  
RETORNO AO COTIDIANO PROFISSIONAL

CD T92

  
Dr. Raiton M. Costa  
Ortopedista - Traumatologista  
CRM 11222-PE  
09.10.17



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 055.4.19.00419/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/12/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 055.2019.600419 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 <b>Promovente:</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES, - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Despesas processuais postais: R\$ 31,88 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.248,93
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 489309283187 520191231056 541900419014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.248,93

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 055.4.19.00419/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/12/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 055.2019.600419 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Promovente:</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES, <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 31,88 - Com registro: R\$ 31,88			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.248,93
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.248,93

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 055.4.19.00419/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/12/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 055.2019.600419 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 <b>Promovente:</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES, - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Despesas processuais postais: R\$ 31,88 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.248,93
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 489309283187 520191231056 541900419014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.248,93





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 055.2019.600419

**Data Vencimento:** 31/12/2019

**Data Emissão:** 17/12/2019

**Comarca:** Remigio

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES,

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 31,88

**Custas:** R\$ 1.013,20

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.247,58

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

0801414-41.2019.8.15.0551

## **DESPACHO**

Defiro a Gratuidade da Justiça (CPC, art. 98, §1º). Anotações de estilo.

Entendo por incabível a designação da audiência de conciliação a que se refere o artigo 334, do CPC, haja vista que, nos casos como o do presente processo, a parte ré se recusa a realizar qualquer tipo de acordo, sem a anterior realização de perícia médica, para avaliar a situação física da parte autora.

Assim, cite-se o réu para, querendo, apresentar resposta à inicial, no prazo de 30 (trinta) dias.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

**Juiz(a) de Direito**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

0801414-41.2019.8.15.0551

## **DESPACHO**

Defiro a Gratuidade da Justiça (CPC, art. 98, §1º). Anotações de estilo.

Entendo por incabível a designação da audiência de conciliação a que se refere o artigo 334, do CPC, haja vista que, nos casos como o do presente processo, a parte ré se recusa a realizar qualquer tipo de acordo, sem a anterior realização de perícia médica, para avaliar a situação física da parte autora.

Assim, cite-se o réu para, querendo, apresentar resposta à inicial, no prazo de 30 (trinta) dias.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

**Juiz(a) de Direito**





EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

Processo: 08014144120198150551

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **13/07/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **09/08/2016**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>2</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

## **DO LAUDO PERICIAL CONFECCIONADO PELO IML DO ESTADO DA PARAÍBA**

### **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE**

### **REQUISITO PARA SER BENEFICIÁRIO DO PRÊMIO DO SEGURO DPVAT**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve o pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Aduz o Autor que faz jus ao Seguro DPVAT, em razão de ser vítima de acidente de trânsito, ao qual, SUPOSTAMENTE, lhe acarretou em invalidez permanente.

Ora, as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDO PERICIAL** atesta que a lesão apresentada é apenas uma lesão recuperável, o que, por certo, não pode ser considerado INVALIDEZ PERMANENTE OU INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.

**CUMPRE INFORMAR AINDA EXA., QUE NO R. LAUDO CONFECCIONADO E ACOSTADO AOS AUTOS SOB FLS. NUM. 27143344 - PÁG. 1, O I. EXPERT INFORMA QUE A PARTE AUTORA NÃO SOFREU NENHUMA DEFORMIDADE PERMANENTE, APENAS CICATRIZES. VALE LEMBRAR EXA., QUE NÃO EXISTE NA TABELA PREVISTA EM LEI, INDENIZAÇÕES NOS CASOS DE DANOS ESTÉTICOS (CICATRIZ), VISTO QUE NÃO HOUE NENHUMA LIMITAÇÃO, RESTRIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DO MEMBRO, VEJAMOS:**

  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

ARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
stituto de Polícia Científica  
Unidade de Medicina Legal  
**FERE COM ORIGINAL**  
ia Grande-PB 08/08/2017  
aut 138455-4

312316 C: Laudo nº: 03.03.07.052017.12130

**LAUDO TRAUMATOLÓGICO**  
Sanidade física

Data do exame: 12/05/2017 Hora: 11h01

Órgão Requisitante: Delegacia de Cuité. Nº da Solicitação: 208/2017. Autoridade Solicitante: Belº. Elias José R. Silva. Nome: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES. Idade: 20/03/1980, filho(a) de: Fleurisio Mendonça e de: Maria Nailza Medeiros Henriques Sexo: Feminino. Estado civil: Divorciada. Profissão: Gerente de Vendas Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: C. Grande/PB. R. Ferreiora de Macedo, 60 Centro Picuí/PB Telefone(s):

HISTÓRICO – Periciando refere ter sido vítima de acidente automobilístico em 17 de junho de 2016, sendo socorrida para o Hospital de Trauma de Campina Grande.

DESCRIÇÃO – Ao exame, observamos: deformidade no ombro direito devido a luxação, cicatriz cirúrgica hiperocrômica linear na face posterior do antebraço esquerdo medindo 10 cm, cicatriz com tecido de granulação no dorso da mão direita medindo 4,0cm x 4,0 cm, cicatriz cirúrgica hiperocrômica linear na face posterior do cotovelo esquerdo medindo 16 cm. Traz laudo médico assinado por Dr. Railton Marinho da Costa datado de 28/04/17 informando sequela de fratura em membro superior esquerdo, em torno de 50 %.

#### QUESITOS

- 1) O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? SIM.
- 2) No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? PREJUDICADO.
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.
- 4) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 6) Resultou deformidade permanente? SIM. CICATRIZES EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.



Em verdade, o Autor tenta ludibriar o juízo, no intuito de enriquecimento sem causa, pleiteando verba indenizatória graduada em percentual indenizatório superior ao devido para o membro lesionado.

Cumprе ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

**LOGO, RESTA CLARO QUE NÃO HÁ INCAPACIDADE PERMANENTE.**

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

**Com efeito, da análise das circunstâncias fáticas narradas, e das provas produzidas não há que se falar que o Autor padeça de incapacidade laboral, motivo pelo qual não faz jus a indenização como pretende.**

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **13/07/2016**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>3</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>4</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

<sup>3</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>4</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>5</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>6</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

<sup>5</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>6</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 13 de fevereiro de 2020.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **REMÍGIO**, nos autos do Processo nº 08014144120198150551.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190321967

Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Data do Acidente: 17/06/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14351777





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190321967

Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

Data do Acidente: 17/06/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Comunicamos que o pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado e está em análise e o prazo regulamentar de 30 dias foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais. Assim que todas as informações forem finalizadas, o prazo voltará a seguir normalmente.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder DPVAT.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00363/00364 - carta\_02 - INVALIDEZ

00030182



Carta nº 14360760



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>

Número do documento: 20021314042500000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 2





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190321967**

**Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES**

**Data do Acidente: 17/06/2016**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos

25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **237**

Agência: **000002301-9**

Conta: **0000015413-0**

Tipo: **CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Autorização de pagamento

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ D&M (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: CPF da vítima: 86259091168 Nome completo da vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: Clécio Gabriel de Mendonça Henriques CPF: 862590911-68  
Profissão: gerente de reembolso Endereço: Rua do Imaral Número: 07 Complemento: casa  
Bairro: Centro Cidade: Picuí Estado: PB CEP: 58187-000  
E-mail: cliciohenriques@outlook.com Tel. (DDD): 83-988501970

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:  
☐ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00  
☒ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA:   CONTA:    
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)AGÊNCIA: 2301 9 CONTA: 15413 0  
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinale uma das opções):

- ☐
- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- 
- ☐
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- 
- ☐
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

## DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado Local e Data, Picuí, 16 de Abril de 2019  
Nome: Clécio Gabriel de Mendonça Henriques  
CPF: 862590911-68

(\*) Assinatura de quem assina A ROGO

Clécio Gabriel de Mendonça Henriques  
Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

## TESTEMUNHAS

1ª Nome: Neome Maria de Mendonça Henriques  
CPF: 374.512.514-202ª Nome: Neome Maria de Mendonça  
CPF: 1044516784-04

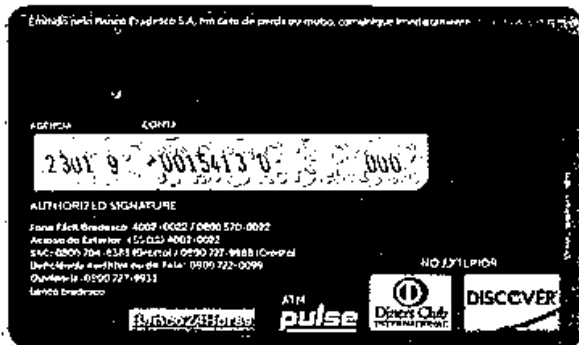
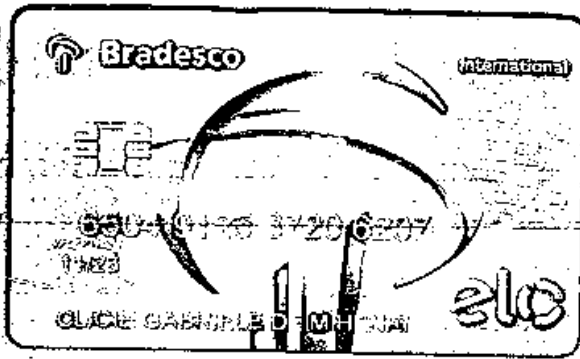
Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(\*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário. A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura.  
NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018







CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA nº. 065/2016

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA: LESÃO CORPORAL RESULTANTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Local da ocorrência: **RODOVIA BR 104, Km 66, cidade de Algodão de Jandaíra -PB**

**VÍTIMA: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, brasileira, natural de Campina Grande-PB, nascida aos 20/03/1980, RG nº. 2386789 SSPPB, CPF nº. 862.590.911-68, CNH registro nº. 04161004773, filha de MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES e de FLEURISIO MENDONÇA, residente a Rua Ferreira de Macedo, 60, centro, Picuí-PB.

**OCORRÊNCIA:** a vítima sofreu acidente de trânsito no dia 17/06/2016, por volta das 19h00min, enquanto trafegava na Rodovia BR 104, sentido cidade de Remígio-cidade de Picuí, conduzindo o veículo automotor, GM/ CLASSIC LS, ano/modelo 2011/2011, cor CINZA, placa NQA1003-PB, chassi nº. 9BGSU19F0BC212757, renavam nº. 00306087677, de propriedade de MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES, CPF nº. 374.512.514-20, conforme documentação da Polícia Rodoviária Federal, BAT nº. 83480060 - C2023583, **QUANDO PERDEU O CONTROLE DO REFERIDO VEÍCULO AUTOMOTOR**, saindo da pista de rolagem e capotando; QUE, afirma que devido aos ferimentos sofridos foi socorrido pelo serviço do SAMU, conforme declaração do referido órgão, sendo socorrida ao Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, localizado na cidade de Campina Grande-PB, conforme documentação apresentada do referido hospital, onde fora submetida a procedimentos médico/cirúrgicos.

**Testemunha: CLÓVIS NAZÁRIO DE OLIVEIRA NETO**, brasileiro, funcionário público do estado da Paraíba, policial civil, Agente de Investigação, Matrícula 156.864-7, residente na Secretaria de Segurança e da Defesa Social, sediada na cidade de João Pessoa-PB;

**Testemunha: ALDEMIR ALVES DE MACEDO**, brasileiro, natural de Campina Grande-PB, nascido aos 20/03/1980, RG nº. 2386789 SDS/PB, CPF nº. 862.590.911-68, residente na Rua Garcia do Amaral, nº. 07, centro, Picuí-PB

Picuí-PB, em 9 de agosto de 2016.

Vítima: Clície Gabriele de Mendonça Henriques

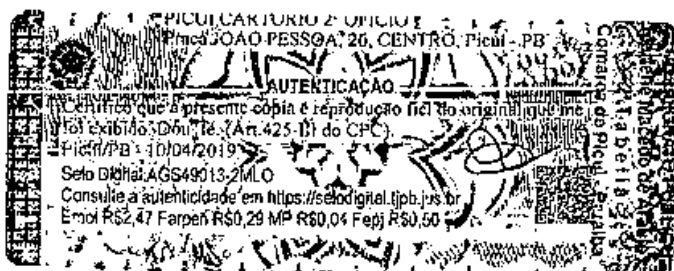
RECEBIDO

03 MAI 2016

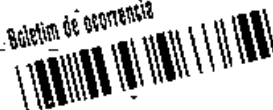
Seguradora Lider DPVAT

Policial Registrador:

**ELIAS JOSÉ RODRIGUES SILVA**  
Delegado de Polícia Civil  
Matrícula 159.473-7



Selador de ocorrência







**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
**Sistema de Informações Operacionais**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**OCCORRÊNCIA:** 83480060  
**Comunicação:** C2023583  
**\* STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

**DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA**

**PRF:** 1199743 - ALDO AGRA ALEXANDRE  
**Município/UF:** ALGODÃO DE JANDAIRA/PA  
**Fase do dia:** Plena noite  
**Condições da Pista:** Seca  
**Sinalização existente:** Vertical, Horizontal  
**Sinalização luminosa:** Inexistente  
**Houve danos ao patrimônio da União?** Não  
**Houve solicitação de perícia?** Não  
**A perícia compareceu ao local do sinistro?** Não  
**Data/Hora do Acidente (hora local):** 17/06/2016 19:00  
**BR:** 104  
**KM:** 66,0  
**Tipo de Acidente:** Capotamento  
**Restrições de Visibilidade:** Inexistente  
**Sentido da Via:** Decrescente  
**Condição meteorológica:** Céu Claro  
**Data e horário da solicitação:**  
**Data e horário do**

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:**

**Houve danos ao patrimônio de terceiros?** Não

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:**

**Houve danos ao ambiente?** Não

**DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:**

**CONDIÇÃO DA RODOVIA**

**Uso do Solo:** Rural  
**Tipo de Localidade:** Não edificada  
**Existe acostamento?** Sim  
**Estado de Conservação:** Bom  
**É desnível?** Não  
**É pavimentado?** Sim  
**Largura (m):** 1,8  
**Possui defesa?**  
**Possui mão-flo?** Conservada(o)  
**Possui sarjeta?** Conservada  
**Existe canteiro central?** Não  
**Estado de Conservação:**  
**Largura (m):** 0  
**Tipo de Inclinação:**  
**Obstáculo ao Cruzamento:** Não Informado  
**Estado de Conservação do Obstáculo:**  
**Faixa de Domínio - Estado de Conservação:** Bom  
**Ocupação:** Uva  
**Cerca:** Não existe  
**Pista de Rolamento - Estado de Conservação:** Bom  
**Tipo:** Simples  
**Qtd. de Faixas:** 02  
**Tipo de Pavimento:** Asfalto  
**Perfil:** Rampa < 3%  
**Trçado:** Curva  
**Curva Vertical:** Não Existe  
**Superelevação:** Não  
**Superfargura:** Não  
**Largura da Pista (m):** 7,8  
**Estreitamento:** Não Existe

**TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:**

**VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET:** <http://www.dprf.gov.br>

**DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:** 13/07/2016 11:53:43  
**NÚMERO DE CONTROLE:** 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 6



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2002131404250000000010670072>  
Número do documento: 2002131404250000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 7



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
**Sistema de Informações Operacionais**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**OCORRÊNCIA:** 83480060  
**Comunicação:** C2023583  
**\* STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

**CROQUI**

Local Preservado

PR-104  
Km  
7645,0

**LEGENDA:**

Automóvel	Trem
Veículo Trator	Conjugado
Pedestre	Objeto Fixo
Ponto B	Ponto A'
Ponto P	Ponto A
Ponto C	Antes da Colisão
Ônibus	Marca de Freagem
Animal	Veículo Ausente
Capotagem	Reboque/Semi-reboque
Caminhão	Triângulo de Amoreção
Tombo/batimento	Veículo de 2 ou 3 rodas
Incêndio	Marcha à frente
Local de colisão	Pattingem ou Denegação
Marcha à ré	Depois da Colisão
Place de trânsito	

← MICU: ESPERANÇA →

Latitude do Ponto C: \_\_\_\_\_ Longitude do Ponto C: \_\_\_\_\_

Referência do Ponto A/A': \_\_\_\_\_ Referência do Ponto B: \_\_\_\_\_

Distância AB (m): \_\_\_\_\_ Distância AC (m): \_\_\_\_\_ Distância BC (m): \_\_\_\_\_

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

**Narrativa da Ocorrência:**

APOS LEVANTAMENTOS E VESTIGIOS NO LOCAL DO ACIDENTE , CONCLUIU QUE O CONDUTOR DO VI AO REALIZAR A CURVA , PERDEU O CONTROLE DE DIREÇÃO SAIU DA PISTA E CAPOTOU EM SEGUIDA.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

**DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:** 13/07/2016 11:53:43  
**NÚMERO DE CONTROLE:** 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 6



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>  
Número do documento: 20021314042500000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 8



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
Sistema de Informações Operacionais  
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83480060  
Comunicação: C2023583  
\* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NOA-1003 Sequencial: V1 Descrição: CLASSIC LS Chassi: 9BGSU19F0BC212757 Renavam: 00306087677  
Marca/Modelo: Cor: CINZA Ano: 2011 Tipo: Automóvel Empacamento: JOAO PESSOA/PB  
Ocupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular  
Proprietário: MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES CPF/CNPJ: 374.512.514-20  
Endereço: R DEPUTADO PLÍNIO SALGADO 232 00232 CEP: 58.056-290  
Município/UF: Telefones: Celular:

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:  
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu Fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não  
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não  
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom  
Descrição do Recolhimento:  
DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real/R\$  
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:  
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:  
Responsável pela Recepção:  
Documento do Responsável:  
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/NOA-1003 CLASSIC LS  
Nome/Apêlido: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES  
Data de Nascimento: 20/03/1980 Sexo: Feminino Estado Civil: Não Informado  
Nome do Pai:  
Nome da Mãe:  
Endereço: RUA GEOVANI MARINHO DE MELO 210 CEP: 58.056-350  
Município/UF: Telefones: Celular:  
Grau de Instrução: Não Informado  
Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal: COMERCIANTE VAREJISTA  
CPF: 862.590.811-68 Documento de Identificação: 2385789 Órgão Expedidor: SSP/PB  
Origem: Destino:  
Estado Físico: Lesões Graves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Ignorado Usava Capacete? Não Aplicável  
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado  
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: B Registro CNH: 04161004773/PB Primeira Habilitação: 09/06/2007  
Validade CNH: 15/05/2017 País CNH: Dom? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado  
Pertences:  
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: Responsável pela Recepção:  
Documento do Responsável: Data/Hora da Recepção (hora local):  
Município/UF: Motivo:  
Descrição do

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.darf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/07/2016 11:53:43  
NÚMERO DE CONTROLE: 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 6



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>  
Número do documento: 20021314042500000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 9

[illegible]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
Sistema de Informações Operacionais  
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83480060  
Comunicação: C2023583  
\* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1 Placa: NQA-1003  
Nome do Agente/Assinatura: ALDO AGRA ALEXANDRE Nº BOAT: 83480060  
Registro/Matrícula do Agente: 1199743 Data: 17/06/2016 19:00

Item	Descrição do componente	Valor	SIM	NÃO	NA	Item	Descrição do componente	Valor	SIM	NÃO	NA
1	Teto	1	X			26	Longarina traseira esquerda	3		X	
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3		X	
3	Painel corta fogo	3		X		28	Assento porta-malas / Assento	1		X	
4	Painel dianteiro	1	X			29	Caixa de rodas traseira direita	3		X	
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3		X	
6	Longarina Completa / Caixa de roda esq.	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3		X	
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2		X	
8	Chassi porção dianteira (veículos carga)	3		X		33	Lateral traseira direita	1		X	
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1	X			34	Coluna traseira externa direita	1		X	
10	Suspensão dianteira esquerda	2		X		35	Coluna traseira externa e estrutura direita	3		X	
11	Coluna dianteira externa esquerda	1		X		36	Porta traseira direita	1		X	
12	Coluna dianteira externa e estrutura esq.	3		X		37	Coluna central externa direita	1		X	
13	Porta dianteira esquerda	1		X		38	Coluna central externa e estrutura direita	3		X	
14	Soleira externa esquerda	1		X		39	Soleira externa direita	1		X	
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3		X		40	Soleira externa e estrutura direita	3		X	
16	Assento central esquerdo	3		X		41	Assento central direito	3		X	
17	Coluna central externa esquerda	1		X		42	Porta dianteira direita	1		X	
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3		X		43	Coluna dianteira externa direita	1		X	
19	Porta traseira esquerda	1		X		44	Coluna dianteira externa e estrutura direita	3		X	
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1	X		
21	Coluna traseira externa e estrutura esq.	3		X		46	Suspensão dianteira direita	2	X		
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda dir.	3		X	
23	Suspensão traseira esquerda	2		X		48	Longarina parcial / Avental direito	1		X	
24	Tampa traseira	1	X				Soma de todos os pontos assinalados na coluna "SIM":		8		
25	Painel Traseiro / Divisor	1		X			Soma de todos os pontos assinalados na coluna "NA":		0		
							Total de pontos "SIM" + "NA":		8		

ITENS NÃO PONTUÁVEIS			
Item	Descrição do componente	SIM	NÃO
49	Air Bag Motorista		X
50	Air Bag Passageiro		X
51	Air Bag Lateral		X
52	Local gravação VIN		X
53	Pára-brisa	X	
54	Vidros laterais e/ou traseiros	X	

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☒ Dano de Pequena monta: até 20 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".  
☐ Dano de Média monta: de 21 a 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".  
☐ Dano de Grande monta: acima de 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou não existente

NA = Item que não foi possível avaliar o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/07/2016 11:53:43  
NÚMERO DE CONTROLE: 9ba4f3b55c8d6388







MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
Sistema de Informações Operacionais  
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA:	83480060
Comunicação:	C2023583
* STATUS DA OCORRÊNCIA:	Encerrada

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO:	13/07/2016 11:53:43
NÚMERO DE CONTROLE:	9ba4f3b55c8d5388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 5 de 6



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>  
Número do documento: 20021314042500000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 12



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
Sistema de Informações Operacionais  
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83480060

Comunicação: C2023583

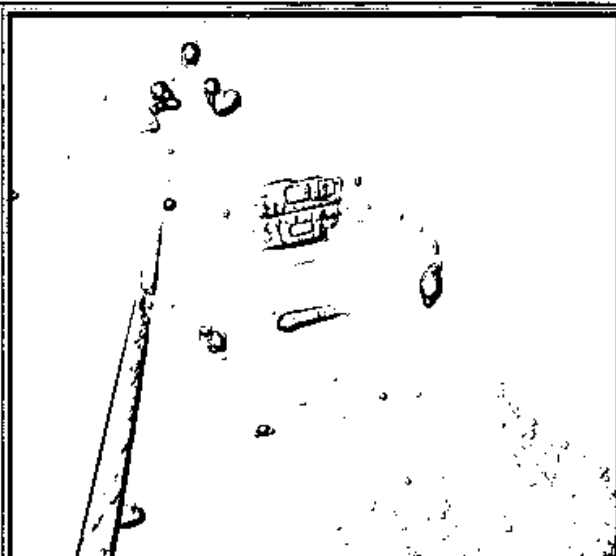
\* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1	Placa: NQA-1003
Nome do Agente/Assinatura: ALDO AGRA ALEXANDRE	Nº BOAT: 83480060
Registro/Matrícula do Agente: 1199743	Data: 17/06/2016 19:00



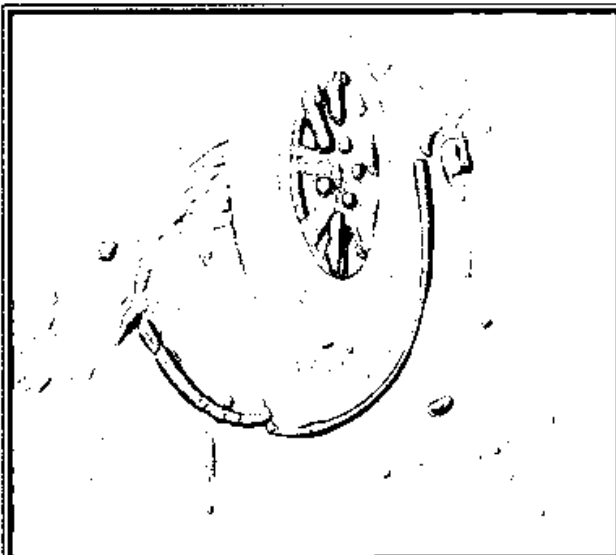
Frete



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/07/2016 11:53:43

NÚMERO DE CONTROLE: 9ba4f3b55c8d6388

\* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

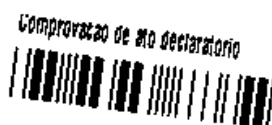
Página 6 de 6





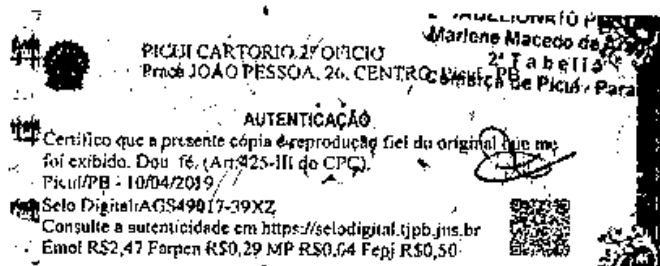
SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA  
SAMU 192  
BARRA DE SANTA ROSA – PB.

DECLARAÇÃO



Declaro para os devidos fins que **CLICIE GABRIELE DE MEDONÇA HENRIQUES**, 36 anos registro de CPF: 862.590.911-68 RG: 2386789 SSP/PB vítima de capotamento na BR 104 entre as cidades de Remígio e Barra de Santa Rosa - PB, foi atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência–SAMU Barra de Santa Rosa–Unidade de Saúde Básica–USB 52, no dia 17/06/2016, às 19 horas e 32 minutos, ocorrência de nº1302473, onde a mesma foi encaminhada ao Hospital de Trauma - CG, ficando aos cuidados da equipe de plantão.

Barra de Santa Rosa, 05/07/2016



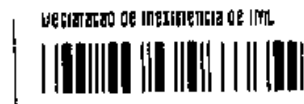
*Candiça Lins Silva*  
Enfermeira  
COREN-PB 275.965

Candiça Lins Silva  
Coordenadora do SAMU

Rua José SadyLeal , 12–Barra de Santa Rosa–PB Tel: 83 33761017



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



O PEDIDO DO SEGURO DPVAT  
ENCONTRA-SE DIGITALIZADO NA  
PASTA/ABA AUTORIZAÇÃO DE  
PAGAMENTO.



# BRADESCO

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/06/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02301-9

CONTA: 000000015413-0

---

---

Nr. Autenticação

BRADESCO1006201905000000000023702301000000015413168750 PAGO



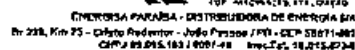
Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>

Número do documento: 20021314042500000000010670072



Documentos sem valor fiscal.  
Documentos não é segunda via de saída.  
P. 1011 para maiores detalhes da obra consulte o site de vendas online 16 022.783.685



MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES  
RUA GARCIA DO AMARAL 07  
PICI

**5/97633-2**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



MARIA NAILZA MEDEIROS HENRIQUES

Rotelro; 02-080-507-2330

83650000000-1 320800054000-8 00070722040 0 0 40000000000 0

**Comprovante de residência**

Declaração do proprietário do veículo



## DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguredolider.com.br](http://www.seguredolider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 01 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Eu, Maria Nailza Medeiros Henriques

RG nº 692467, data de expedição 25/01/2017

Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 374512514-20

com domicílio na cidade de Picuí, no Estado de Paraná

R. Garcia do Amaral, Bairro Centro, nº 07

complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

Elcie Faleiros de Mendonça Henriques, cujo o condutor era

Elcie Faleiros de Mendonça Henriques

Veículo: CORSA Modelo: CLASSIC 1.5 Ano: 2011

Placa: NAA 1003 Chassi: 9B6SV19F0BC212757

Data do Acidente: 17/06/16

Local e Data: Picuí, 16 de Abril de 2019

Maria Nailza Medeiros Henriques

Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor  
( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )







**ESTADO DA PARAIBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



**SUS**  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a):	CLECIA GABRIELLE DE MENDONCA	Protocolo:	0000282714	RG:	NÃO INFORMADO
Dr(a):	AMARO JORGE PINTO NETO	Data:	18-06-2016 15:08	Origem:	CLÍNICA CIRÚRGICA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	36 anos	Destino:	ENF 07 - L 03

**TEMPO DE SANGRAMENTO** ..... 2'00''

[DATA DA COLETA: 18/06/2016 15:21 ]

Material: sangue

Método: Duke

Valores de Referência:

De 1 a 3 minutos

**TEMPO DE COAGULAÇÃO**

8'00'' min

[DATA DA COLETA: 18/06/2016 15:21 ]

Material: Sangue

Método: Lee-White

Valores de Referência:

De 5 a 11 minutos

Márcia Fernanda  
Biomédica  
CRM 4684





ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): CLECIA GABRIELLE DE MENDONÇA      Protocolo: 0000232714      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): AMARO JORGE PINTO NETO      Data: 18-06-2016 15:08      Origem: CLINICA CIRURGICA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 36 anos      Destino: ENF 07 - L 03

HEMOGRAMA

[DATA DA COLETA: 18/06/2016 15:19 ]

Resultados

Valores de Referência

SÉRIE VERMELHA

Eritrócitos	4.04 milhões/mm <sup>3</sup>	3.9 à 5.9 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina	13,2 g/dL	12,0 à 15,0 g/dL
Hematócrito	40 %	35,6 à 48,4 %
V.C.M.	98 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.	33 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.C.M.	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos	11.400 /mm <sup>3</sup>	5.000 à 10.000 /mm <sup>3</sup>
	(%)	(/mm <sup>3</sup> )
Neutrófilos		
Promielócitos	0	0
Mielócitos	0	0
Metamielócitos	0	0
Bastonetes	2,0	228
Segmentados	71,0	8.094
Eosinófilos	0	0
Basófilos	0	0
Linfócitos		
Típicos	23,0	2.622
Atípicos	0	0
Monócitos	4,0	456
CONTAGEM DE PLAQUETAS	281.000 mm <sup>3</sup>	140.000 à 400.000 mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES

Contagens repetidas e confirmadas.

  
Márcia Fernanda  
Blomédica  
CREM 4884





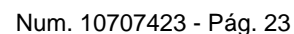
DIAGNÓSTICO  
Lx de abdome +  
cateter 6

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alcivar Gabrielly de mendonca	Alojamento: 07	Leito 03	Convênio
Date	23/06			
Prescrição Médica	1. Dieta 2. SRL 1500ml EV/24h 3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0.9% EV 8/8h SN 7. Nauseadron 01 PA + AD EV 8/8h SN 8. Clexane 40mg SC/dia [SUSPENSO] 9. SSVV + CCGG			
Evolution Médica	<p>1. Onipocido - 6<sup>o</sup> DTH - 2<sup>o</sup> DPO</p> <p>Paciente com FGA, repunido por em grupo expandido.</p> <p>Alta Hospitalar</p> <p>Após 16</p>			
Horário				
Assinatura	Dr. Roberto Carlos			

## DIAGNÓSTICO

~~CONFIDENTIAL~~



DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

Paciente:	C. C.		Enfermeira:	1.3 #	Leito:		Data:	/ /
DIAGNÓSTICOS	CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS							
1	Constipação	Fatores relacionados / Fatores de risco		Fatores relacionados / Fatores de risco				
		Diuréticos ( )	Desidratação ( )	Estresse ( )	Outro ( )	Abdome distendido ( )	Dor à evacuação	Outro ( )
		Hábitos de evacuação irregulares ( )	Capacidade prejudicada de ingerir os alimentos ( )	Lesão neurológica ( )		Anorexia ( )	Dor abdominal ( )	
2	Nutrição desequilibrada: menos do que as necessidades	Fatores biológicos ( )	Fatores psicológicos ( )	Outro ( )		Cavidade bucal fenda ( )	Diarréia ( )	Outro ( )
		Prejuízo neuromuscular ( )	Dor ( )	Fraqueza ( )	Outro ( )	Dor abdominal ( )	Mucosas pálidas ( )	
3	Déficit no auto cuidado para banho	Ansiiedade ( )				Incapacidade de acessar o banheiro ( )	Outro ( )	
		Agentes lesivos (Ex.: Biológicos, químicos, físicos, psicológicos) (x)				Incapacidade de lavar o corpo ( )		
4	Dor aguda	Outros ( )				Alterações na pressão sanguínea ( )	Outro ( )	
		Anestesia ( )	Desidratação ( )	Trauma ( )	Outro ( )	Relato verbal de dor (x)		
5	Hipertermia	Aumento da taxa metabólica ( )				Aumento na temperatura corporal acima dos parâmetros normais ( )		
		Extremos de idade ( )	Circulação prejudicada ( )			Taquicardia ( )	Taquipnéia ( )	Outro ( )
6	Integridade da pele prejudicada	Hipotermia ( )	Imobilização física ( )	Outro ( )		Destruição de camadas da pele ( )	Invasão de estruturas do corpo ( )	
		Ansiiedade ( )	Desconforto ( )	Rigidez articular		Rompimento da superfície da pele ( )	Outro ( )	
7	Mobilidade Física prejudicada	Prejuízos músculo esquelético ( )	Desuso ( )	Obesidade ( )	Outro ( )	Dificuldade para virar-se ( )	Dispnéia ao esforço ( )	Outro
		Ansiiedade ( )	Dor ( )	Fadiga ( )		Movimentos descontrolados ( )		
8	Padrão respiratório ineficaz					Alterações na profundidade respiratória ( )	Dispnéia ( )	
		Ascite ( )	Queimaduras ( )	Vômito ( )	Diarréia ( )	Batimento de asa de nariz ( )	Ortopnéia ( )	Outro ( )
9	Risco de desequilíbrio eletrolítico	Drenos ( )	Outros ( )					
10	Risco de infecção	Aumento da exposição ambiental a patógenos ( )	Defesas primárias inadequadas ( )					
		Procedimentos invasivos (x)	Outro ( )					
11	Risco de queda	Mobilidade física prejudicada ( )	Medicações ( )					
		Extremos de idade ( )	Agitação/Desorientação ( )					
12	Padrão de sono prejudicado	Falta de privacidade/controle do sono ( )	Outro ( )			Mudança do padrão normal do sono ( )	Outro ( )	
		Ruído ( )	Imobilização física ( )			Relatos de dificuldade para dormir ( )		
13	Outro							
14	Outro							

Dr. Luiz Gonzaga Fernandes  
Diretor de Clínica  
CRM 5523

DA < 11. *guberna*  
19 *guberna*  
12/12/20 *guberna*  
19 *guberna*  
12/12/20 *guberna*

1. Dieta
2. SRL 1500 ml EV/24h
3. Dipirona 02 ML + AD EV 06/06h
4. Titatli 20 mg + AD EV 12/12h
5. Omeprazol 40 mg EV/jejum
6. Tramal 100mg + 100ml SF 0.9% EV 8/8h SN
7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN
8. Clexane 40 mg SC/dia
9. SSVV + CCGG

90/8



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Elisabete Gabriela de Mendonça		
End:	Antônio Carlos 650	Bairro:	Alto Mourão
Data de Nascimento:	10/03/20	Documento de Identificação:	
Queixa:	de dor	Data do Atend.:	17/06/16
		Hora:	21:13
		Documento:	
Acidente de trabalho?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		

### Classificação de Risco

Nível de consciência: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto: <input type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Fáceis de dor <input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: <input type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida
Deambulação: <input type="checkbox"/> Livre <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca	

### Estratificação

MOD. 11

- ☒ Vermelho - atendimento imediato  
☐ Verde - atendimento até 4 horas

- ☐ Amarelo - atendimento até 1 hora  
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



FRATURA DE Maxilar

# Folha de Trabalho e Evolução

Paciente)	Alojamento)	Leito)	7-3	Convênio)
-----------	-------------	--------	-----	-----------

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
27/06	DIETA GERAL		
	DIPIRONA 2 MLEV 6/6H	18 24 06	
	TILATIL 1 APM EV 12/12H	18 06	
	SF 0,9% 1000 MLEV 12/12H	18 06	
	METOCLOPRAMIDA 10 MG EV		
	8/8H S/N		
	OMEPRAZOL 20 MG VO 7H		
	TRAMAL 100 MG EV 8/8H S/N		
	CCGG SSVV		
	ACESSO VENOSO		
	1. Cef. Piv. 1000 mg 12/12h	18 06	
	2. G. Fandora 240mg 12/12h		

Dr. João Paulo Oliveira Nunes  
 CRP 100.000  
 CREA 100.000

Dr. João Paulo Oliveira Nunes  
 CRP 100.000  
 CREA 100.000

By mail 08x08r: 20/10 - PA 06





Ex anteforo + Colubula

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

010\*

[illegible]

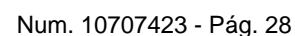
WQD, 035



Ex anteburgo + cohovelo

**U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE**

ALL INFORMATION CONTAINED  
HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 08-10-2010 BY 60322  
SP-12



## DIAGNÓSTICO

NSF

**THE UNIVERSITY OF CHICAGO**

[illegible]

# Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Data	Prescrição Médica	Alojamento	Leito	Horário	Evolução Médica
Diogo Roberto Nunes	13/02/2020	1. Dor abdominal + b.d. 100/60/90 (casual)		7-3		Transtorno de humor
	13/02/2020	2. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	3. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	4. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	5. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	6. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	7. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	8. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	9. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	10. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	11. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	12. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	13. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	14. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	15. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	16. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	17. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	18. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	19. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	20. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	21. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	22. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	23. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	24. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	25. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	26. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	27. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	28. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	29. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor
	13/02/2020	30. Dor abdominal + b.d. 100/60/90				Transtorno de humor

Dr. Angelo Jorge Pinheiro  
Término de Consulta  
CRM/PA 5258



**Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica**

Paciente: <u>Cleciê Gabriele de Mendonça</u>		Idade: <u>36a</u>
Convênio:		Data: <u>01/08/16</u>
Procedimento: <u>T. E. de Dupla Condilite do Lomero</u>		
Cirurgião:	Auxiliar:	Anestesista:
Início:	Término:	Anestesia: <u>Fluorido de</u> <u>Plexo</u>

[illegible][illegible]

Observações:

**Assinatura Anestesista**

**Circulante**

## Relatório de Operações





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Elcio Salgueiro</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>27/06/18</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>Dr. Anderson</i>	1º Auxiliar		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura Ulna distal</i> <i>4ª e 5ª falange distal</i>			
Tipo de Operação <i>osteossintese</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato <i>Não</i>			
Acidente Durante a Operação <i>Não</i>			

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras	
1/	<i>Act DDP</i>
2/	<i>Antissepsia + Antisepsia</i>
3/	<i>campos operatórios</i>
4/	<i>incisão posterior cotovelo</i>
5/	<i>Exatidão</i>
6/	<i>Redução cirúrgica de fratura</i>
7/	<i>Fixação com placa bloqueada</i>
8/	<i>Passagem de Parafusos Intrafemorais</i>
9/	<i>Fixação com placa bloqueada</i>
10/	<i>Sutura por planos</i>
11/	<i>Sutura</i>

Mod. 018

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**

*João Paulo Oliveira Nunes*  
F. TRAMATOCOLA  
28/06/2018



**PEDIDO DE FATURAMENTO**

NOME DO HOSPITAL

HOSPITAL DE TRAVUNHA

CIDADE

C. GRANDE

TEL / FAX / E-MAIL

NOME DO PACIENTE

Cláudio GABRIEL DE MENDONÇA

Nº DO PRONTUÁRIO

1308803

Nº AT. H

COD. PROCEDIMENTO

CONVÊNIO

PROCEDIMENTO REALIZADO

TRAT. PRÉVIO DE TUM. SUPRACONDILAR DE MANDIB.

PRODUTO	REF.	QUANT.	COD. ROMP.
Placas 3.5 DEP BT.		01	
Placas 3.5 DEP 7F.		01	
Placas RECONSTRUÇÃO BT.		01	
PARAFUSOS CONTÍNUOS 3.5 x 14		04	
" " 3.5 x 16		02	
" " 3.5 x 18		02	
" " 3.5 x 20		02	
" " 3.5 x 26		01	
" " 3.5 x 30		01	
" " 3.5 x 50		03	
Aréolas 3.5		01	

DATA DA UTILIZAÇÃO

21/06/2016

DATA DA COMUNICAÇÃO

MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM

Dr. André V. Mendes

OBSERVAÇÕES

Q. 3.5 Simples

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL


André

Dr. Wagner Falcão  
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA  
CRM - PE 805





# NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE		clício gabriel de Mendonça On/20/03/1980			 GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Hospital do Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		Sus	36.3	1308803	
CIRURGIA: Tratamento cirúrgico de fratura supracondiliana de úmero distal Dr. André T. Dr. João Paulo					
ANESTESIA: bloqueio de plexo ANESTESIA: Dr. Lucas					
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
André		21/06/16	07:30	10:40	
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Colostoma	Qtd.	FIOS
	Adrenalina amp.		Catet. p/ Oxo.		Catgut cromado Serlix
	Atropina amp.		Catet. De Urinar Sist. Fech.		Catgut cromado Serlix
	Diazepam amp.		Compressa Grande		Catgut cromado Serlix
	Dimore amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples
	Dolantina amp.		Colonoide		Catgut Simples Serlix
	Efrane ml		Dreno		Catgut Simples Serlix
	Fenegan amp.		Dreno Kerr nº		Catgut Simples Serlix
	Fentanil ml		Dreno Penrose nº 02+04		Cera p/ osso
	Inova ml		Dreno Pezzer nº		Ethibond
	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Mercaína % ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Nubain amp.		Equipo de Sangue		Fio de Algodão Serlix
01	Penicilina		Equipo de PVC		Fio de Algodão Serlix
	Protigline amp.		Espadrapo Larco cm		Fio de Algodão Sutupak
	Protóxido l/m		Furacim ml		Fio de Algodão Sutupak
	Quelcin ml		Gase Pacote c/ 10 unidades		Fita cardíaca
	Rapien amp.		H <sub>2</sub> O ml	03	Mononylon 2.0
	Thionembul ml		Intracath Adulto		Mononylon
	Tracrium amp.		Intracath Infantil		Prolene Serlix
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi nº 20		Prolene Serlix
	Água Destilada amp.		Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Serlix
	Dexametasona amp.		Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Serlix
	Bipreno amp.		Luvas 7.0		Vicryl Serlix
	Flavonol amp.		Luvas 7.5		Vicryl Serlix
	Fluocortid amp.		Luvas 8.0		Vicryl Serlix
02	Geramicina amp.		Luvas 8.5		Vicryl Serlix
	Glicose amp.		Oxigênio l/m		
	Glucon de Cálcio amp.		Polifix		
07	Hemasec ml		PVPI Degamante ml		
01	Heparina ml		PVPI Tópico ml.	Qtd.	SOROS
01	Kasakion amp.		Sabão Antisséptico		SG Normotérmico fr 500 ml
01	Lexix amp.		Saco coletor		SG Gelado fr 500 ml
	Medrotrinazol.		Seringa desc. 10 ml		SG Hipertérmico fr 500 ml
	Plasil amp.		Seringa desc. 20 ml		SG Ringr fr 500 ml
	Prolamina		Seringa desc. 05 ml		SG fr 500 ml
	Revivan amp.		Sonda		
	Suptanon amp.		Sonda folley	Qtd.	ORTESE E PRÓTESE
	Cefalotina 1g		Sonda Nasogálica		1A
			Sonda Uretral nº		
			Sterydrem ml		
			Tomelrinha		
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml		
03	Agulha desc. 25 x 7 1/2 x 12		Gelcon 18		
	Agulha desc. 28 x 28		Látex		
	Agulha desc. 3 x 4.5		05 Utilizados		
	Agulha p/ raque nº		05 gel condutor		
	Álcool de Enfermagem 70%				
	Álcool Iodado ml				
04	Ataduras de Crepon				
	Ataduras de Gessada				
	Azul metileno amp.				
	Benzina ml				
				EQUIPAMENTOS	
				<input checked="" type="checkbox"/>	Oxímetro de Pulso
				<input type="checkbox"/>	Serra
				<input type="checkbox"/>	Desfibrilador
				<input type="checkbox"/>	Foco Frontal
				<input type="checkbox"/>	Fonte de luz
				<input type="checkbox"/>	Foco Auxiliar
				<input checked="" type="checkbox"/>	Eletrocautério
				<input checked="" type="checkbox"/>	Oxícapiógrafo
				<input checked="" type="checkbox"/>	Cardiomonitor
				<input checked="" type="checkbox"/>	Perfurador Elétrico
				CIRCUANTE RESPONSÁVEL	

MOD 066



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**HUECG**HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ENFERMARIA

LEITO

Nº PRONTUÁRIO

**FOLHA DE ANESTESIA**NOME **CLICIA GABRIELE DE MENDONÇA**

IDADE

SEXO

COR

DATA **21-6-16**

PRESSÃO ARTERIAL

PULSO

RESPIRAÇÃO

TEMPERATURA

PESO

ALTURA

TIPO SANGÜÍNEO

HEMÁCIAS

HEMOGLOBINA

HEMATÓCRITO

GLICEMIA

URÉIA

OUTROS

URINA

AP. RESPIRATÓRIO

ASMA

BRONQUITE

AP. CIRCULATÓRIO

ELETROCARDIOGRAMA

AP. DIGESTIVO

DENTES

PESCOÇO

AP. URINÁRIO

ESTADO MENTAL

ATÁRXICOS

CORTICÓIDES

ALERGIA

HIPOTENSORES

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO

**FRATURA SUPRA-CONDILIANA DE UMBILICAL E**

ANESTESIAS ANTERIORES

MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

APLICADA

AS

EFEITO

AGENTES ANESTÉSICOS

LÍQUIDOS

CÓDIGOS  
VP. ARTERIAL: O PULSO: O RESPIRAÇÃO  
AX. ANESTESIA: O OPERAÇÃO

SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES

POSICÃO

AGENTES

TÉCNICA

OPERAÇÃO

CIRURGIÕES

ANESTESISTAS

OBSERVAÇÕES

NOÇÃO  
Safet: \_\_\_\_\_ Excit: \_\_\_\_\_ Tosse: \_\_\_\_\_  
Laringo espasmo: \_\_\_\_\_ Lenta: \_\_\_\_\_  
Náuseas: \_\_\_\_\_ Vômitos: \_\_\_\_\_  
Outros: \_\_\_\_\_

MANUTENÇÃO

ANESTESIA SATISF.: Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_  
Não, por quê? \_\_\_\_\_

DESPERTAR

Reflexos na SO: \_\_\_\_\_  
Obstr.: \_\_\_\_\_ Co.: \_\_\_\_\_ Excit.: \_\_\_\_\_  
Náuseas: \_\_\_\_\_ Vômitos: \_\_\_\_\_  
Outros: \_\_\_\_\_

Com cânula: \_\_\_\_\_  
Para o Leito: Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

CONDIÇÕES:

PERDA SANGÜÍNEA

FOLHA DE ANESTESIA - SRPB



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2002131404250000000010670072

Número do documento: 2002131404250000000010670072

Num. 10707423 - Pág. 35

43 #



HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: CLIQUE Registro: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_ Setor Atual: \_\_\_\_\_

## 2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ☒ ) Local: unha da Obs.: \_\_\_\_\_  
(braco)

## EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

## 3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

## REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ( ☒ ) Consciente ( ☒ ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_

Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ☒ ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ☒ ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

## OXIGENAÇÃO

Respiração: ( ☒ ) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 % PEEP cmH2O

( ☒ ) Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

## PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

## SEGURANÇA FÍSICA

( ☒ ) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda Observação: \_\_\_\_\_

## REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ( ☒ ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio







 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b>	<b>SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CAMPINA GRANDE - PARAÍBA</b>
---	--

<b>PACIENTE:</b>	<b>CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA</b>
<b>DATA DO EXAME:</b>	<b>17/06/16</b>

**ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL – “FAST”**

**METODOLOGIA:**

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

**ANÁLISE:**

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.



Dr. Phydias L F de Carvalho  
Radiologia e Diag. por imagem  
CRM 6933







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	Cícila Gabriele de Mendonça										PRONTUÁRIO:
IDADE:	SEXO	COR:		PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:			
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>									

### DADOS CLÍNICOS:

Pré-op

### MATERIAL A EXAMINAR:

### EXAMES SOLICITADOS:

hemograma  
coagulograma

URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>	ROTINA: <input type="checkbox"/>	Carimbo e Assinatura do Médico
DATA: 18/6/16	HORA DA SOLICITAÇÃO:	

MOD. 002

MOD. 002

Carimbo e Assinatura do Médico	HORA DA SOLICITAÇÃO:	DATA:
	ROTINA: <input type="checkbox"/>	URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>
EXAMES SOLICITADOS: <i>As coagulograma e hemograma</i>		

MATERIAL A EXAMINAR:
----------------------

DADOS CLÍNICOS: <i>Realizado em: 18/6/16</i>
---

IDADE:	SEXO	COR:	PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>					
NOME:	Cícila Gabriele de Mendonça						
PRONTUÁRIO:	819						

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES


GOVERNO  
DA PARAÍBA



(99) DATA NASC. 20/03/15


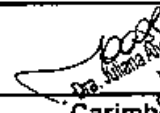
		GOVERNO DA PARAÍBA		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		REQUISIÇÃO DE EXAMES	
NOME:		Clície Gabrielly						PRONTUÁRIO:	
								1308803	
IDADE:		SEXO		COR:		PESO:		ALTURA:	
		M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>					
								CLÍNICA:	
								ENF.: 7	
								LEITO: 3	
DADOS CLÍNICOS:									
Fratura de rádio									
RAIO X REALIZADO EM:									
MATERIAL A EXAMINAR:									
EXAMES SOLICITADOS:									
Rx de antebraço (AP e perfil)									
URGÊNCIA:		<input type="checkbox"/>		ROTINA:		<input type="checkbox"/>			
DATA:		23/06/16		HORA DA SOLICITAÇÃO:					
Carimbo e Assinatura do Médico									

MOD. 002

		GOVERNO DA PARAÍBA		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		REQUISIÇÃO DE EXAMES	
NOME:		CLÍCIE GABRIELLE DE MENDONÇA						PRONTUÁRIO:	
IDADE:		SEXO		COR:		PESO:		ALTURA:	
36		M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>					
								CLÍNICA:	
								ENF.: 7	
								LEITO: 3	
DADOS CLÍNICOS:									
Politrauma									
RAIO X REALIZADO EM:									
MATERIAL A EXAMINAR:									
EXAMES SOLICITADOS:									
Rx de coluna cervical perfil					Rx de antebraço <sup>E</sup> AP e perfil				
Rx de torax AP					Rx de mão esquerda AP e oblíqua				
Rx de pelve AP					Rx de coluna lombar AP				
Rx de membros <sup>E</sup> AP e perfil									
URGÊNCIA:		<input type="checkbox"/>		ROTINA:		<input type="checkbox"/>			
DATA:				HORA DA SOLICITAÇÃO:					
Carimbo e Assinatura do Médico									

MOD. 002



 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b>		<b>SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO</b> HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		<b>REQUISIÇÃO DE EXAMES</b>											
NOME:		CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA										PRONTUÁRIO:			
IDADE:		SEXO:		COR:		PESO:		ALTURA:		CLÍNICA:		ENF.:		LEITO:	
36		M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>		B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>											
DADOS CLÍNICOS:															
Politrauma.															
MATERIAL A EXAMINAR:															
EXAMES SOLICITADOS:															
USG FAST <div style="float: right; text-align: right;"> <b>ULTRASSONOGRAFIA</b>          Realizada em:  <u>17/06/16</u> </div>															
URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>				ROTINA: <input type="checkbox"/>				 Dra. Juliana Alves Figueiredo da Costa MÉDICA CRM-PB 8211 Carimbo e Assinatura do Médico							
DATA:				HORA DA SOLICITAÇÃO:											

MOD. 002

 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b>		<b>SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO</b> HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		<b>REQUISIÇÃO DE EXAMES</b>											
NOME:		Dora E. Silva										PRONTUÁRIO:			
IDADE:		SEXO:		COR:		PESO:		ALTURA:		CLÍNICA:		ENF.:		LEITO:	
		M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>											
DADOS CLÍNICOS:															
Tubo 1º															
MATERIAL A EXAMINAR:															
Hígado, Vezigula															
EXAMES SOLICITADOS:															
URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>				ROTINA: <input type="checkbox"/>				 Suelio Moreira Torres CRM-PB 5253 Carimbo e Assinatura do Médico							
DATA:				HORA DA SOLICITAÇÃO:											

MOD. 002





GOVERNO  
DA PARÁIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Elaine Cybelle de Mendonça		
End:	Bairro: campo 6-50		
Data de Nascimento:	10/05/20	Documento de Identificação:	123456789
Queixa:	Ar. de V.D. Data do Atend. 17/06/20 G. Hora: 11:15 Documento:		
Acidenté de trabalho?	( ) Sim	( ) Não	

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fácil de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocrada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Cama	

### Estratificação

( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



18/06/16  
 Hora: 09:50  
 PA: 110/60  
 P: 89  
 Paciente consciente e orientado  
 deambula e contacta verbal-  
 mente. Realizado banho de  
 aspersão e curativo. Segue me-  
 dicada CPM. Aos cuidados da  
 equipe.

Genivaldo A. F. Passos  
 TEC. ENFERMAGEM  
 COREN-PB 207.583

18/06/16  
 Hora: 19:40  
 Realizado banho de curativo.  
 limpo

Genivaldo A. F. Passos  
 TEC. ENFERMAGEM  
 COREN-PB 207.583

# Diagnóstico

Fratura fechada  
do fêmur e  
tibia distal

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Deora Conceição Santos	Alcance	Leito	3-3	Convênio	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica			
10/02/2020	1. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
11/02/2020	2. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
12/02/2020	3. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
13/02/2020	4. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
14/02/2020	5. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
15/02/2020	6. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
16/02/2020	7. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
17/02/2020	8. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
18/02/2020	9. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
19/02/2020	10. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
20/02/2020	11. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
21/02/2020	12. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
22/02/2020	13. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
23/02/2020	14. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
24/02/2020	15. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
25/02/2020	16. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
26/02/2020	17. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
27/02/2020	18. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
28/02/2020	19. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
29/02/2020	20. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
30/02/2020	21. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			
31/02/2020	22. Dor no membro inferior direito		Fratura fechada			

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072  
Número do documento: 20021314042500000000010670072





**Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica**

Paciente:	Cecile Gabrielle de Mendonça		Idade:	36a
Convênio:			Data:	01/06/16
Procedimento:	T.E. de super-condicionamento de limbo			
Cirurgião:	Auxiliar:	Anestesista:		
Início:	Término:	Anestesia: <u>Doquilo Cel</u> <u>Plexo</u>		

[illegible][illegible]

Observações:

**Assinatura Anestesista**

**Circulante**

## Relatório de Operações

1420.102





**TABELA DE ALDRETE E KROULIK MODIFICADA**

Critério para alta de recuperação pós anestésico	Hora entrada	Hora saída
Nenhum Movimento = 0 Movimentar 2 membros = 1 Movimentar 4 membros = 2		
Apnéia - 0 Respiração Limitada, Dispneia = 1 Respiração profunda e livre = 2		
PA + ou - 50% do nível pré-anestésico = 0 PA + ou - 20 a 40% do nível pré-anestésico = 1 PA + ou - 20% do nível pré-anestésico = 2		
Sat O2 < 90 com oxigênio = 0 Sat O2 > 90 com oxigênio = 1 Sat O2 < 92% sem oxigênio = 2		
Não responde ao chamado = 0 Despertado ao chamado = 1 Completamente acordado = 2		
<b>TOTAL DE PONTOS</b>		

  
Assinatura Anestesiologista





13

## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: CLIQUE Registro: \_\_\_\_\_ Letto: \_\_\_\_\_ Setor Atual: \_\_\_\_\_

## 2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ lpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm; Dor: ( ☒ ) Local: unha da Obs.: \_\_\_\_\_

## EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

(braco)

## 3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

## REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ( ☒ ) Consciente ( ☒ ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_

Droga (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ☒ ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ☒ ) Fotorregentes ( ) Mióticas ( ) Adinâmicas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Parêsa ( ) Plegia ( ) Parêsis Local

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria

Obs: \_\_\_\_\_

## OXIGENAÇÃO

Respiração: ( ☒ ) Espontânea ( ) Catete: Nasal ( ) Venturi % Fim ( ) Intubação ( ) Sonda/Tubo T( ) VENT ( ) VENTOT<sup>n</sup> Comissura labial<sup>n</sup> FiO2 % PEEP cmH2O( ☒ ) Eupnéia ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuído ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto

Aspiração: Quantidade e aspecto

Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Solo e água

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO<sub>2</sub> PO<sub>2</sub> HCO<sub>3</sub> ES SpO<sub>2</sub> Data: / / Hora:

## PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação:

## SEGURANÇA FÍSICA

( ☒ ) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda Observação:

## REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

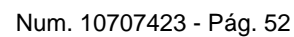
Pulso: ( ☒ ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Fibrilante ( ) Cheio



tx mse

[illegible]

At Lourenço Queiroz  
Paravista, 21 km de Capatzen  
Rio Icho, com exsiccado em 15.5 km  
e floresta com curso subindo rio. (P)  
Quilômetro D. 10 km sul de Capatzen  
e floresta com curso subindo rio. (P)



19.06.16 10:00

Per consent, ointado, audgado  
luidados e medicado conforme  
prescricao medica, nao queira dar  
no momento.

Pa+ 100x80

*[Handwritten signature]*

apresentado de 2.000

01.07.08

12.10.12

2018

apex

Ata de 04.04.17 ao momento 01





# DIAGNÓSTICO

Ex. aneurisma + cateterismo

DATA DE TRATAMENTO INICIADO

Paciente	Cláudio G. de Mendonça	Alimentação	Leito	Convênio	Evolução Médica
Data	Prescrição Médica	Horário			
19/6	1. Dieta <i>BRN</i>				
	2. SRL 1500ml EV/24h, SE 01/91	12/24/06			
	3. Dipirona 600mg + AD EV 05/06h 30.8 + 12.10	12/24/06			
	4. Tiletal 20mg + AD EV 12/12h	12/24/06			
	5. Omeprazol 40mg EV/12h	06/22/06			
	6. Tramol 100mg + 100ml SE 0.9% EV 8/8h SN	06/22/06			
	7. Neusudron DI FA + AD EV 8/8h SN				
	8. Cloxac 40mg SC/dia <i>sup</i>				
	9. SSW + CCGG				
	10. Bismopridina 1FA + AD EV 8/8h	06/23/06			

[illegible]

For "antibiotic" + "antibiotic"

10-10-10

Paciente	Chicita 6 de 11 años	Albamento	7	Leito	3	Convênio
----------	----------------------	-----------	---	-------	---	----------

[illegible]

## RESULTADOS ESPERADOS

[illegible]

UNIT: STUDENT: CHAN, S. L. D. DATE: 2 OF 2013

# DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE EMERGÊNCIA E  
TRAUMA DE CAMPINA GRANDE

Paciente: Quate Enfermagem: 4.3 Data: / /

DIAGNÓSTICOS	FATORES RELACIONADOS / FATORES DE RISCO	CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS
1 Constipação	Duráveis ( ) Desregulação ( ) Estresse ( ) Outro ( ) Hábitos de evacuação irregulares ( ) Lesão neurológica ( )	Abdomem distendido ( ) Day & evacuação Outro ( ) Acidose ( ) Dor abdominal ( )
2 Nutrição desequilibrada: menos do que as necessidades	Falta de hidratação ( ) Condição prejudicada de ingerir os alimentos ( ) Falhas psicológicas ( ) Outro ( )	Cavidade bucal: seca ( ) Discreta ( ) Outro ( ) Dor abdominal ( ) Mucosas ativas ( )
3 Déficit no auto cuidado para banho	Prejuízo neuromuscular ( ) Dor ( ) Fraqueza ( ) Outro ( ) Ansiedade ( )	Incapacidade de abster o bantão ( ) Outro ( ) Incapacidade de lavar o corpo ( )
4 Dor aguda	Agentes lesivos (Ex.: Bacteriológicos, químicos, físicos, psicológicos) (X) Outros ( )	Alterações na pressão sanguínea ( ) Outro ( ) Relato verbal de dor (X)
5 Hipertermia	Anestesia ( ) Desidratação ( ) Trauma ( ) Outro ( ) Aumento da taxa metabólica ( )	Aumento na temperatura corporal acima dos parâmetros normais ( ) Taquicardia ( ) Taquipneia ( ) Outro ( )
6 Integridade da pele prejudicada	Exatidão da idade ( ) Circulação prejudicada ( ) Hipotermia ( ) Imobilização física ( ) Outro ( )	Destruição de camadas da pele ( ) Invasão de estruturas do corpo ( ) Remplimento da superfície da pele ( ) Outro ( )
7 Mobilidade física prejudicada	Arterialidade ( ) Desconforto ( ) Rigidez articular Prejuízo muscular neurológico ( ) Desuso ( ) Outro ( )	Dificuldade para virar-se ( ) Dispersão no estômago ( ) Outro ( ) Movimentos descoordenados ( )
8 Padrão respiratório ineficaz	Ansiedade ( ) Dor ( ) Enfado ( ) Obesidade ( ) Outro ( )	Alterações na profundidade respiratória ( ) Dispnéia ( ) Batimento da asa de nariz ( ) Ortópnea ( ) Outro ( )
9 Risco de desequilíbrio eletrolítico	Ascler ( ) Queimaduras ( ) Vômito ( ) Diarréia ( ) Drenos ( ) Outros ( )	
10 Risco de infecção	Aumento da exposição ambiental a patógenos ( ) Defesas primárias inadequadas ( ) Procedimentos invasivos (X) Outro ( )	
11 Risco de queda	Mobilidade física prejudicada ( ) Medicamentos ( ) Exatidão da idade ( ) Agilidade/Desconhecimento ( )	
12 Padrão de sono prejudicado	Falta de privacidade/controle do sono ( ) Outro ( ) Ruído ( ) Imobilização física ( )	Mudança de padrão normal do sono ( ) Outro ( ) Relatos de dificuldade para dormir ( )
13 Outro		
14 Outro		

21.06  
21:00

Pt. constante, eventual  
pagos non abastecer em  
quase

S. Lima







22/06/16 PA: 120x80 mmHg

Paciente consciente, orientado, evoluí estável e sem queixas. Realizadas cuidados de enfermagem e medicações conforme prescrição médica.

+ curativos  
3 curativos

colapso #  
100%  
080-6

3

3

apresenta de desidratado

20150

(revisado)  
último 12 h de evolução - 01  
último 12 h de evolução - 01



# DIAGNÓSTICO

Exame clínico e  
colômico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Clínica	Alimentação	Leito	Convênio
	Clínica	3	3	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica	
22/06	1. Oito		#1. Oligopatia	
	2. SAL 150mg EV/24h	14/18/90	5º DIA	
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	14/18/90	1º RDC	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	14/18/90		
	5. Omeprazol 40mg EV/jcjum	OK		
	6. Tramal 100mg + 100ml SI 3.9% EV 8/8h SN	SN 14/18/90	Prescrição segue com Oligopatia de 24 horas com	
	7. Nauseodon 01 FA + AD EV 8/8h SN	SN	Tumores de 12 horas de duração, 14h	
	8. Clovaxil 40mg SC/dia (suspensão)	SN	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	9. Saliv + CCSSG	OK	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	10. Eptivon 14 EV 12/12h	14/18/90	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	11. Gentamicina 240mg EV 12/12h	14/18/90	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	12. Tobramicina 100mg EV 12/12h	14/18/90	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	13. Tirocina 100mg EV 12/12h	14/18/90	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	
	14. Tirocina 100mg EV 12/12h	14/18/90	Prescrição de 12 horas de duração, 14h	





ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a):	CLECIA GABRIELLE DE MENDONÇA	Protocolo:	0000282714	RG:	NÃO INFORMADO
Dr(a):	AMARO JORGE PINTO NETO	Data:	18-06-2016 15:08	Origem:	CLÍNICA CIRÚRGICA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	36 anos	Destino:	ENFERMIA

TEMPO DE SANGRAMENTO ..... 2'00''

(NOTA DA COLETA: 18-06-2016 11:21)

Método de coleta:

Método de coleta:

Valores de Referência:  
De 1 a 3 minutos

TEMPO DE COAGULAÇÃO

8'00'' min

(NOTA DA COLETA: 18-06-2016 11:21)

Método de coleta:

Método de coleta:

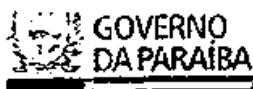
Valores de Referência:  
De 1 a 12 minutos

Márcia Fernanda  
Blomfield  
COORDENADORA



PNCQ  
Programa Nacional  
de Controle da Qualidade





ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOY LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): CLECIA GABRIELLE DE MENDONÇA Protocolo: 0000182714 RG: NÃO INFORMADO  
Data: 18-06-2016 15:05 Origem: CLÍNICA CIRÚRGICA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES Idade: 35 anos Destino: FINE OL. LGS

HEMOGRAMA

(DATA DA COLETA: 18/06/2016 15:05)

Resultados

Valores de Referência

SÉRIE VERMELHA

Eritrócitos	4.04 milhões/mm <sup>3</sup>	3.7 a 5.1 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina	13.2 g/dL	12.0 a 16.0 g/dL
Hematócrito	40 %	35.5 a 45.5 %
V.C.M.	96 fL	82.4 a 101.4 fL
H.C.M.	33 pg	27.1 a 31.9 pg
H.C.H.N.	33 g/dL	31.9 a 36.0 g/dL

SÉRIE BRANCA  
Leucócitos

13.400 /mm<sup>3</sup>  
(%) (/mm<sup>3</sup>)

5.400 a 10.500 /mm<sup>3</sup>

Neutrófilos	0	0	
Promielócitos	0	0	
Ne.ócitos	0	0	
Metamielócitos	0	0	
Bastonetes	2.0	228	20 a 50 % = 1.000 a 3.000 /mm <sup>3</sup>
Segmentados	71.0	8.094	55 a 70 % = 3.000 a 7.000 /mm <sup>3</sup>
Eosinófilos	0	0	0 a 2.0 % = 0 a 1.000 /mm <sup>3</sup>
Basófilos	0	0	
Linfócitos	23.0	2.622	20 a 40 % = 1.000 a 2.000 /mm <sup>3</sup>
Típicos	0	0	
Atípicos	0	0	
Monócitos	4.0	456	2.0 a 10 % = 1.000 a 4.000 /mm <sup>3</sup>
CONTAGEM DE PLAQUETAS	283.000 mm <sup>3</sup>		140.000 a 400.000 /mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES

Contagens repetidas e confirmadas.

Marcia Fomanda  
Biomédica  
CRM 4034



	SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
---	---

PACIENTE:	CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA
DATA DO EXAME:	17/06/16

**ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"**

**METODOLOGIA:**

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

**ANÁLISE:**

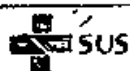
Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.



Dr. Phydias L F de Carvalho  
Radiologia e Diag. por Imagem  
CRM 6933





Sistema SUS  
União da Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1. NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DO LUIZ GONZAGA FERNANDES

2. NOME DO ESTABELECIMENTO ORÇAMENTAL

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DO LUIZ GONZAGA FERNANDES

3. CNES

2362856

4. CNES

2362856

## Identificação do Paciente

5. NOME DO PACIENTE

6. DATA DO NASCIMENTO

7. NOME DO PAI

8. NOME DO MÃE

9. ENDEREÇO

10. CID

11. CID

12. CID

13. CID

14. CID

15. CID

16. CID

17. CID

18. CID

19. CID

20. CID

21. CID

22. CID

23. CID

24. CID

25. CID

26. CID

27. CID

28. CID

29. CID

30. CID

31. CID

32. CID

33. CID

34. CID

35. CID

36. CID

37. CID

38. CID

39. CID

40. CID

41. CID

42. CID

43. CID

44. CID

45. CID

46. CID

47. CID

48. CID

49. CID

50. CID

51. CID

52. CID

53. CID

54. CID

55. CID

56. CID

57. CID

58. CID

59. CID

60. CID

61. CID

62. CID

63. CID

64. CID

65. CID

66. CID

67. CID

68. CID

69. CID

70. CID

71. CID

72. CID

73. CID

74. CID

75. CID

76. CID

77. CID

78. CID

79. CID

80. CID

81. CID

82. CID

83. CID

84. CID

85. CID

86. CID

87. CID

88. CID

89. CID

90. CID

91. CID

92. CID

93. CID

94. CID

95. CID

96. CID

97. CID

98. CID

99. CID

100. CID

101. CID

102. CID

103. CID

104. CID

105. CID

106. CID

107. CID

108. CID

109. CID

110. CID

111. CID

112. CID

113. CID

114. CID

115. CID

116. CID

117. CID

118. CID

119. CID

120. CID

121. CID

122. CID

123. CID

124. CID

125. CID

126. CID

127. CID

128. CID

129. CID

130. CID

131. CID

132. CID

133. CID

134. CID

135. CID

136. CID

137. CID

138. CID

139. CID

140. CID

141. CID

142. CID

143. CID

144. CID

145. CID

146. CID

147. CID

148. CID

149. CID

150. CID

151. CID

152. CID

153. CID

154. CID

155. CID

156. CID

157. CID

158. CID

159. CID

160. CID

161. CID

162. CID

163. CID

164. CID

165. CID

166. CID

167. CID

168. CID

169. CID

170. CID

171. CID

172. CID

173. CID

174. CID

175. CID

176. CID

177. CID

178. CID

179. CID

180. CID

181. CID

182. CID

183. CID

184. CID

185. CID

186. CID

187. CID

188. CID

189. CID

190. CID

191. CID

192. CID

193. CID

194. CID

195. CID

196. CID

197. CID

198. CID

199. CID

200. CID

201. CID

202. CID

203. CID

204. CID

205. CID

206. CID

207. CID

208. CID

209. CID

210. CID

211. CID

212. CID

213. CID

214. CID

215. CID

216. CID

217. CID

218. CID

219. CID

220. CID

221. CID

222. CID

223. CID

224. CID

225. CID

226. CID

227. CID

228. CID

229. CID

230. CID

231. CID

232. CID

233. CID

234. CID

235. CID

236. CID

237. CID

238. CID

239. CID

240. CID

241. CID

242. CID

243. CID

244. CID

245. CID

246. CID

247. CID

248. CID

249. CID

250. CID

251. CID

252. CID

253. CID

254. CID

255. CID

256. CID

257. CID

258. CID

259. CID

260. CID

261. CID

262. CID

263. CID

264. CID

265. CID

266. CID

267. CID

268. CID

269. CID

270. CID

271. CID

272. CID

273. CID

274. CID

275. CID

276. CID

277. CID

278. CID

279. CID

280. CID

281. CID

282. CID

283. CID

284. CID

285. CID

286. CID

287. CID

288. CID

289. CID

290. CID

291. CID

292. CID

293. CID

294. CID

295. CID

296. CID

297. CID

298. CID

299. CID

300. CID

301. CID

302. CID

303. CID

304. CID

305. CID

306. CID

307. CID

308. CID

309. CID

310. CID

311. CID

312. CID



## CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Roberto Gabriel de Mendonça

DATA DO ATENDIMENTO: 17 / 06 / 16

Nº PRONTUÁRIO: 1308803 FICHA: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO: fx de antebraço + costela (E)

PROCEDIMENTO: Fractura cirúrgica de supracon-  
diloma de úmero

MÉDICO (CARIMBO): Dr. Anderson

MOD. 120





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

### ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A):

Glécia Gabrielly de  
Mendonça PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A  
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 552-7 NO CID. DURANTE  
O PERÍODO DE 17 / 06 / 16 A 23 / 06 / 16 NECESSITANDO DE  
9.0 dias DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES

Campina Grande, 23 / 06 / 16

Dr. Sebastião Costa  
Ortopedia Traumatologia  
Clínica da Coluna  
Ass. do Médico - Nº. do CRM \_\_\_\_\_

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o

Dr. \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico  
codificado CID ou por extenso neste atestado médico

\_\_\_\_\_  
Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060





## ALTA HOSPITALAR

NOME DO PACIENTE: Gláucia Galvão de Mendonça

MÉDICO: \_\_\_\_\_

*Dr. Humberto Costa*  
Ortopedia - Traumatologia  
Cirurgia da Coluna  
CRM 5523

ENFERMEIRO: \_\_\_\_\_

DATA: 23 / 06 / 16 SETOR: \_\_\_\_\_





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

CNPJ: 08.778.268/0001-60 | AV. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas - CEP 58432-809 / Campina Grande - PB

### RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	
Nome Completo:	_____
CRM:	_____ UF: _____
Endereço:	_____
Cidade:	_____ UF: _____
Telefone:	_____

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drogeria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Dr. Schubert Costa  
Ortopedia-Traumatologia  
Grupo de Câncer  
CRM 5523

Assinatura e Carimbo do Médico

Paciente: Glécia Capivelly de Mendonça  
Endereço: Antônia Bampa, 650, Alta Branca, Campina Grande-PB  
Prescrição:  
① Ciprofloxacina 500 mg 01cx  
Tomar 01 cp 12/12h por 7 dias  
② Algemac 1000 01cx  
Tomar 01 cp 12/12h  
Data: 23 / 06 / 20 16

Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	
Nome:	_____
Ident:	_____ Org. Emissor: _____
End.:	_____
Cidade:	_____ UF: _____
Telefone:	_____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
Assinatura do Farmacêutico	
DATA:	DATA: ____/____/____

MOD 083



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670072>

Número do documento: 20021314042500000000010670072

**RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	
Nome Completo: _____	
CRM: _____	UF: _____
Endereço: _____	
Cidade: _____	UF: _____
Telefone: _____	

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drogeria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

*Dr. Suelio Moreira Torres  
CRM: 10.123/4567  
Rua da Saúde, 123  
Campina Grande - PB*

Assinatura e Carimbo do Médico

Paciente: Elaine Gabrielly de Mendonça  
Endereço: Antônia Camps, 650, Alta Brasília, Campina Grande - PB  
Prescrição:  
① Ciprofloxacina 500 mg 01 CA  
Tomar 01 cp 12h por 7 dias  
② alginate 1000 01 CA  
Tomar 01 cp 12h  
Data: 23 / 06 / 20 16

Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	
Nome: _____	
Ident: _____ Org. Emissor: _____	
End.: _____	
Cidade: _____	UF: _____
Telefone: _____	

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
Assinatura do Farmacêutico	
DATA: _____	DATA: _____

MOD 053



## CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Oliver Gabriel de mendonça

DATA DO ATENDIMENTO: 17 / 06 / 16

Nº PRONTUÁRIO: 1308803 FICHA: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO: 1a de contusão + estenose (E)

PROCEDIMENTO: Tratamento cirúrgico de supuração  
de abscesso de úvula

MÉDICO (CARIMBO): Dr. Anderson

MOD. 120





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



## ALTA HOSPITALAR

NOME DO PACIENTE: Elise Galvily de mindanao

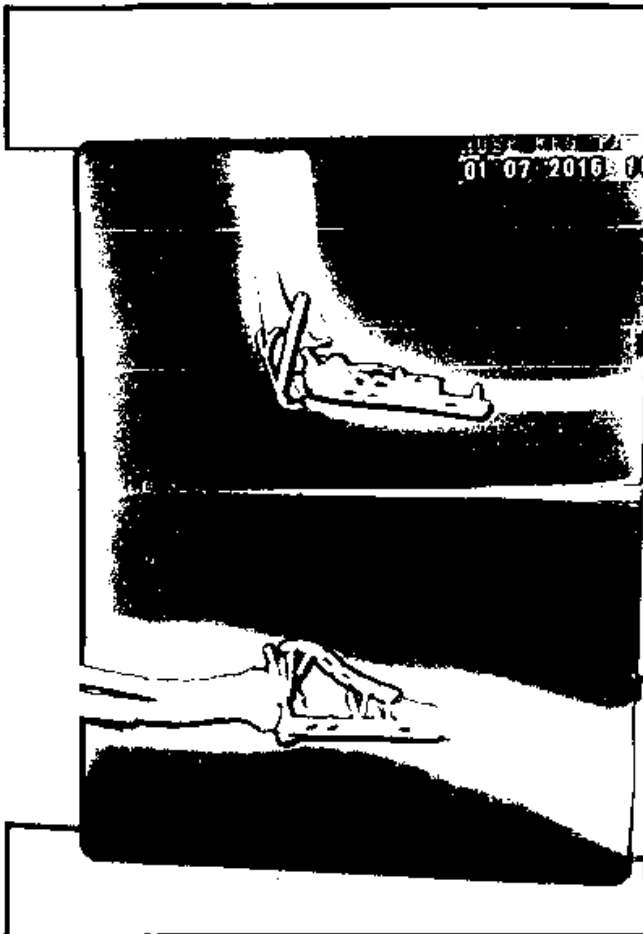
MÉDICO: 

ENFERMEIRO: \_\_\_\_\_

DATA: 23 / 06 / 16 SETOR: \_\_\_\_\_









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA DE REGISTRO CIVIL

1488927074

CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES

2306789 SSP PB

CPF 862.590.911-68 DATA NASCIMENTO 20/03/1980

FLACIO FLEURYBO MENDONÇA

MARIA KATLEA MEDEIROS HENRIQUES

04161004773 29/05/2022 09/06/2007

ASSINATURA DO PORTADOR

JOAO PESSOA, PB 30/05/2017

47607650879 PD034728613

PARAIBA

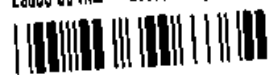
Documentos de Identificação





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

Laudos do IML - Letras corporais



C: Laudo nº: 03.03.07.052017.12130

## LAUDO TRAUMATOLÓGICO

### Sanidade física

Data do exame: 12/05/2017 Hora: 11h01

Órgão Requisitante: Delegacia de Cuité. Nº da Solicitação: 208/2017. Autoridade Solicitante: Bel<sup>a</sup>. Elias José R. Silva. Nome: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES. Idade: 20/03/1980, filho(a) de: Fleurisio Mendonça e de: Maria Nailza Medeiros Henriques Sexo: Feminino. Estado civil: Divorciada. Profissão: Gerente de Vendas Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: C. Grande/PB. R. Ferreiros de Macedo, 60 Centro Picuí/PB Telefone(s):

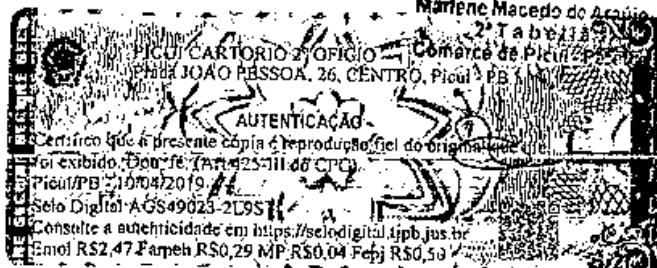
**HISTÓRICO** – Periciando refere ter sido vítima de acidente automobilístico em 17 de junho de 2016, sendo socorrida para o Hospital de Trauma de Campina Grande.

**DESCRIÇÃO** – Ao exame, observamos: deformidade no ombro direito devido a luxação, cicatriz cirúrgica hipertrófica linear na face posterior do antebraço esquerdo medindo 10 cm, cicatriz com tecido de granulação no dorso da mão direita medindo 4,0 cm x 4,0 cm, cicatriz cirúrgica hipertrófica linear na face posterior do cotovelo esquerdo medindo 16 cm. Traz laudo médico assinado por Dr. Railton Marinho da Costa datado de 28/04/17 informando seqüela de fratura em membro superior esquerdo, em torno de 50 %.

### QUESITOS

- 1) O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? SIM.
- 2) No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? PREJUDICADO.
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.
- 4) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 6) Resultou deformidade permanente? SIM, CICATRIZES EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

*Joana Nunes Ferreira Júnior*  
PERITO MÉDICO-LEGAL  
MAT. 157.638-1



*Clicie Gabrielle de Mendonça Henriques*



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.**

Número do Sinistro: **3190321967**

Nome do(a) Examinado(a): **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES**

Endereço do(a) Examinado(a):

**R GARCIA DO AMARAL, 07, CASA - CENTRO - Picuí - PB - CEP 58187-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [ **SSP /PB** ] **2.386.789**

Data e local do acidente: [ **17/06/2016** ] **BARRA DE SANTA ROSA**

Data e local do exame: [ **30/05/2019** ] **Campina Grande** [ **PB** ]

**Resultado da Avaliação Médica**

**I.** Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

**FRATURA DISTAL DO ÚMERO ESQUERDO**

**II.** Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

**PRESENÇA DE CICATRIZ, SEM DEFORMIDADES, SEM EDEMAS**

**III.** Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

[ ☒ ] Sim [ ☐ ] Não

**IV.** Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

**PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO, CAPOTAMENTO, NO DIA 17/06/2016; SENDO SOCORRIDO PELO SAMU AO HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE PB ONDE FOI REALIZADO DE IMAGENS, CONSTATANDO A FRATURA DISTAL DO ÚMERO ESQUERDO. FEITO TRATAMENTO CIRÚRGICO, FISIOTERAPIA E MEDICAMENTOSO. ALTA NO DIA 23/06/2016. APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL COM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO NA EXTENSÃO DO COTOVELO E (DEFICIT 15 GRAUS), NA FLEXÃO DO COTOVELO E (DEFICIT DE 35 GRAUS).**

**V.** Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?

[ ☒ ] Sim [ ☐ ] Não

**VI.** Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL COM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO NA EXTENSÃO DO COTOVELO E (DEFICIT 15 GRAUS), NA FLEXÃO DO COTOVELO E (DEFICIT DE 35 GRAUS).**

**Caso a resposta do item V seja “Não”, concluir utilizando apenas as opções no item VII “a”. Caso a resposta seja “Sim”, valorar o dano permanente no item VII “b”.**

**VII.** Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.



**a)** Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser  
repetida em \_\_\_\_ dias

( ) "Sem sequela permanente" (Não  
existem lesões diretamente decorrentes de  
acidente de trânsito que não sejam  
suscetíveis de amenização proporcionada  
por qualquer medida terapêutica)

**b)** Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam  
relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):  
COTOVELO ESQUERDO  
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( X ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

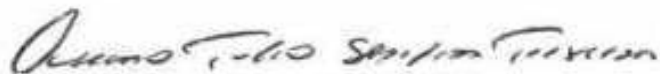
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

**VIII. \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou  
a valoração do dano corporal.**


**É MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**



Luciano Tulio Serafim Teixeira - CRM: 7872 - PB



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0160683/19

Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIK

CPF: 862.590.911-68

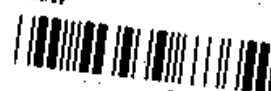
Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

CPF de: Próprio

Data do acidente: 17/06/2016

Titular do CPF: CLICIE GABRIELE DE  
MENDONÇA HENRIQUES

Outros



### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
Laudo do IML - Lesões corporais  
Outros

CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES : 862.590.911-68

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/05/2019  
Nome: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES  
CPF: 862.590.911-68

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/05/2019  
Nome: AGNES CRISTINA GUEDES LOPES  
CPF: 156.118.057-28

CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES

AGNES CRISTINA GUEDES LOPES





# PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

## COBERTURA SOLICITADA

☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ MORTE

### IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES  
Data do Acidente: 17/06/2016 Possui CPF: ☒ Sim ☐ Não Nº CPF: 862.590.911-68

### PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- ☐ Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- ☐ CPF do Representante Legal (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência do Representante Legal (cópia simples), ou declaração de residência (original)

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares
- Todos os documentos devem estar legíveis
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse [www.seguradora.lider.com.br](http://www.seguradora.lider.com.br) ou ligue grátis para Central de Atendimento: Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h

### DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial - ☒ Sim ☐ Não - original ou cópia autenticada
- ☒ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☒ Laudo de Invalidez do IML - ☒ Sim ☐ Não - original ou cópia autenticada
- ☒ Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples)
- ☒ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)

### DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- ☐ Registro de Ocorrência Policial - ☐ Sim ☐ Não - original ou cópia autenticada
- ☐ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☐ Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples)
- ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)

## DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- ☐ Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada: ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☐ CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples)
- ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
- ☐ Laudo Cadavérico (IML) - somente quando solicitado - Cópia Autenticada: ☐ Sim ☐ Não

## DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
  - ☐ Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
  - ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO(A)**
  - ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a União Estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE - QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
  - ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
  - ☐ Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
  - ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
  - ☐ Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
  - ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
  - ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
  - ☐ Formulário do Pedido do Seguro DPVAT (original)
  - ☐ Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
  - ☐ Certidão de Óbito dos filhos da vítima - quando necessário - (cópia simples)
  - ☐ Outros Documentos apresentados:

## PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome): CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES  
Quem é o portador? ☒ Vítima ☐ Beneficiário ☐ Representante Legal  
CPF do portador: 862.590.911-68  
E-mail: claciehenriques@outlook.com Tel: (83) 98850.1930  
Data: 29/04/2019 Assinatura: Clacie Gabriela de Mendonça Henriques

## RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Porto de Atendimento (Nome do ponto): A C MANGABEIRA SE/PB  
Atendente: JOÃO IDNALDO GONÇALVES DE MORAIS Matrícula: 8.478-473-3  
Data: 29/04/2019 Assinatura: João Idnaldo



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190321967 **Cidade:** Algodão de Jandaíra **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** CLICIE GABRIELE DE MENDONCA **Data do acidente:** 17/06/2016 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A  
HENRIQUES

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 24/05/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** TRAUMA DE FACE COM ESCORIAÇÕES.  
FRATURA DISTAL DE ÚMERO ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO (OSTEOSSÍNTESE - PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA. PÁG 14

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** # SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0160683/19

**Vítima:** CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUE

**CPF:** 862.590.911-68

**Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 17/06/2016

**Titular do CPF:** CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
Laudo do IML - Lesões corporais  
Outros

**CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES : 862.590.911-68**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

**Documentação recebida sem conferência.**

**A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.**

**A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.**

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/05/2019  
Nome: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES  
CPF: 862.590.911-68

CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/05/2019  
Nome: AGNES CRISTINA GUEDES LOPES  
CPF: 156.118.057-28

AGNES CRISTINA GUEDES LOPES





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

### NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
JOURNAL OF THE  
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:25

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670073>

Número do documento: 20021314042500000000010670073

Num. 10707424 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





## RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/Diag n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso II: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017"; e, no inciso III: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 156, DE 22 DE JANEIRO 2016

CNPJ n. 09.348.000/0001-04, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 157, DE 23 DE JANEIRO 2018

AR. 1.º Aprovou a eleição de membro do comitê de entidade de 180 BR-531, 800000000 R. 1.º, 1.º.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.india.gov.br/ndc> e [phylton@ndc-economia.fazenda.gov.br](mailto:phylton@ndc-economia.fazenda.gov.br) ou através do endereço eletrônico [ndc@ndc.gov.br](mailto:ndc@ndc.gov.br).

Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos serviços em nomeclatura do CT-1, eventuais manifestações a respeito devem ser encaminhadas a esta Secretaria mediante procedimento próprio desta Circular.

RINATO AGOSTINHO DA SILVA

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.09	Acidos policarboxilicos cíclicos, cíclicos ou ciclopentílicos, seus análogos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	3	2917.20
			Acidos Policarboxilicos, cíclicos, cíclicos ou ciclopentílicos, seus análogos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
			2917.20.1
			2917.20.11
			2917.20.15
			2917.20.99
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/externalidade.html>, pelo código 00012018012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740P233E496AFDA80E1F8B

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 6/13



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/02/2020 14:04:25

<http://pie.tipp.ius.br:80/pie2q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314042500000000010670073>

Número do documento: 20021314042500000000010670073

Num. 10707424 - Pág. 7



4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

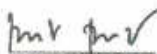
**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADBZB690</b>
<b>Recebição por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



EM ANEXO





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40  
36% I.P.FUNDOS : 3,00  
Total : 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CAD/CST nº 04.04781  
At 2013.1.1a.83354  
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar  
Escrevente  
CST nº 0001.1a.0001  
At 2013.1.1a.0001

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar  
Escrevente  
CST nº 0001.1a.0001  
At 2013.1.1a.0001

086674  
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia : 5,09  
TJ+FUNDOS : 1,81  
Total : 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.

CNPJ nº: 05.246.500/00-01 - NIRE 33.3002847-8  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19  
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da  
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,  
compareceram os membros do Conselho de Administração foram con-  
vidados e compareceram os seguintes membros: (I) Presidente do Con-  
selho: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana  
Tehena Salsano, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játos de Men-  
donça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade,  
Carla Maria de Almeida Novais, do Albuquerque Cavalcanti e Ricar-  
do José Iglesias Teófilo; (II) Diretor Executivo: Presentes os dire-  
tores Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da pre-  
sença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem pre-  
sênci e voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Pro-  
tocolo nº 00/2015, NIRE nº 33.3002847-8, Protocolo nº 00-  
2015/1918643-3 - 12/06/2015, Bernardo S. Benavente, Diretor Exe-  
cutivo da Companhia realizada na Reunião do Conselho da  
Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na  
(II) e (iii) Adjuntos dos diretores de Administração do dia 25 de março de 2015,  
deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André  
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 555.625.647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua  
específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo  
Diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
SUSEP e a função de diretor responsável pelas atividades de controle  
do homologação junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1  
(um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
no cargo até o dia 25 de março de 2016. O Diretor ora eleito  
declara que não está incurso em nenhum crime que o torne inepto  
para exercer atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tão-  
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os  
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes  
da Lei nº 6.402/1976, e não se encontra impedido de exercer Funções  
CNPJ. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da  
Ordem a linha global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral  
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
dos diretores, presentes os membros da Diretoria Executiva, da seguinte  
forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, brasileiro, casado,  
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento,  
supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabi-  
lidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, brasileiro, casado, secular,  
relações com a SUSEP até a posse do diretor Carlos André Guerra-  
Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de  
Marcelo Lopes Devick, diretor responsável pelo cumprimento do dis-  
posto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº  
234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d)  
Cláudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP  
nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos e  
controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os  
membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsa-  
bilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNPJS nº  
143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou  
transferências de endossos, portanto, não há necessidade de endossos  
ser ratificados por estes conselheiros na próxima Assembleia Geral Or-  
dinária da Companhia, na forma de regulamentação da SUSEP em vigor. Os  
conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas  
as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e  
deliberação para este resultado. Os conselheiros presentes ou repre-  
sentados pelo representante pariente, até o terceiro grau, dos admi-  
nistradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como  
declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não inte-  
gram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do  
Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pen-  
sionários, previdenciários, trabalhistas, trabalhistas, trabalhistas, pen-  
da mãe e seu tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente  
ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada  
correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.  
Assinaturas: (Ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do  
Conselho de Administração; (Ass.) Rosana Tehena Salsano - Consel-  
heira; (Ass.) Bernardo Dickmann - Conselheiro; (Ass.) Celso Damadi  
- Conselheiro; (Ass.) Játos de Mendonça Alexandre - Conselheiro;  
(Ass.) João Gilberto Possede - Conselheiro; (Ass.) Jorge de Souza  
Andrade - Conselheiro; (Ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (Ass.)  
Carla Maria de Almeida Novais - Conselheiro; (Ass.) Ricardo José  
Iglesias Teófilo - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio  
de 2015. André Lael Faoro - Secretário Jurídico Comercial do Conselho  
do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3002847-8 - Protocolo nº 00-  
2015/1918643-3 - 12/06/2015, Bernardo S. Benavente em 22/06/2015 e  
Carla Maria de Almeida Novais em 00/0002777237. Celso S. Benavente  
- Secretário Jurídico.

**SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.**

**DO SEGURO DPVAT 15**  
 CNPJ nº 07.093.888/0001-90 Nº 33.00028479-6  
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico no dia 23 de março de 2015, para a reunião ordinária do Conselho. **Assistentes:** Tarcisio de Jesus Pinho, Bernardo Dieckmann, Carlos Damásio, Jéssy de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldmann, Mucio Norberto de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Marques Teixeira, Rosana Tschima Salisano e Wady José Mourilo Cruz. **Assessoria:** A Assessoria Jurídica da Companhia, sob a orientação do Sr. Paulo Roberto de Faria, procurador legal de fato, do respectivo poderbê, titular, atendeu à reunião.

[illegible]

## BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.003.029771-5

**Asssembleia Geral Ordinária** (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 §1º da Lei nº 6.404/76). **Dia, Hora e Local:** 25/05/2016, às 14h, na Av. Fabris, nº 6404/6, Caxias, RJ. **Mesa:** Vitor Ribeiro de Almeida, Presidente; Paulo Roberto de Souza, Secretário. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme assinaatua aposta no Livro de Presença e Acionistas Convocação. **Dispensada** em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** a) **Deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras** sobre o Relatório da Administração encerrado em 31/12/14. b) **Deliberar** sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos c) **Deliberar** sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Birefron de Lubrificantes e Óleos e o exercício de 2015. **Deliberações aprovadas** por unanimidade: a) **Aprovam** a distribuição de dividendos e a remuneração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A., atestando-se de votar os legalmente impedidos conforme o art.134, §5º da Lei nº 6.404/76. b) **Aprovam** a distribuição de dividendos considerando que a BRF Birefron de Lubrificantes e Óleos não possui dívidas com o exercício de 2014. c) **Aprovam** a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a forma de pagamento. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual se encontra arquivada no Livro de Atas, sob o nº 13, e se lê e tem a forma. **Certifico** que a presente ata contém a fiel e verdadeira reprodução própria de Caxias, 30/04/15 Vitor Reichembach da Silva, Presidente, Diogo Valle Bueno, Secretário, Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 27/03/2016, em 1200155, Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral.

**GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

[illegible]

## DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]**Nautlius S/A - Empreendimentos e Participações**

CNPJ/MF: 01.544.790/0001-08 - NIRE: 333025193-1  
 Ata da AGO, lavrada na forma de reunião. 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/2015, às 10:30hrs na sede da empresa na Rua D'Arques de Mello, nº 100, bairro Fátima, Foz de Iguaçu, Paraná. 2. Assistentes legalmente habilitados a todos os acionistas, pelo Diretor: Presidente da Sociedade: 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, concorrente assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Felipe de Castro Souza. 5. Ordem do dia: 1) Aprobado a totalidade do balanço financeiro referente ao exercício encerrado em 31/12/14; e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (i) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (ii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais; (iii) Aprobado a proposta da Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será rateado entre os acionistas de acordo com o valor de suas participações na destinação da Reserva Legal e (iv) O saldo restante de R\$ 1.416.486,96 para a distribuição de dividendos. Aprobados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os membros da Diretoria, em virtude do elevado valor de honorários de discussão na presente assembleia. Encerramento: Foi dada ciência da Assembleia, verificando em seguida que foram aborçados todos os itens de ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tratar, encerrando que, por suas deliberações tomadas, o Conselho Fiscal não teve por seu não se encerrar instaurado e encerrou os trabalhos, sendo: 6. Assinaturas: 6.1. Assinatura do Presidente: Paulo Cesar Gomes de Souza, pelos membros de mesa e pelos acionistas representados da totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/2015 Paulo Cesar Gomes de Souza - Presidente da Assembleia, Felipe de Castro Souza - Secretário. 6.2. Assinatura de 26/3242 em 20/05/2015 Bernardo F.S. Bawhager - Secretário.

**DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO**

ASSINATURAS SEMEOTRATS DO DIARIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 394,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 471,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 57,00

(\*) SOBRE ABAIXO OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI  
OBS: As escrituras com desconto somente serão aplicadas para o funcionário do  
Público (Federal, Estadual, Municipal), desde que não tenha sido utilizado último cartão de que-  
bra. A Lei nº 1.074 de 1950 do Rio de Janeiro prevê que as pessoas autorizadas a  
verificar a situação patrimonial dos funcionários públicos poderão ser adquiridas a  
Preço de 10% do valor de mercado. (L. 1.074/50, Art. 1º, inciso II, alínea c).

ATENÇÃO: É vedada a devolução de qualquer documento sem a assinatura do D.C.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor  
Carvalho nº 81, Centro - Niterói, RJ, CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 7717-4141  
Fax: (0xx21) 7217-4348

[www.impetisaoficial.ri.gov.br](http://www.impetisaoficial.ri.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 25h às 13h



**17º Office de Notas**  
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO DO 17º**  
Paula Cristina A.D. Gaspar-AUT  
17º Office de Notas  
Rio de Janeiro - RJ  
107-0000

reprodução  
AFD. Cont. por: fiel do  
serventia  
TJ-FUNDOS  
Total  
3.09  
1.81  
6.90

028574  
ACS13508







17º Ofício de Notas  
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel ao original, is de junho de 2015.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL  
LIT Consultoria em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepubblico>

026674  
A151505

Reprodução fiel do  
serventia  
Total : 5,09  
: 1,81  
: 6,90



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/03/2020 14:55:18 Num. 1070  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031714552000000000010670075>  
 Número do documento: 20031714552000000000010670075



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3





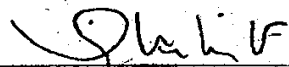
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente



André Leal Faoro  
Secretário


Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3



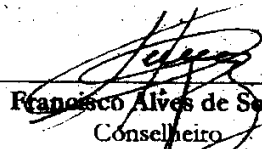





  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

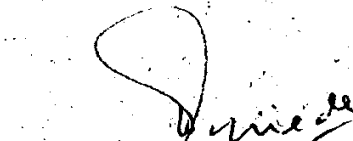
  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro


  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro

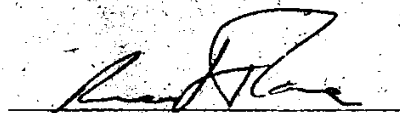
  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro


  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

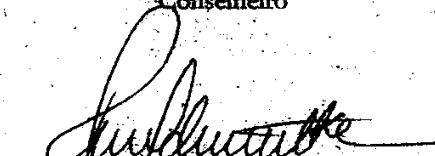
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

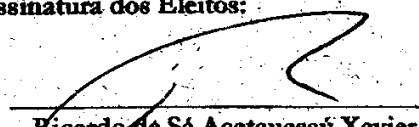
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

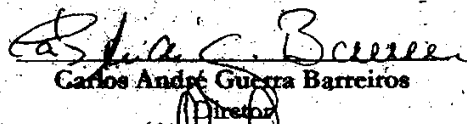
  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

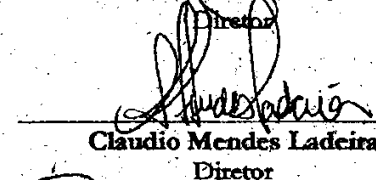
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

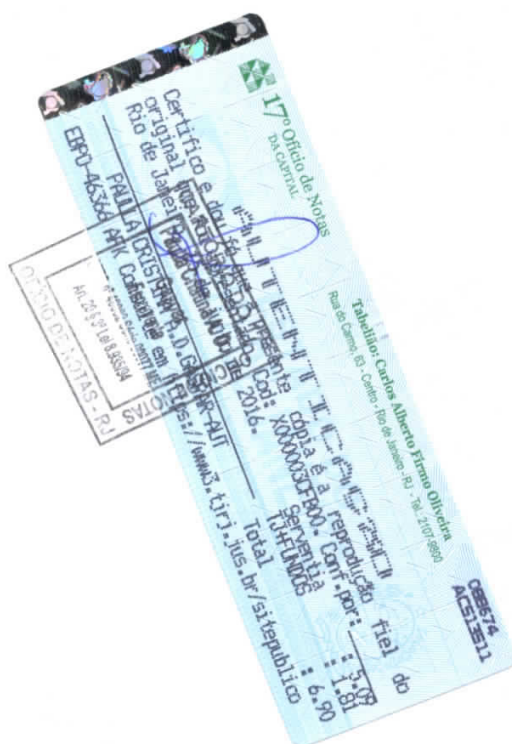
  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3









Número do documento: 20031714552000000000010670075

[illegible]

17º Ofício de Notas  
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Frano Oliveira  
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2020.

PAULA CRISTINA A.D. EXATIDÃO DE NOTAS - FUNDOS

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

reprodução fiel do	5.07
avaliação	1.81
Total	6.90

088674  
AC51509





[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DUBIA MENTAL. DISTURBIOS PSICICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OPERATIVA NO LOCAL DE INSTALACAO, INCLUINDO ALIMENTACAO, SUJEITO, ACOMPANHAMENTO PSICOLOGICO E CURSADOS MEDICOS, CUSTAS SOCIAIS. R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, Nº 1470, POSESSO, PARANAPOLIS, RJ. CEP. 25.770-480. Patrocinador: 03128211

HYDRATEC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA LPP  
CNPJ nº 04.209.430/0001-26  
CONVOCAÇÃO (ART. 152 E 1º e 3º DO CÓD. CIVIL) Nesta  
data convocamos o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para com-  
parecer em dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 14h ou 2ª con-  
vocaçao, para tomar ciência de relatório do socio minoritário "A. Roberto  
Lopes" e "Bakshali da Empreiteira Hydratec Comercio e Tecnica Lda"  
LPP nº 04.209.430/0001-26 e para a 3ª convocação no dia 03/02/2012  
às 14h ou 3ª convocação no dia 03/02/2012 às 16h às 14h. A presen-  
ça é obrigatória. O presente é o primeiro de 3 convocações. O prazo de  
imprescritibilidade é de 5 (cinco) anos. O presente é o primeiro de 3  
convocações em cumprimento de artigo 150, 151 e 152, do Código de  
Comércio. CRLV nº 018.280/0-7. CPE nº 312.446.517-77.

**CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**  
CNPJ: 31.221.649/0001-91

**AVISO** - Acham-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, na Secretaria, na Avenida Nelo Peçanha, 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria


YALE

Companhia Aberta:  
CNPJ nº 33.922.510-0001/54

**FATO RELEVANTE** - A Vale S.A. (Vale) informa que está declarando a Fato Major (FM) em uma série de negociações de mercado de futuro a partir de hoje 11 de janeiro de 2012. Estão sendo realizados em conjunto com os clientes contratos de breques dos respectivos contratos 15, acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, em 16/11/2011.

Relevante encontra-se disponível em sua versão completa no link: [www.vale.com.br/relatores](http://www.vale.com.br/relatores) e no site da VAI, no link: [www.vai.com.br](http://www.vai.com.br)

11 de Janeiro de 2012, às 14h30min

Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** inicia pública que-  
rrela para o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de  
Operação para operar o Duto de Transferrência de Água Doce e  
o Terminal de Cabaunas e a Estação de Barra do Leme, pre-  
sendo aproximadamente 70 km de extensão, espalhados em trechos  
de com uma vazão de 150m<sup>3</sup>/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-  
zembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pro-  
cesso E 0751246/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

[illegible]

**CAPTAÇÃO:** Tetraplanagem COMPERJ, Corpo Hidráulico: 100 m<sup>3</sup>/s; Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30,00 min; Volume mensal: 240.000,0 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat: 22° 43' 11,285" e Long: 42° 50' 38,705"; **CAPTAÇÃO: EAP 1:** Corpo Hidráulico: 100 m<sup>3</sup>/s; Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30,00 min; Volume mensal: 240.000,0 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat: 22° 40' 09,765" e Long: 42° 53' 51,438"; **CAPTAÇÃO: EAP 2:** Corpo Hidráulico: 100 m<sup>3</sup>/s; Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30,00 min; Volume mensal: 240.000,0 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat: 22° 42' 48,124" e Long: 42° 57' 11,331"; **CAPTAÇÃO: EAP 3:** Corpo Hidráulico: Rio Caramuru, Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30,00 min; Volume mensal: 240.000,0 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat: 22° 44' 10,289" e Long: 42° 55' 24,819"; **LANÇAMENTO:** Volume máximo diário dos dois pontos e de 300 m<sup>3</sup>/s; 100 m<sup>3</sup>/s de 100 m<sup>3</sup>/s; **PROTEÇÃO:** 100 m<sup>3</sup>/s de 100 m<sup>3</sup>/s

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 13300032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

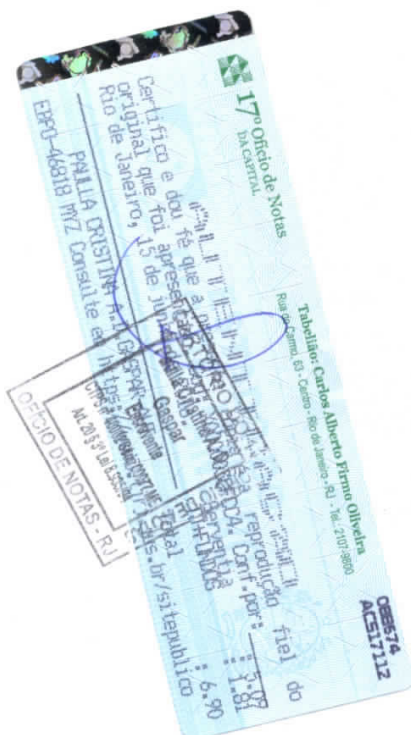
## Avisos, Editais e Termos

## Associacões, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUICAO

(SUMA) CONJUNTO SOCIAL SÓCIES JOAO GUILHERME FIUSA  
MARIO JES ESTRELLA (CPF 154.737.987/72) LIRNEA SOUZA  
MARCIO (CPF 51.535.317/41) JOAO PAULO LIMA DA SILVA  
CPF 104.127.517/91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.776.857/7)  
7) OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A  
LITU A PORTADORES DE DISTURBIOS PSORIS OFFEN









## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE REMÍGIO**

**Juízo do(a) Vara Única de Remígio**

Rua Lindolfo de Azevedo Dantas, S/N, Centro, REMÍGIO - PB - CEP: 58398-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0801414-41.2019.8.15.0551**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DANTAS DE ALMEIDA, MM Juíza de Direito desta comarca, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação em epígrafe, **fica a parte autora**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para: APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO NO PRAZO DE 15 DIAS.

Advogados do(a) AUTOR: MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA - PB13389, ALANA LIMA DE OLIVEIRA - PB12036

**Prazo: 15 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

**Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

REMÍGIO-PB, em 2 de abril de 2020

De ordem, LUCIANA ADELIA DE SENA  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Assinado eletronicamente por: LUCIANA ADELIA DE SENA - 02/04/2020 09:36:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040209362400000000010670077>

Número do documento: 20040209362400000000010670077

EM ANEXO







**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO  
DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**,  
já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que move em  
face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, *mui* respeitosamente, perante  
Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados adiante assinados e  
constituídos *ut* instrumento procuratório, em obediência à determinação do  
v. juízo, tempestivamente, propor a presente:

***IMPUGNAÇÃO***

aos termos da Contestação e documentos, na melhor forma de Direito,  
Doutrina e Jurisprudência, consoante passa a expor e relatar.

**I – PRELIMINARMENTE:**

**II – DA TEMPESTIVIDADE**

A promovente foi intimada, por meio de seus  
procuradores, para impugnar à Contestação, tendo registrado ciência no  
sistema do PJE, em data de **04/05/2020** conforme comprova *id* 29613340.  
Assim, o prazo para manifestação começou a fluir no dia **05/05/2020**.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

Computando-se o referido prazo nos termos do Art. 219 c/c Art. 350 do CPC, o marco final para apresentação deste petitório estende-se até o dia 25/05/2020.

Assim sendo, resta evidente que o prazo processual foi devidamente obedecido, eis que apresentado dentro do prazo legal dos 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, pelo que requer acolher essa peça para todos os efeitos legais e jurídicos.

Outrossim, como a ré não apresentou PRELIMINARES, passemos, de logo, a análise do mérito.

## **II - NO MÉRITO:**

### **III - DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

Alega a contestante, em suma, que “*efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal. Ante o exposto, o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil*”.

Ocorre, *Excelência*, que o valor pago administrativamente em 10/06/2019 não corresponde ao valor a que faz *jus* a promovente. Isso porque o acidente resultou-lhe deformidade no **OMBRO DIREITO, ANTEBRAÇO ESQUERDO, MÃO DIREITA e COTOVELO ESQUERDO**, o que gerou várias cicatrizes viciosas e extensas medindo entre 4 cm e 16 cm, evoluindo com sequelas definitivas e irreversíveis, causando-lhe destarte **DEBILIDADE E DEFORMIDADE EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO (INVALIDEZ PERMANENTE)**.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

Ademais, não assiste razão à Contestante quando aduz que *“é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que: (...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado”*.

Ora, *douto julgador*, embora a promovente tenha assinado recibo de quitação em favor da Seguradora reguladora do sinistro, o fez em relação ao pagamento efetivamente recebido a título de seguro DPVAT apenas naquela oportunidade, ou seja, no valor de **R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** correspondente à **12,50% do teto da indenização**. Logo, não há que se falar em *“ato jurídico perfeito e acabado”*, como insiste a demandada.

Assim sendo, é totalmente devido o complemento da indenização, conforme prevê a Lei nº 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007 e pela Lei 11.945/2009, já que, por ter sido vítima de acidente automobilístico e, em consequência deste, ter adquirido **INVALIDEZ PERMANENTE**, tem a autora direito ao valor de **100% (cem por cento) do teto da indenização**, que nesse caso foi estabelecido em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme legislação vigente.

## **II.II – DO LAUDO PERICIAL CONFECCIONADO PELO IML DO ESTADO DA PARAÍBA - AUSÊNCIA DE INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE - REQUISITO PARA SER BENEFICIÁRIO DO PRÊMIO DO SEGURO DPVAT**

Aduz a contestante que *“as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o LAUDO PERICIAL atesta que a lesão apresentada é apenas uma lesão recuperável, o que, por certo, não pode ser considerado INVALIDEZ PERMANENTE OU INCAPACIDADE PARA O TRABALHO”*.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Acontece, *Excelência*, pelo que se infere da leitura do LAUDO TRAUMATOLÓGICO DO NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL emitido pelo IPC/SSDS/PB (**Id. 27143344**), a conclusão que se chega sobre o caso em apreço é totalmente diferente da versão apresentada pela ré.

Com efeito, o referido laudo é claro em afirmar que existe **DEFORMIDADE NO OMBRO DIREITO, ANTEBRAÇO ESQUERDO, MÃO DIREITA e COTOVELO ESQUERDO**, o que gerou várias cicatrizes viciosas e extensas medindo entre 4 cm e 16 cm, evoluindo com sequelas definitivas e irreversíveis. (vide: campo da **DESCRIÇÃO** do laudo).

Além disso, em resposta aos **QUESITOS** (vide: parte final do laudo), o mesmo é categórico em afirmar no **QUESITO 06** que o sinistro resultou **SIM** em **DEFORMIDADE PERMANENTE EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, logo, sem qualquer razão o argumento da ré de que “*a lesão apresentada é apenas uma lesão recuperável*” bem como que “*o i. expert informa que a parte autora não sofreu nenhuma deformidade permanente, apenas cicatrizes*”. (grifo nosso)

Em verdade, a tese de defesa da ré é completamente insustentável e insubsistente neste ponto, **pois não se atém à especificidade dos fatos em questão**, se limitando a produzir uma contestação genérica, que alega por alegar, chegando ao cúmulo de afirmar em letras garrafais que “*o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)*”, isto é, exatamente o contrário daquilo que é apontado no laudo.

Por último, é também totalmente incongruente o argumento da ré quanto à ausência de invalidez permanente, pois como provado pela autora e confessado pela ré, houve pagamento do seguro DPVAT na esfera administrativa, tendo a autora na oportunidade apresentado o referido laudo, o que justificou o pagamento da indenização.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2ª Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Portanto, se o referido laudo foi aceito como prova para fins de pagamento, ainda que a menor, na esfera administrativa, **não pode o mesmo ser desconstituído como prova na esfera judicial, por um mero “jogo linguístico” da promovida.**

De mais a mais, a promovente juntou outros documentos que corroboram a alegação de INVALIDEZ PERMANENTE quando do protocolo da Petição Inicial, a saber: **EXAMES MÉDICOS (R-x), ATESTADOS MÉDICOS dos anos de 2016 e 2017, LAUDOS MÉDICOS ATUALIZADOS – id’s 27143347; id 27143750,** tudo isso dando conta da limitação funcional do membro superior esquerdo da autora, tendo inclusive anexado **CARTEIRA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA expedida em 08/09/2017 (Id. 27143301 - pág.02/03),** não restando dúvidas, portanto, do direito da promovente à complementação da verba indenizatória do seguro DPVAT.

Por fim, com o objetivo de eliminar qualquer dúvida quanto à existência da lesão e o grau da sua debilidade, a autora já na Petição Inicial protestou por **PROVA PERICIAL,** no sentido de quantificar o grau de lesão, pelo que pugna, *desde já*, pelo seu DEFERIMENTO ante a necessidade, relevância e pertinência para o deslinde da questão.

## II. III – DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Sobre esse item da Contestação, **afirma a ré que não existe qualquer direito de indenização integral à Autora**, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez, conforme legislação vigente bem como o inteiro teor da Súmula 474 – STJ.

No caso *sub judice*, não há dúvida quanto ao direito da autora ao teto máximo da indenização, haja vista que todas as provas sobre a ocorrência dos danos sofridos estão amplamente comprovados através de: BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, EXAMES MÉDICOS, além de outros documentos.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 – Sala – 202 – 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho – Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande – PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Destarte, não pode a ré negar o direito à promovente de receber **100% (cem por cento) do teto da indenização**. Isso porque o valor da indenização decorrente do DPVAT não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas!

Logo, devem as seguradoras conveniadas obedecer a Tabela firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, **não sendo lícito à autarquia ré pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as perícias são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização das instituições, em especial, do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária**, quanto aos critérios de pagamento às vítimas de acidente de trânsito na esfera administrativa.

Outrossim, o nexo de causalidade entre a existência do fato (sinistro) e o dano dele decorrente exigido pela legislação para que a reparação seja devida está bastante configurado, e, portanto, irrefutável!

Demais disso, alega que *“a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, **é imprescindível a realização de prova pericial**, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral”*.

Assim sendo, a autora esclarece, *desde logo*, que não se opõe à realização da perícia, até mesmo porque o resultado do referido exame pericial irá confirmar o que já está atestado por meio de **LAUDO MÉDICO e documentos correlatos juntados aos autos**, no que tange à ocorrência do dano e de que a referida lesão foi decorrente de acidente automobilístico.

## II. IV - DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Dúvidas não há de que a demandada está *em mora* até a presente data quanto ao **PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO** em favor da autora, no teto máximo previsto por lei.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019, Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com







**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

Logo, a indenização que pretende vê-se recompensada deve ser corrigida monetariamente **da data do acontecimento do sinistro**, haja vista, que a ré não efetuou o pagamento no patamar de **100% (cem por cento) do teto da indenização**, que nesse caso foi estabelecido em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme legislação vigente.

Por fim, considerando o caso em concreto, requer não acolher a alegação de que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

## **II. V – DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Alega a contestante que a demanda não apresenta nenhum *grau de complexidade*, nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono do autor, requerendo, por fim, “*que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento)*”.

Acontece, *Excelência*, que estes argumentos não podem fragilizar o trabalho dos causídicos que a esta subscrevem, posto que, não se deve olvidar quanto ao trabalho despendido à cada causa, mormente por se tratar de demanda que envolve a prática de vários atos processuais, tais como: acompanhamento em perícia médica, depoimento pessoal do autor, além de diversas petições etc

No ponto, requer à Vossa *Excelência* levar em consideração:

**I - o grau de zelo do profissional** (atuação em todos os atos que foi intimado a praticar, além das diversas diligências realizadas na secretaria desta unidade judiciária);

**II - o lugar de prestação do serviço** (comarca distinta do domicílio profissional dos advogados que a esta subscrevem);

**III - a natureza e a importância da causa** (matéria relacionada à SAÚDE da demandante);

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com







MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

Assim, requer sejam arbitrados os HONORÁRIOS oriundos de sucumbência no patamar requerido na Exordial, ou seja, de 20% (vinte por cento), *tudo por ser medida salutar de Direito & Justiça.*

### III – CONCLUSÃO

Por tudo anteriormente exposto, requer sejam desconsideradas as alegações do réu, por total falta de fundamentação fática e jurídica, uma vez que todos os fatos articulados na Exordial estão amplamente comprovados, em especial, a existência de **LESÃO GRAVE** passível de indenização conforme a lei do DPVAT.

### IV – DO PROTESTO POR PROVAS

Diante da especificidade do caso, reitera o protesto pela produção de **PROVA PERICIAL (por meio de PERÍCIA MÉDICA)**; aproveitando a oportunidade para requerer que seja expedido competente **OFÍCIO** ao Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) com sede em Campina Grande-PB, solicitando a indicação de médico ortopedista (*o qual deverá exercer o encargo como perito médico do SUS designado pela Secretaria de Saúde e independentemente de termo de compromisso*) para realização da perícia, **devendo na oportunidade o expert já indicar local e data para a realização da prova pericial**, ficando advertido que a perícia tem que ser aprazada com o lapso temporal mínimo de 40 dias, a fim de propiciar as intimações necessárias!

### V - DO REQUERIMENTO FINAL

**EX POSITIS**, requer à Vossa Excelência, rejeitar as alegações da contestação, por falta de base jurídica, legal e fática, acolhendo a petição inicial e julgando **TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado em todos os seus termos.

São os termos em que,  
Pede e confia DEFERIMENTO.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

Remígio/PB, 21 de maio de 2020.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**

*OAB - 12.036/PB*

**MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA**

*OAB - 13.389/PB*

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551**

## **D E S P A C H O**

Defiro o pedido de habilitação retro. Registre-se.

Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir e sua finalidade, bem como para, se assim quiserem, apresentarem a este Juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, do artigo 357 do CPC, no prazo de 10 (dez) dias.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

**Juiz(a) de Direito**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551**

## **D E S P A C H O**

Defiro o pedido de habilitação retro. Registre-se.

Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir e sua finalidade, bem como para, se assim quiserem, apresentarem a este Juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, do artigo 357 do CPC, no prazo de 10 (dez) dias.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

**Juiz(a) de Direito**



ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

PROCESSO: 08014144120198150551

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais que se coadunem com o Convênio de Nº 015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 9 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/07/2020 11:54:59  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20071011545900000000010670083>  
Número do documento: 20071011545900000000010670083



Petição em anexo.





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO  
DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem *mui* respeitosamente perante este douto Juízo, através de seus advogados, em cumprimento ao despacho de *id* 31874518, informar que diante da especificidade do caso, reitera o protesto pela produção de **PROVA PERICIAL (por meio de PERÍCIA MÉDICA)**, requerendo, destarte, que seja expedido **OFÍCIO** ao Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) com sede em Campina Grande-PB, solicitando a indicação de **médico ortopedista** *(o qual deverá exercer o encargo como perito médico do SUS designado pela Secretaria de Saúde e independentemente de termo de compromisso)* para realização da perícia, **devendo na oportunidade o expert já indicar local e data para a realização da prova pericial**, ficando advertido que a perícia tem que ser aprazada com o lapso temporal mínimo de 40 dias, a fim de propiciar as intimações necessária.

Outrossim, aproveita a oportunidade processual para apresentar os quesitos que deverão ser respondidos pelo ilustre perito nomeado por este juízo:

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**1º Quesito.** Houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente de trânsito? Quais as lesões remanescentes após o acidente?

**2º Quesito.** Queira o Sr. perito informar se as lesões são de caráter temporário ou definitivo.

**3º Quesito.** Houve perda de força, mobilidade, flexibilidade, ou outra limitação em virtude da lesão sofrida pela autora no acidente? Favor especificar as mesmas.

**4º Quesito.** Das lesões identificadas, quais foram as consequências traumáticas e funcionais dos órgãos /membros afetados?

**5º Quesito.** O acidente de trânsito resultou dano estético para a parte autora, causando constrangimento para quem ver?

**6º Quesito.** De acordo com a tabela anexa na lei 11.945/2009, qual o percentual da perda funcional da região do corpo da autora que foi afetada em decorrência do sinistro?

Por fim, esclarece a promovente que se abstém de nomear assistente técnico.

***Tudo por ser de inteira JUSTIÇA!***

Termos em que,  
Pede e confia DEFERIMENTO.

Remígio - PB, 22 de julho de 2020.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**  
*Advogada - OAB/PB 12.036*

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019, Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Haja vista que esta decisão obedece ao disposto no artigo 357 do CPC, as partes devem ser intimadas para que peçam esclarecimentos ou solicitem ajustes no prazo comum de 05 (cinco) dias, contados da intimação desta decisão, sob pena de estabilidade da mesma (art. 357, §1º, CPC).

Não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo, passo à saneá-lo, de forma escalonada:

- 1 – Sem preliminares e prejudiciais de mérito aventadas;
- 2 – Pontos controversos fáticos: a existência da lesão na parte autora e o seu grau, que atenda aos requisitos da Lei n. 11.945/2009;
- 3 – Distribuição do ônus da prova: Não há necessidade de alteração.
- 4 – Questões de direito relevantes para a decisão de mérito: não vislumbro no momento, além das ordinárias ligadas ao caso.

**Defiro a produção de prova pericial.**

**Nomeio o Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM 8679/PB, como perito judicial para realizar perícia médica na parte autora e responder aos quesitos do juízo e das partes**, caso apresentem, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, independente de compromisso, ficando o perito advertido de que deverá cumprir o encargo com cuidado, zelo, rigor e retidão.

Fixo honorários do perito no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo, em sendo realizada a perícia, esta escrivania intimar a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.



Intime-se o Sr. Perito para designar data para a realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem, se quiserem, assistentes técnicos, nos termos do artigo 465 do CPC.

Saliente-se que o Sr. Perito deverá enquadrar a lesão do autor nas hipóteses previstas na Lei n. 11.945/2009, inclusive indicando o grau do dano corporal, como sendo total (100%), intenso (75%), médio (50%), leve (25%) ou residual (10%), conforme tabela existente naquela Lei.

Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo, em prazo comum de 15 (quinze) dias.

Ultrapassado o prazo, venham-me conclusos para SENTENÇA.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Haja vista que esta decisão obedece ao disposto no artigo 357 do CPC, as partes devem ser intimadas para que peçam esclarecimentos ou solicitem ajustes no prazo comum de 05 (cinco) dias, contados da intimação desta decisão, sob pena de estabilidade da mesma (art. 357, §1º, CPC).

Não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo, passo à saneá-lo, de forma escalonada:

- 1 – Sem preliminares e prejudiciais de mérito aventadas;
- 2 – Pontos controversos fáticos: a existência da lesão na parte autora e o seu grau, que atenda aos requisitos da Lei n. 11.945/2009;
- 3 – Distribuição do ônus da prova: Não há necessidade de alteração.
- 4 – Questões de direito relevantes para a decisão de mérito: não vislumbro no momento, além das ordinárias ligadas ao caso.

**Defiro a produção de prova pericial.**

**Nomeio o Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM 8679/PB, como perito judicial para realizar perícia médica na parte autora e responder aos quesitos do juízo e das partes**, caso apresentem, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, independente de compromisso, ficando o perito advertido de que deverá cumprir o encargo com cuidado, zelo, rigor e retidão.

Fixo honorários do perito no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo, em sendo realizada a perícia, esta escrivania intimar a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.



Intime-se o Sr. Perito para designar data para a realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem, se quiserem, assistentes técnicos, nos termos do artigo 465 do CPC.

Saliente-se que o Sr. Perito deverá enquadrar a lesão do autor nas hipóteses previstas na Lei n. 11.945/2009, inclusive indicando o grau do dano corporal, como sendo total (100%), intenso (75%), médio (50%), leve (25%) ou residual (10%), conforme tabela existente naquela Lei.

Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo, em prazo comum de 15 (quinze) dias.

Ultrapassado o prazo, venham-me conclusos para SENTENÇA.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito





---

INTIMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA

---

De : Luciana Adelia de Sena <76871649468@tjpb.jus.br> Ter, 04 de ago de 2020 12:23  
Assunto : INTIMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA 1 anexo  
Para : Rodolpho Dantas <rodolphodmp@gmail.com>  
Cc : Luciana Adelia de Sena <76871649468@tjpb.jus.br>

De ordem da MM. Juíza de Direito da Comarca de Remígio/PB, Intimo o **DR. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM 8679/PB**, médico perito judicial, arbitrando os honorários periciais em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para realizar perícia médica na parte autora CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA, nos autos do processo 0801414-41.2019.8.15.0551, e responder aos quesitos do Juízo e das partes, caso apresentem, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, independente de compromisso, ficando o perito advertido de que deverá cumprir o encargo com cuidado, zelo, rigor e retidão.. Outrossim, deverá informar, no prazo de 15 (quinze) dias, data e local para a realização da perícia. Luciana Adélia de Sena, técnica judiciária.

Por gentileza acusar recebimento.

OBS: SEGUE ANEXO DESPACHO JUDICIAL.

---

**DESPACHO.pdf**  
558 KB

---



ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

Processo: 08014144120198150551

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 11 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem mui respeitosamente perante este douto Juízo, através de seus advogados, em cumprimento ao despacho de id 32701159, **reiterar os termos do petítório de id 32572682** no que se refere à apresentação de quesitos, os quais devem ser respondidos pelo ilustre perito, já designado por este juízo, para realização da perícia médica na autora.

Remígio - PB, 14 de Agosto de 2020

**Alana Lima de Oliveira**

**OAB- PB 12036**





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Remígio

Rua Lindolfo de Azevedo Dantas, S/N, Centro, REMÍGIO - PB - CEP: 58398-000

---

**Número do Processo: 0801414-41.2019.8.15.0551**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**  
**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que a perícia médica está designada para o dia 29/10/2020 às 8:00h no fórum de Remígio/PB. Outrossim, a parte deverá trazer seus documentos pessoais e todos os exames médicos que possui.

REMÍGIO, 18 de agosto de 2020  
LUCIANA ADELIA DE SENA





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Remígio

Rua Lindolfo de Azevedo Dantas, S/N, Centro, REMÍGIO - PB - CEP: 58398-000

---

**Número do Processo: 0801414-41.2019.8.15.0551**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**  
**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que a perícia médica está designada para o dia 29/10/2020 às 8:00h no fórum de Remígio/PB. Outrossim, a parte deverá trazer seus documentos pessoais e todos os exames médicos que possui.


REMÍGIO, 18 de agosto de 2020  
LUCIANA ADELIA DE SENA





ANEXO.



  
Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto  
Médico CRM-PB 8679  
PROCESSO Nº: 08014/14-41.2019.8.15.0551

**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT  
(Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1994)**

Nome completo: *Ulcie Gabrielle de Mendonça Henriques Ferreira*  
CPF: *862.590.911-68*

**Informações do acidente**

Local: *BR 104 entre Remigio e Remi*

Data do Acidente: *17.06.2018*

Descrição do Acidente: *Queda de uma pessoa que foi vítima de um acidente de carro.*

**Concordância com a realização da avaliação médica**

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

( ☒ ) Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.**

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

*Humero Superior Esquerdo.*

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Sim, as lesões são compatíveis temporalmente e com o mecanismo de trauma relatados.**

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ) Sim ( ☒ ) Não

Se **SIM**, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) disfunções apenas temporárias

b) ( ☒ ) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

**Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.**

*Queda de uma pessoa que sofreu fratura de humero, mão e antebraço, limitação da amplitude de movimento, força e atrofia da musculatura.*





Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto  
Médico CRM-PB 8679

**V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?**

( ) Sim, em que prazo:

( X ) Não

**Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.**

**VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirma a sua graduação:**

**Segmento corporal acometido:**

a) ( ) **Total**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ( X ) **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ( ) **Parcial Completo.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum seguimento corporal da vítima).

b.2 ( X ) **Parcial Incompleto.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) seguimento corporal da vítima).

b.2.1 ( X ) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1ª Lesão	<u>membr. superior</u>	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( X ) 75% Intensa
2ª Lesão		( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa
3ª Lesão		( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa
4ª Lesão		( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

**Observação:** Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:



VII Quesitos das Partes

Quesitos do DPVAT:

- 1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?

Sim. Sim

- 2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?

Sim

- 3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL e PARCIAL?

Parcial

- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?

lesão parcial incompleta subitosa de 15%

Quesito das partes nº 32572682

① Sim. Sim

② Definitivo

③ Sim

④ Subitosa

Obs. Demais quesitos já respondidos anteriormente

Remissão 29.10.2020

  
Rodolpho Dantas M. Pinto  
Infecologia / Clínica Médica  
CRM-PB 8679 RQE Nº 5693



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE REMÍGIO**

**Juízo do(a) Vara Única de Remígio**

Rua Lindolfo de Azevedo Dantas, S/N, Centro, REMÍGIO - PB - CEP: 58398-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0801414-41.2019.8.15.0551**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Remígio, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801414-41.2019.8.15.0551 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO: "*Com a juntada do laudo, intem-se as partes para manifestação sobre o laudo, em prazo comum de 15 (quinze) dias.* ".

Advogados do(a) AUTOR: ALANA LIMA DE OLIVEIRA - PB12036, MARX ALVES DE OLIVEIRA LIMA - PB13389

**Prazo: 15 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

**Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

REMÍGIO-PB, em 4 de novembro de 2020

De ordem, LUCIANA ADELIA DE SENA  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE REMÍGIO**

**Juízo do(a) Vara Única de Remígio**

Rua Lindolfo de Azevedo Dantas, S/N, Centro, REMÍGIO - PB - CEP: 58398-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVIDA**

<b>Nº</b>	<b>DO</b>	<b>PROCESSO:</b>	<b>0801414-41.2019.8.15.0551</b>
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
COMUM	CÍVEL	(7)	

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA  
**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Remígio, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801414-41.2019.8.15.0551 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte **DESPACHO**: "*Fixo honorários do perito no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo, em sendo realizada a perícia, esta escrivania intimar a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.*" ... Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo, em prazo comum de 15 (quinze) dias."

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

**Prazo: 15 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

REMÍGIO-PB, em 4 de novembro de 2020

De ordem, LUCIANA ADELIA DE SENA  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



EM ANEXO





# BRADESCO

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/06/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02301-9

CONTA: 000000015413-0

---

---

Nr. Autenticação

BRADESCO1006201905000000000023702301000000015413168750 PAGO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/11/2020 16:09:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20111316091800000000010670099>

Número do documento: 20111316091800000000010670099



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo: 08014144120198150551**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Requerida a indenização em sede administrativa, foi apurada lesão no cotovelo esquerdo com repercussão média (50%), efetuando o pagamento no valor de R\$1.687,50:



# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

Número: 3190321967 Cidade: Algodão de Jandaíra Natureza: Invalidez Permanente  
 Vítima: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA Data do acidente: 17/06/2016 Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A  
 HENRIQUES

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/05/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA DE FACE COM ESCORIAÇÕES.  
 FRATURA DISTAL DE ÚMERO ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (OSTEOSSÍNTESE - PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA. PÁG 14

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: # SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão no membro superior esquerdo com repercussão intensa (75%).

Importante esclarecer que, conforme demonstram os próprios documentos de atendimento médico apresentados pela parte autora, **A LESÃO FOI OCASIONADA NO COTOVELO ESQUERDO.**

Primordial se faz ressaltar que o exame pericial médico deve ser realizado com a observação de todas as informações da casuística, principalmente, analisando os documentos de atendimento médico da data do acidente.

**DESTA FORMA, REQUER A INTIMAÇÃO DO EXPERT PARA ESCLARECER A RAZÃO PELA QUAL APURA LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO SE O ÚNICO SEGMENTO AFETADO NO ACIDENTE FOI O COTOVELO ESQUERDO, BEM COMO, PARA GRADUAR O SEGMENTO CORRETO: COTOVELO ESQUERDO.**



Em caso de condenação, requer a aplicação da a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 11 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Em anexo





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, mui respeitosamente perante este i. juízo, em cumprimento ao despacho de id., dizer que concorda inteiramente com o Laudo Pericial apresentado pelo médico perito que concluiu que a requerente é portadora de **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em suas palavras, o *expert* afirmou que a autora possui ***“lesão definitiva parcial incompleta intensa de membro superior esquerdo”***, com grau de incapacidade definitiva correspondente a **75% (setenta e cinco por cento)**.

**ISTO POSTO**, requer acolher integralmente a prova pericial produzida nos autos, **considerando as conclusões do laudo e levando em conta o método utilizado pelo d. perito nomeado pelo juízo**, a teor do que prescreve o Art. 479, NCPC, para, em consequência, condenar a requerida a pagar a **COMPLEMENTAÇÃO** da indenização do seguro DPVAT conforme o grau de invalidez da autora.

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

*Tudo por ser de inteira JUSTIÇA!*

Termos em que,

Pede e confia DEFERIMENTO.

Campina Grande - PB, 13 de novembro de 2020.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**

**OAB/PB 12.036**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		22/11/2020	2520	500121359425
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
19/11/2020	2694177	08014144120198150551	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
REMIGIO	VARA UNICA	RÉU	400,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES	Física	86259091168		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
A2C1A881DD96A2EF				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

**Processo: 08014144120198150551**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

REMÍGIO, 24 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**I. Relatório**

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT complemento proposto por CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES FERREIRA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, ambos qualificados nos autos, alegando que foi vítima de acidente de trânsito em 16/06/2016, tendo buscados seus direitos na via administrativa, recebendo um valor de R\$ 1.587,50. Informa que o valor não é correspondente ao devido, que seria a importância de R\$ 13.500,00.

No mérito, requer a complementação da indenização de seguro DPVAT.

Juntou documentos.

Deferida a gratuidade judiciária, o promovido foi citado.

Contestação, id 28263564, informando que o pagamento administrativo foi proporcional à lesão. No mérito, requer a improcedência dos pedidos.

O promovente apresentou réplica, id 30866275.

Ambas as partes requereram a perícia técnica.

Deferida pela Magistrada (id 32701159).

Depósito dos honorários periciais (id 37182207).

Laudo pericial (id 36217436), constatando a invalidez permanente parcial, no membro superior esquerdo, em percentual de 75%.

É o breve relato. Decido.



## II. Fundamentação

Sem preliminares arguidas, passo à análise do mérito.

O pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores - DPVAT está regulamentado na Lei n. 6.194/74. Trata-se, como o próprio nome já diz, de seguro decorrente de danos pessoais, não se discutindo culpa de qualquer dos envolvidos no evento danoso, sendo necessário apenas a prova do acidente e do dano decorrente, conforme dispõe o art. 5º da referida lei:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Nesse sentido, ocorrido o sinistro, basta a comprovação do acidente, que pode ser feita através de simples Boletim de Ocorrência expedido pelo órgão competente (autoridade policial), e a comprovação da lesão, que pode se dar através de laudo pericial elaborado pelo NUMOL (Núcleo de Medicina e Odontologia-Legal) do IPC (Instituto de Polícia Científica) em caso de morte, ou por perito designado para tal, nos casos de invalidez ou debilidade permanente.

Pela apreciação dos documentos trazidos na exordial, em especial as fichas de atendimento e encaminhamentos médicos e o boletim de ocorrência policial, verifica-se que, de fato, houve um acidente de trânsito no qual a parte autora se envolveu e restou lesionada.

Logo, provada a ocorrência do sinistro e as consequências danosas à integridade física da parte, surge, automaticamente, o dever de indenizar, devendo-se discutir apenas o grau e a extensão das lesões, a fim de se fixar o valor a ser percebido pelo lesionado.

O seguro DPVAT possui natureza eminentemente social, originado pela Lei no 6.194/1974 e visa proporcionar cobertura a despesas de assistência médica e suplementares, bem como indenizar a vítima do evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários de veículos pelos danos pessoais causados a terceiros, independentemente da apuração de culpa.

A quantificação da indenização deve ser diretamente proporcional à extensão do dano físico, levando-se em consideração o grau da perda anatômica ou funcional, de acordo com o que dispõe o art. 3º da Lei n. 6.194/74:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o §2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei”.

No caso dos autos, o laudo pericial de (id 36217436), constatando a invalidez permanente parcial, no membro superior esquerdo, em percentual de 75%. Ficou comprovado que a lesão parcial do membro superior esquerdo, sendo uma lesão permanente contudo parcial. O laudo é conclusivo.

Logo, a debilidade se enquadra nos 75% do inciso II, ou seja: R\$ 7.078,50. Ficando demonstrado que já houve a parcial quitação administrativa, fazendo jus, portanto, à complementação de indenização securitária, conforme o laudo pericial produzido, no valor final de R\$ 5.491,00.



### III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, pelo que resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o promovido ao pagamento complementar de R\$ 5.491,00, a título de seguro DPVAT, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (Súmula 426, do STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, desde a data do sinistro (Súmula 580, do STJ).

CONDENO o promovido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (quinze por cento) do valor da causa com fulcro no art. 85, § 2º do CPC.

Publicada e registrada na data da assinatura eletrônica. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, intime-se a parte ré para, querendo, valer-se da faculdade prevista no art. 526, do CPC, no prazo de dez dias.

Remígio, na data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito





EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

Processo: 08014144120198150551

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA PROFERIDA:**

Sem

Com a mais respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decisum*.

Assim, tem-se que a embargante foi condenada ao pagamento de **R\$ 5.491,00, corrigido monetariamente e acrescidos de juros.**

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, o laudo traumatológico do IML, **comprova a invalidez permanente de MSE 75%.**

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:



1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	70	R\$ 9.450,00

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
75% (grau intenso)	R\$ 7.087,50

Portanto, a Embargante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, levando em consideração o pagamento realizado na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, não ultrapassando a monta de **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**.

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em apreço, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

#### **EMINENTE JULGADOR**

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.



Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 11 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 11/12/2020 18:20:12  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2012111820120000000010670108>  
Número do documento: 2012111820120000000010670108



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES FERREIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**S E N T E N Ç A**

Trata-se de embargos de declaração proposto pela SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A visto que a sentença de id 37422806 apresentou erro material de digitação.

Tendo em vista que não há necessidade de intimação da parte contrária, em virtude de que não existe efeito modificativo, vieram-me os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

Com efeito, dispõe o art. 1.022 do CPC:

Art. 1.022 – Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

III – Corrigir erro material;

Assim, onde se lê no relatório “recebendo um valor de R\$ 1.587,50. Informa que o valor não é correspondente ao devido”, passe a ler “recebendo um valor de R\$ 1.687,50. Informa que o valor não é correspondente ao devido”.

Ainda, onde se lê na fundamentação “Logo, a debilidade se enquadra nos 75% do inciso II, ou seja: R\$ 7.078,50. Ficando demonstrado que já houve a parcial quitação administrativa, fazendo jus, portanto, à complementação de indenização securitária, conforme o laudo pericial produzido, no valor final de R\$ 5.491,00”, passe a ler “Logo, a debilidade se enquadra nos 75% do inciso II, ou seja: R\$ 10.125. Ficando demonstrado que já houve a parcial quitação administrativa, fazendo jus, portanto, à complementação de indenização securitária, conforme o laudo pericial produzido, no valor final de R\$ 8.437,50”.



Por isso, o dispositivo deve ser corrigido para: “*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, pelo que resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o promovido ao pagamento complementar de R\$ 8.437,50, a título de seguro DPVAT, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (Súmula 426, do STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, desde a data do sinistro (Súmula 580, do STJ)*”.

À luz do exposto, com supedâneo nos princípios de direito aplicáveis à espécie, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS** posto que existente, *in casu*, omissão invocada pelo embargante, o que os tornam pertinentes à espécie.

Publicado e registrado eletronicamente. Intimem-se.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juliana Dantas de Almeida

Juíza de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES FERREIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**S E N T E N Ç A**

Trata-se de embargos de declaração proposto pela SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A visto que a sentença de id 37422806 apresentou erro material de digitação.

Tendo em vista que não há necessidade de intimação da parte contrária, em virtude de que não existe efeito modificativo, vieram-me os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

Com efeito, dispõe o art. 1.022 do CPC:

Art. 1.022 – Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

III – Corrigir erro material;

Assim, onde se lê no relatório “recebendo um valor de R\$ 1.587,50. Informa que o valor não é correspondente ao devido”, passe a ler “recebendo um valor de R\$ 1.687,50. Informa que o valor não é correspondente ao devido”.

Ainda, onde se lê na fundamentação “Logo, a debilidade se enquadra nos 75% do inciso II, ou seja: R\$ 7.078,50. Ficando demonstrado que já houve a parcial quitação administrativa, fazendo jus, portanto, à complementação de indenização securitária, conforme o laudo pericial produzido, no valor final de R\$ 5.491,00”, passe a ler “Logo, a debilidade se enquadra nos 75% do inciso II, ou seja: R\$ 10.125. Ficando demonstrado que já houve a parcial quitação administrativa, fazendo jus, portanto, à complementação de indenização securitária, conforme o laudo pericial produzido, no valor final de R\$ 8.437,50”.





Por isso, o dispositivo deve ser corrigido para: “*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, pelo que resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o promovido ao pagamento complementar de R\$ 8.437,50, a título de seguro DPVAT, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (Súmula 426, do STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, desde a data do sinistro (Súmula 580, do STJ)*”.

À luz do exposto, com supedâneo nos princípios de direito aplicáveis à espécie, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS** posto que existente, *in casu*, omissão invocada pelo embargante, o que os tornam pertinentes à espécie.

Publicado e registrado eletronicamente. Intimem-se.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juliana Dantas de Almeida

Juíza de Direito



EM ANEXO



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/06/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02301-9

CONTA: 000000015413-0


---


---

Nr. Autenticação

BRADESCO1006201905000000000023702301000000015413168750 PAGO



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 055.0.21.00133/01
			<b>Data de emissão:</b> 18/02/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801414-41.2019.815.0551	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 28/02/2021
<b>Número da</b> 055.2021.600133 <b>Tipo da</b> Custas de Recursos			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,83
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 322,98 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 324,36
866400000034 243609283185 520210228059 502100133011 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 324,36

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 055.0.21.00133/01
			<b>Data de emissão:</b> 18/02/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801414-41.2019.815.0551	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 28/02/2021
<b>Número da</b> 055.2021.600133 <b>Tipo de</b> Custas de Recursos			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,83
<b>Promovente</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 322,98 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 324,36
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 324,36

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 055.0.21.00133/01
			<b>Data de emissão:</b> 18/02/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801414-41.2019.815.0551	<b>Comarca:</b> Remigio	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 28/02/2021
<b>Número da</b> 055.2021.600133 <b>Tipo de</b> Custas de Recursos			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,83
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 322,98 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 324,36
866400000034 243609283185 520210228059 502100133011 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 324,36



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO 22/02/2021	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	Nº DA CONTA JUDICIAL 0
DATA DA GUIA 22/02/2021	Nº DO PROCESSO 08014144120198150551	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL	
UF/COMARCA PB	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 324,36
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES	TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 86259091168	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA E73063B84C1B5F82			
CÓDIGO DE BARRAS 86640000003 4 24360928318 5 52021022805 9 50210013301 1			





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO/PB

Processo n. 08014144120198150551

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 18 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





**Segmento anatômico****Marque aqui o percentual**

1ª Lesão membr. superior ☐ 10% Residual ( ☐ 25% Leve ( ☐ 50% Média ( ☒ ) 75% Intensa  
2ª Lesão

Frise-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos<sup>1</sup>.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>2</sup>.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00

Repercussão	Valor da Indenização
75% (grau intenso)	R\$ 7.087,50

Sendo assim, na hipótese de manutenção da r. Sentença, o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, evidentemente descontando-se

<sup>1</sup>PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

<sup>2</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."





o valor pago na esfera administrativa, na razão de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de R\$ 5.400,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

A demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, logo, torna-se injustificável o patamar estipulado na r. sentença.

Soma-se a isso, que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, bem como houve uma razoável duração do processo, de maneira que a sentença está em total dissonância com o que estabelece o CPC sobre o tema.

Ademais, a apelante foi condenada ao pagamento de 10% do VALOR DA CAUSA e não da condenação conforme a jurisprudência dominante.

#### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja respeitada a tabela de graduação inserida na Lei, nos termos das Súmulas 474 e 544 do STJ.

Diante da sucumbência mínima da Apelante que os encargos fiquem apenas com a parte Apelada, caso não seja este o entendimento de V. Exas. que o valor seja minorado para 10% do valor da condenação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

REMÍGIO, 18 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **REMÍGIO**, nos autos do Processo nº 08014144120198150551.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/02/2021 15:53:00  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21022615530000000000010670114>  
Número do documento: 21022615530000000000010670114



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801414-41.2019.8.15.0551

**DESPACHO**

Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 15 (quinze) dias.

Em seguida, sem necessidade de conclusão, remetam-se os autos à Instância Superior, nos termos do artigo 1.010, § 3º, do CPC.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

**Juiz(a) de Direito**



Em anexo.





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO  
DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE REMÍGIO/PB**

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**CLICIE GABRIELE DE MENDONÇA HENRIQUES**,  
já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que move em  
face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, mui respeitosamente e  
*tempestivamente*, interpor o presente:

***RECURSO ADESIVO***

para uma das Egrégias Câmaras Cíveis do TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
requerendo que, recebido o presente com suas inclusas razões em ambos os  
efeitos, sejam os presentes autos enviados à instância *ad quem* para  
criteriosa análise como é de Direito & Justiça.

EM TEMPO, aproveita a oportunidade para informar que  
deixa a parte de recolher o preparo recursal, por está litigando sob o manto  
da JUSTIÇA GRATUITA, conforme **id. 27211404 - Pág. 1.**

Termos em que,  
Pede e confia DEFERIMENTO.

Campina Grande - PB, 06 de maio de 2021.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**  
**OAB/PB 12.036**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

**RAZÕES DO RECURSO**

*(Pela recorrente)*

**E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA,**

**COLENDIA CÂMARA,**

O MM juízo *a quo* em sede de sentença condenou o promovido ao pagamento das custas processuais e **honorários advocatícios**, estes em **10% (quinze por cento) do valor da causa** com fulcro no art. 85, § 2º do CPC, ou seja, em percentual mínimo, o que não se revela numa medida justa.

Como previsto na legislação processual civil em vigor:

***Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.***

*§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.*

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

**I - o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

Assim, ao fixar o valor dos honorários advocatícios no percentual mínimo legal (**10% (quinze por cento) do valor da causa**), o juízo sentenciante parece ter se descuidado quanto aos critérios subjetivos que devem ser obedecidos no momento da fixação dos honorários de sucumbência.

Com efeito, em todo e qualquer caso, deve ser observado o trabalho despendido à causa, mormente, quando se trata de demanda que envolve a prática de vários atos processuais (**elaboração de Petição Inicial; Impugnação à Contestação; acompanhamento da Parte em Perícia Médica, além de diversas diligências realizadas junto à escrivania da vara etc.**), como na espécie em testilha.

Assim, é o presente para majorar o valor fixado no juízo a quo para o patamar requerido na Exordial, ou seja, **20% (vinte por cento) do valor da condenação.**

Para tanto, diferentemente dos critérios utilizados na instância de origem, requer a atenção e presteza deste e. Tribunal para o fim de fixar o valor dos honorários advocatícios no percentual máximo, levando em consideração os seguintes critérios:

**I - o grau de zelo do profissional (atuação em todos os atos que foi intimado a praticar até a prolação da SENTENÇA, além das diversas diligências realizadas na secretaria da unidade judiciária);**

**II - o lugar de prestação do serviço (comarca distinta do domicílio profissional dos advogados que a esta subscrevem);**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Silvio Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com







MARTINS OLIVEIRA

ADVOGADOS

**III - a natureza e a importância da causa** (matéria relacionada à SAÚDE da demandante);

Em suma, *Excelências*, diante de todos os argumentos acima expostos, **não pode prevalecer o percentual de honorários fixados na sentença, sob pena de fragilizar o trabalho dos causídicos que a esta subscrevem**, divergindo destarte da jurisprudência dominante quanto à condenação do vencido no **ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA**, em casos como o do presente.

Ademais, com a vigência do CPC/2015, foi extirpada qualquer dúvida ainda existente quanto à natureza salarial/alimentar dos honorários advocatícios, posto que com a previsão normativa do Art. 85, § 14, do CPC, ficou claro que os honorários advocatícios **são direito do advogado, “com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho”, sendo, inclusive, vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.**

Por fim, registre-se que a advocacia é uma das funções essenciais da JUSTIÇA e os honorários constituem a remuneração do advogado, portanto, deve o órgão julgador observar esses parâmetros na hora de bem aplicar a Lei.

**ISTO POSTO**, requer que Vossas Excelências reformem a sentença, ora vergastada, para aumentar o valor dos honorários para o percentual máximo, *por ser medida salutar de Direito & Justiça*.

**- DO REQUERIMENTO FINAL**

**ISTO POSTO**, requer seja conhecido o presente RECURSO, pois preenchidos os requisitos de *admissibilidade*, e no mérito, reformar a d. sentença apenas para o fim de fixar o valor dos honorários advocatícios no percentual máximo, ou seja, **20% (vinte por cento) do valor da condenação.**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**MARTINS OLIVEIRA**

ADVOGADOS

*Aguardando cumprimento da Lei!*

Termos em que,  
Pede e confia DEFERIMENTO.

Campina Grande - PB, 06 de maio de 2021.

**ALANA LIMA DE OLIVEIRA**  
**OAB/PB 12.036**

Rua: Estácio Tavares Wanderley, 265 - Sala - 202 - 2º Andar  
Centro Jurídico Luiz Sílvia Ramalho - Liberdade  
Telefax: (83) 3341- 5019. Campina Grande - PB  
e-mail: martinsoliveiraadvogados@hotmail.com





**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Diretoria Judiciária  
Gerência de Distribuição**

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0801414-41.2019.8.15.0551**

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRA, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, CLICIE GABRIELE DE MENDONCA HENRIQUES FERREIRAREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de POSSÍVEL PREVENÇÃO destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder ( ***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de maio de 2021.

**Carmen Lúcia Fonseca de Lucena**  
Gerência de Distribuição





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. José Ricardo Porto

---

**Processo nº: 0801414-41.2019.8.15.0551**

**VISTOS**

Recebo a apelação interposta, nos termos dos artigos 1.012, caput, c/c 1.013, caput, ambos do Código de Processo Civil, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

**Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.**

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

**Inácio Jário Queiroz de Albuquerque**

**Juiz convocado**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**1ª Câmara Cível**  
**Des. José Ricardo Porto**

**VISTA**

Nesta data, em cumprimento ao despacho retro, abro VISTA dos autos ao Ministério Público estadual.

João Pessoa, 12 de maio de 2021.

**LAISE LUCENA BARBOSA DE LIMA**  
Analista Judiciário



Segue parecer do MP.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete do 10º Procurador de Justiça

**APELAÇÃO Nº 0801414-41.2019.8.15.0551 - REMÍGIO**

Órgão Julgador : 1ª Câmara Cível  
Relator(a) : Des(a) José Ricardo Porto  
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A  
Apelante : Clicie Gabriele de Mendonça Henriques Ferreira  
Apelados : Os mesmos  
Procurador de Justiça: Herbert Douglas Targino

**PARECER**

Trata-se de apelações interpostas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A e Clicie Gabriele de Mendonça Henriques Ferreira, em irresignação à sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Comarca de Remígio (id. 10707457) que, nos autos de uma AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR LESÃO COM INVALIDEZ PERMANENTE (COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO) judicializada por Clicie Gabriele de Mendonça Henriques Ferreira, julgou procedente o pedido inicial para condenar a seguradora ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.491,00 devendo esse valor ser corrigido com base na variação do IPCA-E a partir da data do acidente, bem como acrescido de juros legais de 1% ao mês, a contar da citação.



Por fim, a promovida foi condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios, devidos ao patrono do(a) autor(a), os quais foram fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Embargos de declaração opostos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A no id. 10707459, apontando equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo(a) Embargado(a), desrespeitando legislação em apreço.

O(a) magistrado(a) de piso acolheu os embargos de declaração (id. 10707460) para acrescentar à parte dispositiva da sentença o seguinte trecho: *“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, pelo que resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o promovido ao pagamento complementar de **R\$ 8.437,50**, a título de seguro DPVAT, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (Súmula 426, do STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, desde a data do sinistro (Súmula 580, do STJ)”*.

Em suas razões (id. 10707465) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A pugna o provimento do recurso e reforma da decisão sustentando como devido o pagamento de indenização no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), considerando as lesões do(a) autor(a) apontadas na perícia realizada no feito, sublevando-se ao final quanto aos honorários de sucumbência.

Apelação adesiva interposta por Clície Gabriele de Mendonça Henriques Ferreira no id. 10707468 tencionando a majoração dos honorários de sucumbência para o percentual de 20% sobre o valor da condenação.





Com a remessa do processo ao Colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, aportaram os autos neste Órgão Ministerial, nos termos do art.109 da Constituição do Estado da Paraíba.

É o relatório.

### **DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

O juízo de admissibilidade se distingue do juízo de mérito não só em razão dos requisitos observados, mas também em face da procedência cronológica, isto é, se positivo o juízo de admissibilidade, passa-se à análise do mérito recursal, no qual o órgão julgador verifica-se o inconformismo do recorrente é fundado, ou não. Contudo, caso ausente algum dos requisitos de admissibilidade, a irresignação não será conhecida, não havendo o julgamento do mérito recursal.

Nesse sentido preleciona José Carlos Barbosa Moreira (2005, p.261):

“todo ato postulatório sujeita-se a exame por dois ângulos distintos: uma primeira operação destina-se a verificar se estão satisfeitas as condições impostas pela lei para que o órgão possa apreciar o conteúdo da postulação; outra, subsequente, a perscrutar-lhe o fundamento, para acolhê-la, se fundada, ou rejeitá-la, no caso contrário”.

Sem embargo, apesar de se falar em precedência cronológica, o conjunto das condições de seguimento de qualquer recurso representa matéria de ordem pública, sendo lícito o reconhecimento da inadmissibilidade pelo judiciário a qualquer tempo e *ex officio*.

Conforme preleciona Flávio Cheim Jorge (2013) os requisitos de admissibilidade recursal estão no Código de Processo Civil, a saber: cabimento,



legitimidade, interesse, inexistência de fato extintivo do direito de recorrer, além de regularidade formal, preparo e tempestividade.

À evidência, os aludidos requisitos não comportam complementações doutrinárias ou jurisprudenciais, uma vez que o legislador esgotou o tema. Isso porque, tendo em vista o papel dos recursos para a efetivação do acesso à justiça, qualquer restrição ao seu conhecimento deve estar prevista em lei.

Além disso, os requisitos de admissibilidade recursal se tratam de técnica processual e, por isso mesmo, somente se justificam em razão da existência de alguma finalidade a cumprir, a qual objetiva a atuação da vontade do direito (DINAMARCO, 2009, P.264-267).

Portanto, a exigência de que estejam presentes os requisitos para a análise do mérito recursal está ligada à correção da prestação da tutela jurisdicional, que apenas se faz legítima quando verificadas as condições que a própria lei coloca para tanto (JORGE, 2013).

Dessa forma, reunindo os pressupostos de admissibilidade, é de se considerar que os presentes recursos merecem ser conhecidos.

### **DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO**

Considerando as peculiaridades do caso vertente, de forma preliminar, cabe referir que o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 474, cujo teor é o seguinte: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

Desta feita, a partir da edição da orientação sumular, descabe qualquer discussão a respeito da imprescindibilidade da quantificação das lesões de caráter permanente para a apuração do valor devido a título de DPVAT nos



casos de invalidez permanente, assim como da utilização da tabela constituída pela Lei nº 11.945/2009, a qual é aplicável inclusive aos acidentes ocorridos antes de sua vigência.

Ainda, cumpre destacar que o artigo 5º da Lei nº 6.194/741 exige que a parte autora faça prova do acidente e do dano dele decorrente. Importa referir, nesse contexto, que o artigo 3º, § 1º da Lei nº 6.194/742, determina que seja classificada a invalidez permanente como total ou parcial subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

Ademais, no inciso II do referido artigo, resta previsto que, nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, há de ser enquadrada a perda anatômica ou funcional nos percentuais previstos na norma, conforme transcrito abaixo, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

*In casu*, a pretensão inicial foi esteada com arrimo no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/1974, que prevê indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para os casos de invalidez, devendo ser apurada a extensão da lesão a fim de quantificar a indenização.

De acordo com esse preceito legal, possui o beneficiário do seguro, apenas nos casos de invalidez permanente total completa, o direito de receber até R\$ 13.500,00. Já, em casos de invalidez permanente parcial incompleta, a indenização deverá estar de acordo com o percentual previsto na Tabela de Invalidez.

O recurso em comento versa tão somente quanto a correta aplicação/interpretação da tabela constituída pela Lei nº 11.945/2009, concernente ao valor da indenização que deve ser paga à parte autora em decorrência de acidente automobilístico.

De fato, como bem assentado pela seguradora apelante, houve um pequeno equívoco na aplicação do valor devido pelo(a) magistrado(a) de piso, uma vez que a perícia médica do id. 10707446 - Pág. 01/03 indicou lesão em membro superior esquerdo no percentual de 75%.



b.2 ( ☒ ) **Parcial Incompleto.**  
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) seguimento corporal da vítima).

b.2.1 ( ☒ ) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>Limbo superior</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual ( <input type="checkbox"/> 25% Leve ( <input type="checkbox"/> 50% Média ( <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão _____	( <input type="checkbox"/> 10% Residual ( <input type="checkbox"/> 25% Leve ( <input type="checkbox"/> 50% Média ( <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão _____	( <input type="checkbox"/> 10% Residual ( <input type="checkbox"/> 25% Leve ( <input type="checkbox"/> 50% Média ( <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão _____	( <input type="checkbox"/> 10% Residual ( <input type="checkbox"/> 25% Leve ( <input type="checkbox"/> 50% Média ( <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Para a “Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos”, o valor correto resultante após a aplicação da referida tabela aponta para uma indenização no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DE INVALIDEZ DO(A) APELADO(A)	INDENIZAÇÃO DEVIDA
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70% (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	75% de R\$ 9.450,00 = R\$ 7.087,50	R\$ 7.087,50

Entrementes, como o(a) apelante já recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50, decotando desse numerário chega-se ao valor final de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).



Quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, como se pode notar da redação do artigo 85 do NCPC, permanece a regra da sucumbência como critério determinante da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, assim como o princípio da causalidade, em determinadas situações. A maior novidade, entretanto, reside na vedação de compensação dos honorários em caso de sucumbência parcial, como no caso dos autos.

Assim sendo, o recurso merece provimento, igualmente, nesse ponto, porquanto, o valor dos honorários advocatícios não foram arbitrados pelo magistrado de piso em conformidade com o disposto no § 8º do art. 85 do CPC/2015.

Assim, por tais fundamentos e por todo o exposto, opina o Ministério Público pelo desprovimento do recurso interposto por Clície Gabriele de Mendonça Henriques Ferreira e provimento parcial do recurso interposto pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, a fim de que seja reformada a sentença combatida no que tange ao valor da indenização, devendo ser fixada em R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

João Pessoa, 14 de maio de 2021.

**HERBERT DOUGLAS TARGINO**  
Procurador de Justiça





**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**  
**1ª Câmara Cível**  
**Des. José Ricardo Porto**

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

**APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO Nº 0801414-41.2019.8.15.0551**

**Relator : Des. José Ricardo Porto**

**Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A**

**Advogado : Suélio Moreira Torres (OAB/PB 15.477)**

**Recorrente : Clície Gabriele de Mendonça Henriques**

**Advogada : Alana Lima de Oliveira, OAB/PB 12.036**

**Apelados : Os mesmos**

**APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E AS DEBILIDADES DEMONSTRADOS. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO E CORROBORADO PELOS DEMAIS DOCUMENTOS ACOSTADOS. DANO FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETO DA MÃO ESQUERDA. DEBILIDADE DE 75%. APLICAÇÃO INCORRETA, PELO JUÍZO A *QUO*, DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA TABELA ANEXA À LEI 11.945/2009. FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO DE FORMA PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. EXEGESE DA SÚMULA Nº 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUBSISTÊNCIA, EM PARTE, DOS ARGUMENTOS. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO ADESIVA DA AUTORA E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO APELATÓRIO DA PROMOVIDA.**

- Os documentos juntados ao caderno processual corroboram o laudo pericial que fundamentou a sentença, não havendo dúvida acerca do nexo causal entre o sinistro e a debilidade da vítima, sendo cristalino o direito do demandante à percepção do valor relativo à indenização do seguro DPVAT.

- **Súmula 474 do STJ:** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



- Analisando detidamente os autos, verifica-se do Laudo Pericial Judicial (ID 10707446 - págs. 01/03) que o acidente ocasionou dano funcional parcial incompleta da mão, sofrendo este uma debilidade da ordem de 75% (setenta e cinco por cento).
- De acordo com o anexo constante da Lei nº 6.194/74, a perda anatômica e/ou funcional completa de uma das mãos implica no pagamento de indenização no valor correspondente a 70% de R\$ 13.500,00, isto é, R\$ 9.450,00.
- Desse modo, como a perda funcional da autora foi na ordem 75%, o valor da indenização deve corresponder a 75% de R\$ 9.450,00, ou seja, R\$ 7.087,50.
- Entretanto, como a autora já recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50, decotando desse numerário chega-se ao valor final de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).
- Assim, a indenização securitária deve ser fixada em R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) e não no valor erroneamente aplicado pelo magistrado de primeiro grau no valor de R\$ 8.437,80 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

**VISTOS.**

**Maria Rosilene da Silva Sales**, devidamente qualificada nos autos, ajuizou Ação de Cobrança em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro S/A**, objetivando o recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, em razão de acidente ocorrido no trânsito em 17 de junho de 2016, o qual acarretou sequelas.

O magistrado de base julgou procedente a pretensão autoral (ID 10707461), “*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, pelo que resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o promovido ao pagamento complementar de R\$ 5.491,00, a título de seguro DPVAT, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (Súmula 426, do STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, desde a data do sinistro (Súmula 580, do STJ).*”

Embargos de Declaração apresentados pela promovida (ID Nº 10707459).

Acolhimento dos aclaratórios corrigindo da condenação para o valor de R\$ R\$ 8.437,50 (*oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos*). – ID Nº 10707460.

Apelação Cível (ID Nº 10707465) manejada pela demandada no ID nº 7015625, sustentando “*como devido o pagamento de indenização no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), considerando as lesões do(a) autor(a) apontadas na perícia realizada no feito, sublevando-se ao final quanto aos honorários de sucumbência.*”

Com tais razões, pugnou pelo provimento do recurso.





Por sua vez, a autora apresentou irresignação adesiva (ID Nº 10707468), pugnando apenas pela majoração dos honorários advocatícios.

Contrarrazões acostadas (Id nº 7015628).

Parecer Ministerial no ID nº 10810878, opinando pelo desprovimento do recurso apelatório da autora e provimento parcial da irresignação interposta pela seguradora.

**É o relatório.**

**DECIDO**

**Inicialmente, registro que analisarei conjuntamente o recurso apelatório e a irresignação, porquanto tratam de matéria congênere.**

Pois bem. Narra a autora que foi vítima de acidente de trânsito em 17/06/2016, fato este que veio a ensejar uma debilidade permanente no membro superior esquerdo, necessitando, assim, do pagamento da indenização advinda do Seguro DPVAT. A Lei nº 6.194/74 assim determina:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...) § 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (...) II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*



Quanto ao valor indenizatório, tem-se que, segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 474), a indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

O Superior Tribunal de Justiça passou a entender no sentido da aplicação da proporcionalidade ao grau da invalidez para fins de pagamento da indenização advinda do Seguro Obrigatório, mesmo que desta interpretação resulte a retroatividade da lei no tempo, bem como a possibilidade de regulamento administrativo se sobrepor a própria lei.

Nesta sentido, a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, trouxe uma tabela estabelecendo dita proporcionalidade, como forma de nortear o pagamento do Seguro DPVAT.

Analizando detidamente os autos, verifica-se do Laudo Pericial Judicial (ID 10707446 - págs. 01/03) que o acidente ocasionou dano funcional parcial incompleta da mão, sofrendo este uma debilidade da ordem de 75% (setenta e cinco por cento).

De acordo com o anexo constante da Lei nº 6.194/74, a perda anatômica e/ou funcional completa de uma das mãos implica no pagamento de indenização no valor correspondente a 70% de R\$ 13.500,00, isto é, R\$ 9.450,00.

Desse modo, como a perda funcional da autora foi na ordem 75%, o valor da indenização deve corresponder a 75% de R\$ 9.450,00, ou seja, R\$ 7.087,50.

Entretanto, como a autora já recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50, decotando desse numerário chega-se ao valor final de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Assim, a indenização securitária deve ser fixada em R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) e não no valor erroneamente aplicado pelo magistrado de primeiro grau no valor de R\$ 8.437,80 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Portanto, entendo ser necessária a modificação da sentença, em conformidade com a fundamentação acima deliberada.

No que pertine ao ônus sucumbencial, também não merece acolhimento as teses recursais, eis que a parte autora decaiu em parte mínima do pedido, não havendo que se falar em sucumbência recíproca, bem como a sua majoração, nos termos do art. 86, parágrafo único c/c 85, § 2º, do CPC.



*“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.*

*§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:*

*I - o grau de zelo do profissional;*

*II - o lugar de prestação do serviço;*

*III - a natureza e a importância da causa;*

*IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.” – Grifo nosso*

*“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.*

*Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.” - Grifo nosso.*

Com essas considerações, em harmonia com o parecer ministerial, **PROVEJO PARCIALMENTE O RECURSO APELATÓRIO DA PROMOVIDA**, apenas para minorar a indenização arbitrada para o importe de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) **E DESPROVEJO A IRRESIGNAÇÃO ADESIVA DA AUTORA**, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença objurgada.

**Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.**

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Des. José Ricardo Porto**

**Relator**





Intimação as partes, do inteiro teor da decisão de ID 11206393.Gerência Judiciária do  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de junho de 2021.

